



CEASAMINAS

Centrais de Abastecimento

RELATORIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA RAINT – 2016

AUDIN

Em cumprimento à Instrução Normativa vigente, da Controladoria Geral da União, apresentamos o Sumário das Auditorias Realizadas, referente ao período de janeiro a dezembro de 2016. Os relatórios, após apreciação da DIREX, são encaminhados a Controladoria Geral da União / Secretaria Federal de Controle Interno/MG.

1. Descrição das ações efetivadas da Auditoria Interna da CEASAMINAS

Nº relat .	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
01	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a novembro/15.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jan/16	16
02	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a dezembro/2015	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Jan/16	16
03	DIREX	Auditar os contratos de Prestação de Serviços Contínuos	A adoção de manual de procedimentos estabelecendo as verificações básicas na execução dos contratos, além de critérios para nomeação de fiscais e as atribuições conferidas a esses no acompanhamento de sua execução.	Jan/16	80
04	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a janeiro/16	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Jan/16	16
05	CONSAD CONFIS	Análise da Execução do Orçamento	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Fev/16	60
06	DIREX CONFIS	Sumário relativo ao registro e recomendações da Auditoria Interna	Informações quanto às providências adotadas pelos Setores auditados até 31/12/2015	Mar/16	40
07	DIREX	Verificar a realização de horas extras realizadas por funcionários terceirizados	Realizado levantamento, por amostragem, para constatação de horas trabalhadas, com recomendações encaminhadas ao DEJUR para emitir opinião	Mar/16	40
08	DIREX	Trabalho realizado com a finalidade de verificar e analisar a prestação de serviços terceirizados	Promoveu a análise do contrato nas principais cláusulas, medição e fiscalização dos serviços, com ênfase em horas extras realizadas por terceirizados, por determinação do CONSAD	Mar/16	40
09	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. Fevereiro/16	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar a orientação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Mar/16	80
10	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores). Unidade de Juiz de Fora /MG	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Mar/16	80

11	DIREX	Análise do Trabalho de Comissão de Inventário de Caixa em 31/12/2015	Verificar os procedimentos adotados com relação a coerência das informações entre Contabilidade e Tesouraria	Mar/16	40
12	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Fevereiro/16	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Mar/16	16
13	DIREX	Mudanças realizadas, pela CGU/TCU, relativa ao curso de Governança das Aquisições na Administração Pública	Alertar o quadro de pessoal sobre os procedimentos adotados, com relação às atividades de controle, por meio de processos que tratem de licitações e contratos	Abr/16	40
14	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Março/16	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Mar/16	16
15	DIREX	Acompanhamento do Sistema Integrado de Gestão, DETIN.	Verificação das rotinas implementadas no sistema informatizado; Verificação da confiabilidade das informações geradas; Confronto dos relatórios com os procedimentos executados; Adequação dos procedimentos e rotinas dos setores da empresa.	Abr/16	40
16	DIREX	Análise dos principais índices financeiros do Balanço Patrimonial da CeasaMinas	Cálculo de índices e gráficos que revelam a posição da empresa e refletem os valores da apuração dos resultados contábeis no final do exercício de 2015	Mai/16	16
17	CONSAD COFINS	Análise da Execução do Orçamento	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Mai/16	60
18	DIREX	Auditar o Departamento de Engenharia - DEMFA.	Verificação do cálculo de consumo de energia elétrica. Verificar se o material retirado e não utilizado está sendo devolvido ao almoxarifado. Verificar se está sendo elaborado anualmente o "Plano de Manutenção Preventiva". Verificar se existe a aquisição direta de material. Verificar os contratos de prestação de serviços.	Mai/16	80
19	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Abril/16	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Mar/16	16
20	DIREX CONFIS	Sumário relativo ao registro e recomendações da Auditoria Interna	Informações quanto às providências adotadas pelos Setores auditados até Maio/2016	Jun/16	40
21	DIREX	Auditoria realizada no contrato nº 01/2009 – concorrência nº 51/2008 com a empresa Bahia Outdoor	Examinar as exigências contratuais, o histórico dos fatos, situações que ocorreram alheias à licitação, protocolo de intenções celebrado com a cisão parcial da empresa, conformidade com a legislação e alterações processadas a posteriori	Jun/16	40
22	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. Abril/Maio/16	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar a orientação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Jun/16	120
23	DIREX CONFIS	Análise do Balancete.	Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação; Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.	Jun/16	80
24	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. Março/16	Verificar procedimentos adotados na licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Jun/16	80

25	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a Maio/16	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo	Jul/16	16
26	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a junho/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jul/16	16
27	LEI Nº 6.404/76	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Patrimônio.	Verificação do trabalho da Comissão incumbida da localização física dos bens; Obrigatoriedade de preenchimento dos formulários de movimentação de bens; Apuração de responsabilidade, dos bens não localizados; Treinamento dos funcionários, e sistema adequado para atualização das informações; Acompanhamento da elaboração do inventário físico de materiais.	Jul/16	40
28	LEI Nº 6.404/76	Analisar o trabalho da Comissão de Inventário de Almoxarifado.	Verificar os Termos de Responsabilidade de matérias; Verificar as conciliações contábeis; Promover a baixa, doação ou leilão dos bens inservíveis e com valor já depreciado; Verificar o relatório emitido pela Comissão de Inventário.	Jul/16	40
29	DIREX CONFIS	Sumário relativo ao registro e recomendações da Auditoria Interna	Informações quanto às providências adotadas pelos Setores auditados até Junho/2016	Jul/16	40
30	CONSAD CONFIS	Análise da Execução do Orçamento	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Set/16	60
31	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a julho/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Set/16	16
32	CONFIS	Auditar Deptº Técnico / Seção de Informação de Mercado - SECIM.	Verificação a pesquisas de preços diários no atacado e varejo, pesquisas para levantamento de dados, comparativo diário de ofertas e VAF – valor adicionado fiscal.	Set/16	40
33	DIREX	Realizar auditoria contrato nº 99/2015 – Concorrência nº 44/2015 da empresa Eficiência Construtora Ltda	Verificação de Contratos e outros documentos obrigatórios relativo à cobrança da 9ª medição; comprovação da necessidade da instalação de linha de vida nos pavilhões	Set/16	120
34	AUDITORIA EXTERNA	Auditar Deptº Financeiro / Seção de Tesouraria-SETES	Verificar periodicamente a movimentação das contas bancárias; Identificar movimentação das contas de aplicação; Verificar a movimentação das contas de transferências; Verificar a movimentação das contas e valores em trânsito; Verificar as conciliações bancárias.	Out/16	80
35	DIREX	Consulta sobre regularidade fiscal nos contratos de compra direta pela SECOP	Analisar a legislação pertinente ao assunto; determinar os casos passíveis desse procedimento; esclarecer as situações dos processos de dispensa de licitação	Out/16	40
36	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a agosto/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Out/16	16
37	DIREX CONSAD	Elaboração da minuta do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017	Confecção das planilhas referentes ao PAINT/2017 de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2007, do Ministério da	Nov/16	40

			Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, para remessa à PRESI/CONSAD		
38	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a setembro/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Nov/16	16
39	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL/Setembro/Novembro/16	Verificar procedimentos adotados na licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Nov/16	80
40	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a outubro/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Dez/16	16
41	DIREX	Verificar e analisar processos, de cobrança e tarifas. SECOB	Verificar mediante relatório analítico, contas a receber; Verificar os processos de cobrança; Verificar as conciliações de contas da contabilidade; Verificar os contratos de licitações; Verificar o processos de licitação.	Dez/16	80
42	DIREX	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a outubro/16.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Dez/16	16
43	DIREX	Auditoria da Seção de Expediente SEXPE	Verificação da atuação da SEXPE quanto ao seu desempenho relativo às suas atribuições e cumprimento das normas da empresa.	Dez/16	16

RELATÓRIOS EXTRAORDINÁRIOS

Nº relat	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cronog	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
03	DIREX	Auditar os contratos de Prestação de Serviços Contínuos	A adoção de manual de procedimentos estabelecendo as verificações básicas na execução dos contratos, além de critérios para nomeação de fiscais e as atribuições conferidas a esses no acompanhamento de sua execução.	Jan/16	80
07	DIREX	Verificar a realização de horas extras realizadas por funcionários terceirizados	Realizado levantamento, por amostragem, para constatação de horas trabalhadas, com recomendações encaminhadas ao DEJUR para emitir opinião	Mar/16	40
08	DIREX	Trabalho realizado com a finalidade de verificar e analisar a prestação de serviços terceirizados	Promoveu a análise do contrato nas principais cláusulas, medição e fiscalização dos serviços, com ênfase em horas extras realizadas por terceirizados, por determinação do CONSAD	Mar/16	40
11	DIREX	Análise do Trabalho de Comissão de Inventário de Caixa em 31/12/2015	Verificar os procedimentos adotados com relação a coerência das informações entre Contabilidade, Tesouraria e extratos bancários	Mar/16	40
13	DIREX	Mudanças realizadas pela CGU/TCU, relativa ao curso de Governança das Aquisições na Administração Pública	Alertar o quadro de pessoal sobre os procedimentos adotados, com relação às atividades de controle, por meio de processos que tratem de licitações e contratos	Abr/16	40
16	DIREX	Análise dos principais índices financeiros do Balanço Patrimonial da CeasaMinas	Cálculo de índices e gráficos que revelam a posição da empresa e refletem os valores da apuração dos resultados contábeis no final do exercício de 2015	Mai/16	16
21	DIREX	Auditoria realizada no contrato nº 01/2009 – concorrência nº 51/2008 com a empresa Bahia Outdoor	Examinar as exigências contratuais, o histórico dos fatos, situações que ocorreram alheias à licitação, protocolo de intenções celebrado com a cisão parcial da empresa, conformidade com a legislação e alterações processadas a posteriori	Jun/16	40
33		Realizar auditoria contrato nº 99/2015 – Concorrência nº	Verificação de Contratos e outros documentos obrigatórios relativo à cobrança da 9ª medição;	Set/16	120

	DIREX	44/2015 da empresa Eficiência Construtora Ltda	comprovação da necessidade da instalação de linha de vida nos pavilhões		
35	DIREX	Consulta sobre regularidade fiscal nos contratos de compra direta pela SECOP	Analisar a legislação pertinente ao assunto; determinar os casos passíveis desse procedimento; esclarecer as situações dos processos de dispensa de licitação	Out/16	40

1.1. Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre Auditoria Interna:

O PAINT/2016 (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna) previa 42 (quarenta e dois) relatórios. Concluímos 43 (quarenta e três) relatórios de janeiro a dezembro/2016. Ressaltamos que dentre esses foram realizados 09 (nove) relatórios extraordinários, portanto, foi concluído mais 01 (um) relatório acima do total previsto.

Comissões Especiais:

- ✦ RD/PRESI/001/2016– Alterar comissão para instaurar Processos Administrativos referentes aos Pregões Eletrônicos 27/2015 e 75/2015
- ✦ RD/PRESI/002/2016 – Alterar a composição da Comissão nomeada através da RD/001/2016 para instaurar Processos Administrativos referentes aos Pregões Eletrônicos 27/2015 e 75/2015
- ✦ RD/PRESI/004/2016 – Cria Comissão Regional para levantamento do Inventário do Patrimônio exercício de 2015
- ✦ RD/PRESI/005/2016 – Modifica RD/PRESI/018/2015 que cria a Comissão Permanente de Regulamento de Mercado
- ✦ RD/PRESI/008/2016 – Altera RD/PRESI/059/2015 e RD 026/2013 com objetivo de alteração do Presidente da comissão para regularização e acompanhamento dos contratos de concessão de uso
- ✦ RD/PRESI/010/2016 – Altera membros da RD/PRESI/026/2015 – Comissão Permanente de Licitações
- ✦ RD/PRESI/011/2016 – Altera membros da RD/PRESI/025/2015 – Comissão Permanente de Pregoeiro e Equipe de Apoio
- ✦ RD/PRESI/012/2016 – Altera RD/PRESI/051/2015 – comissão para Estabelecimento de Preço Mínimo para Licitação
- ✦ RD/PRESI/013/2016 – Ratificação da Recondição de membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
- ✦ RD/PRESI/014/2016 – Cria Comissão Eleitoral para organizar processo eletivo para eleição de membros para integrar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo
- ✦ RD/PRESI/015/2016 – Cria Comissão Eleitoral para eleição de representante dos empregados no CONSAD
- ✦ RD/PRESI/017/2016 – Cria Comissão Eleitoral para organizar processo eletivo para eleição de membros para integrar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo
- ✦ RD/PRESI/018/2016 – Altera RD/PRESI/051/2015 – Comissão para estabelecimento de Preço Mínimo para Licitação
- ✦ RD/PRESI/019/2016 – Altera RD/PRESI/018/2016 – Comissão para estabelecimento de Preço Mínimo para Licitação

- ✦ RD/PRESI/020/2016 – Cria Comissão para instaurar Processo Administrativo referente à Concorrência Pública 85/2014
- ✦ RD/PRESI/021/2016 – Cria Comissão para instaurar Processo Administrativo referente ao Pregão Presencial 25/2016
- ✦ RD/PRESI/022/2016 – Alterar a composição da Comissão nomeada através RD 020/2016 para instaurar Processo Administrativo referente à concorrência 85/2014
- ✦ RD/PRESI/023/2016 – Alterar a composição da Comissão nomeada através RD 021/2016 para instaurar Processo Administrativo referente ao Pregão Presencial 25/2016
- ✦ RD/PRESI/025/2016 – Altera membros da RD/010/2016 Comissão Permanente de Licitações
- ✦ RD/PRESI/026/2016 – Altera membros da RD/PRESI/011/2016 – Comissão Permanente de Pregoeiro e Equipe de Apoio. Revisada com o mesmo número para alterar membro da comissão
- ✦ RD/PRESI/028/2016 – Cria Comissão Específica para desenvolvimento de Estudo de Recomposição da Tarifa de Uso utilizada nos Entrepósitos da Ceasaminas
- ✦ RD/PRESI/030/2016 – Altera Comissão Permanente de Sindicância e Processo da Ceasaminas
- ✦ RD/PRESI/033/2016 – Cria Comissões para levantamento do Inventário do Patrimônio da Ceasaminas exercício 2016
- ✦ RD/PRESI/037/2016 – Altera RD/PRESI/019/2016 – Comissão para Estabelecimento de Preço Mínimo para Licitações
- ✦ RD/PRESI/038/2016 – Altera RD/025/2016 – Comissão Permanente de Licitações

2 - REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAIS E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E PELO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ENTIDADE:

RECOMENDAÇÕES DA CGU

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Flexibilização das regras de transferência	Aguardar manifestação do TCU, uma vez que a Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas já se posicional parcialmente a favor da CeasaMinas Aguardando a votação de dois Ministros.	PRESI -	-	-

--	--	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Cumprimento parcial de determinação do Acórdão TCU	Processo Judicial já em trâmite 0079.00.019.718-0	DEJUR	-	-

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Cumprimento parcial de determinação do Acórdão TCU	Regularizar os contratos dos seguintes concessionários: Unidade de Contagem: Mercantil Scala Ltda. (Pavilhão F-1); Telemar Leste Oeste S.A (Pavilhão área Especial); - Unidade de Uberlândia: Comercial Pires Carvalho Ltda. e Paraíso das Bananas Ltda.; - Unidade de Caratinga: Jayder Pereira de Miranda (Pavilhão GP-I).	DEJUR	-	-

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União	Anulação do Contrato de Concessão de Uso	DEJUR	30/11/2014	28/02/2015
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União	Encaminhar os fatos à Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União	Inclusão de itens nos editais dos processos licitatórios informando que não serão admitidas na licitação empresas suspensas e impedidas de licitar e contratar	CPL	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.3 – Falta de normatização para precificação das áreas	Publicação de RD que normatize e divulgue a metodologia para precificação dos valores por m ²	PRESI	30/11/2014	31/12/2014

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.1 – Apresentação de documentação incompleta	Entendemos que não houve apresentação de documentação incompleta	PRESI -	-	-
2.1.1.1 – Apresentação	Elaboração de cartilha a fim de	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

de documentação incompleta	instituir controles internos administrativos visando contribuir para a completude e integridade dos registros de documentos essenciais aos processos licitatórios e contratos da Entidade, de modo a permitir a rastreabilidade dos documentos públicos.			
----------------------------	--	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.2 – Restrições à competitividade na realização das Concorrências 75/2010 e 76/2010 e Pregões 11/2008 e 12/2010	Entendemos que não houve restrições à competitividade	PRESI -	-	-

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.3 – Impropriedades na realização das Concorrências 75/2010 e 76/2010	Elaboração de cartilha a fim de instituir controles internos efetivos, de modo a somente apresentar o orçamento contendo valores devidamente detalhados, sem indicação de unidades genéricas ou mediante uso de "verba".	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.5 – Descumprimento de cláusula de garantia na execução dos contratos 18/2011, 23/2011 e 24/2011	Elaboração de cartilha a fim de instruir formalmente a área responsável e os fiscais de contrato para efetuar a cobrança da garantia no momento da assinatura do contrato.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	Contratação de cursos de atualização e capacitação para os servidores da área de licitações e contratos.	PRESI	30/11/2014	01/07/2015
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	Orientar as áreas a adequar os percentuais de encargos conforme a IN 02/2008	Concluído	Concluído	Concluído
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	A CGU solicita que seja demonstrado que os preços estão em conformidade com o praticado no mercado ou que se providencie a restituição ao	PRESI -	-	-

	Erário. Entendemos que não houve sobrepreço e que a demonstração de adequação aos preços de mercado já foi realizada.			
--	---	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.7 – Superfaturamento no Contrato 18/2011 por majoração do valor dos postos de trabalho	Entendemos que não houve superfaturamento, razão pela qual não haverá apuração de responsabilidades nem ressarcimento ao Erário	- PRESI	-	-
2.1.1.7 – Superfaturamento no Contrato 18/2011 por majoração do valor dos postos de trabalho	Contratação de cursos para capacitar os fiscais de contrato	PRESI	30/11/2014	01/07/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.8 – Assinatura de Termos Aditivos sem pesquisa de preços	Contratação de cursos para capacitar os servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos	PRESI	30/11/2014	01/07/2015
2.1.1.8 – Assinatura de Termos Aditivos sem pesquisa de preços	Elaboração de cartilha que institua controles internos para o acompanhamento eficaz dos prazos contratuais da CEASAMINAS visando à prorrogação contratual apenas quando comprovada sua vantajosidade frente às pesquisas de preços de mercado.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.9 – Pagamento de despesas com a prestação de serviços de locação de máquina de lavar piso sem cobertura contratual	Encaminhar à Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades pela assunção de despesas com a prestação de serviços sem cobertura contratual	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.10 – Reajuste pelo IPCA concedido com vedação expressa ao Contrato 60/2008	Orientar a CPL para que faça constar, em editais e contratos, a previsão de reajustamento nas hipóteses permitidas e nas formas dispostas nos arts. 40, inciso XI e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação - CPL a divulgar em Editais, no mínimo, o preço total estimado para a contratação de serviços como parâmetro para aceitabilidade das propostas.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Elaboração de cartilha que institua rotinas para realização de pesquisas de preços, com no mínimo 3 (três) cotações, para todos os itens da Planilha de Custos quando da contratação de serviços.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar os fiscais de contrato a abster-se de prever o item Reserva Técnica nas Planilhas de Custos dos Termos de Referência, detalhando todos os itens da planilha de preços.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação - CPL a definir em Termos de Referências a planilha de custos unitários e exigir dos licitantes que elaborem propostas de preços com os custos unitários de todos os bens e equipamentos para o adequado julgamento dos preços e pagamentos posteriores.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.12 – Impropriedades no planejamento das licitações dos Pregões nº 08/2008 e 12/2010 e Concorrência 24/2012	Elaboração de cartilha que estabeleça rotinas que visam à definição de critérios objetivos e padronizados para o planejamento das licitações, principalmente no tocante à elaboração de estudos de necessidades e orçamento-base detalhado. Além disso, definir controles internos adequados e suficientes para revisão dos processos administrativos da área de contratações.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015
2.1.1.12 – Impropriedades no planejamento das	Contratação de cursos de atualização e capacitação para os servidores que atuam na área	PRESI	30/11/2014	01/01/2015

licitações dos Pregões nº 08/2008 e 12/2010 e Concorrência 24/2012	de licitações e contratos administrativos			
--	---	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação – CPL e os fiscais de contrato a definir em Termos de Referências a planilha de custos unitários e exigir dos licitantes que elaborem propostas de preços com os custos unitários de todos os bens e equipamentos para o adequado julgamento dos preços e pagamentos posteriores.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	Elaborar cartilha que institua rotinas para realização de pesquisas de preços, com no mínimo 3 (três) cotações, para todos os itens da Planilha de Custos quando da contratação de serviços.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	A CGU recomenda que seja comprovada a ausência de sobrepreço ou que se providencie a restituição ao Erário. Entendemos estar provada a ausência de sobrepreço, razão pela qual não serão tomadas providências	- PRESI	27/10/2016	05/06/2017

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
Item 2.2.1.1 – Contratos nºs 36/2002 e 104/2010 - Cefetminas subcontrata Esco Energy Saving Ltda	Falhas em contratações diretas e subcontratação ilegal, para consecução do objeto	PRESI	27/10/2016	30/11/2017
Item 2.2.1.2 – Contratos nºs 36/2002 e 104/2010 - Cefetminas subcontrata Esco Energy Saving Ltda	Indefinição do preço e do objeto, Pagamento inadequado de remuneração variável	PRESI	27/10/2016	30/11/2017
Item 3.1.1.1 – Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de	Irregularidade na concessão de uso de imóvel incluído no Plano Nacional de desestatização – PND	PRESI	27/10/2016	

551.724m²				
Item 3.1.1.2 – Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Área da concessão de uso pertence ao Estado de Minas Gerais e ainda não foi transmitida à União	PRESI	27/10/2016	
Item 3.1.1.4 - Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Definição imprecisa do objeto e das obrigações acessórias no edital	PRESI	27/10/2016	
Item 3.1.1.6 - Concorrência nº 07/2014 - Via Magna – Concessão de área de 551.724m²	Prazo superestimado para concessão de uso	PRESI	27/10/2016	

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
Item 1.1.1.3 – Ausência de Registro no Sistema CGU-PAD	Informações sobre procedimentos adm. disciplinares	PRESI	27/10/2016	
Item 2.1.1.1 – Pregão Eletrônico nº 14/2015	Ausência de detalhamento dos itens da contratação no edital	PRESI	27/10/2016	
Item 2.1.1.2 – Pregão Eletrônico nº 19/2014	Formalização incompleta para troca de platibandas	PRESI	27/10/2016	

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
Itens 1.1.1.3, 2.1.1.1. e 2.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 201601931	Regular com ressalva a Identificação, constatação e encaminhamento das contas do rol de responsáveis: Diretor Presidente (período de 19/06 a 31/12/2015)	PRESI	27/10/2016	30/11/2016
Itens 1.1.1.3, 2.1.1.1. e 2.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 201601932	Regular com ressalva a Identificação, constatação e encaminhamento das contas do rol de responsáveis: Diretor Presidente (período de 19/06 a 31/12/2015)	PRESI	27/10/2016	30/11/2016

2.2 - RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - 2016

ATA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 22 DO MES DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao vigésimo segundo dia do mês de janeiro de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 182ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Novembro/2015, os Senhores Conselheiros: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o senhor Ricardo da Costa Nunes, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A senhora Maria Auxiliadora deu início aos trabalhos entregando ao secretário cópias dos ofícios 001 e 002/2016 do Conselho Fiscal encaminhados aos presidentes do Conselho de Administração e da CeasaMinas, respectivamente. Na oportunidade foi entregue também uma cópia do trabalho de Análise de Horas Extras dos empregados efetivos da CeasaMinas referente ao período de Janeiro a Outubro/2015, objeto anexo aos ofícios supracitados.

2. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À NOVEMBRO/2015 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM NOVEMBRO/2015. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio, foi convidado a participar; ele cumprimentou os presentes e começou seus esclarecimentos falando sobre o cenário de prejuízos apresentado pelas demonstrações financeiras. Segundo ele, o quadro se fez em função do bloqueio judicial pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sofrido pela Empresa, e a contabilização da provisão para perdas que gira em torno de R\$ 2,4 milhões. Não obstante, ele afirmou que, apesar do cenário, a receita do mês de novembro em relação ao mesmo período do ano anterior se manteve razoável dentro da expectativa. Os Conselheiros ressaltaram a falta de investimentos; eles ponderaram que a gestão anterior trouxe a Empresa ao equilíbrio, mas também não fez investimentos. A gestão atual, apesar de lutar pela redução de despesas, nomeou novamente os três cargos de Recrutamento Amplo extintos na gestão anterior, e também não fez os investimentos planejados. Os Conselheiros observaram a continuidade dos resultados negativos das unidades da CeasaMinas no interior. O senhor Názio atribuiu grande parte desses resultados, em tese, aos devedores duvidosos. Questionado sobre a conta SERVIÇOS E SEGUROS, ele informou que essa rubrica é composta basicamente por Serviços Técnicos Profissionais, Manutenção, Limpeza e Segurança (Terceirizados), Água e Energia Elétrica. O conselheiro Ricardo manifestou sua preocupação com os altos números apresentados por essa conta, principalmente nas unidades de Juiz de Fora e Uberlândia. O senhor Ricardo ainda observou que os prejuízos acumulados das unidades do interior se sobrepõem ao lucro acumulado da Empresa. Questionado sobre a estimativa do resultado para o exercício 2015, o senhor Názio, apesar de ainda não ter números definitivos, estimou um prejuízo em torno de R\$ 1,4 milhões. A presidente do Conselho Maria Auxiliadora manifestou seu profundo pesar pelas perspectivas do Gestor e disse que a Empresa poderia evitar essa situação se tivesse reserva de caixa, e lamentou que o Disponível da CeasaMinas esteja em queda, passando de R\$ 9.315.722,00 no início do exercício para R\$ 3.046.007,00, com redução de 67,3%. Em relação às certidões o senhor Názio disse que estão todas em situação regular e que, por um lapso, não retirou a certidão relativa à Caixa

Econômica Federal. O Colegiado solicitou que a mesma fosse apresentada na próxima reunião. 3. ANÁLISE DO PDG – NOVEMBRO/2015. O representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, senhor Plinio Laurindo Gonzaga, se apresentou e confirmou a expectativa de resultado negativo para o exercício. Ele também atribuiu os números ao bloqueio judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sofrido pela Empresa. Os Conselheiros reiteraram sua preocupação com o orçamento sempre extrapolando o previsto, principalmente nas rubricas de horas extras e manutenção e limpeza. O senhor Plinio concordou com os Conselheiros que consideram que os investimentos estão muito aquém do previsto, apesar da aquisição de veículos, da construção do pátio logístico e do investimento no Barracão do Produtor na cidade de Maravilhas Minas Gerais. Ele também corroborou com a opinião dos Conselheiros sobre o Fluxo de Caixa e informou que para o ano de 2016 estão previstos investimentos na ordem de R\$ 1,2 milhões. O Colegiado foi enfático ao dizer que a Empresa precisa de medidas urgentes para fomentar as receitas e retomar os investimentos. Uma dessas medidas seria a eliminação da inadimplência. 4. ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX – NO PERÍODO: Os Conselheiros registraram sua insatisfação pelo não recebimento das atas de reuniões da Diretoria Executiva por dois meses consecutivos. 5. ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD – NO PERÍODO: A ata da última reunião ordinária realizada pelo Conselho de Administração foi apresentada aos Conselheiros durante a reunião, não havendo por isso, condições de analisar o documento que não foi entregue em tempo hábil. 6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA. O representante da Auditoria Interna – AUDIN, José Cupertino, se apresentou para participar da reunião. A senhora Maria Auxiliadora solicitou que a Auditoria verifique a veracidade dos documentos apresentados e ressaltou que a informação deve ser fiel para o Conselho Fiscal. A observação foi necessária diante de diferenças observadas em documentos apresentados em papel e meio eletrônico. Sobre o RAINTE, ele informou que o relatório está sendo elaborado e que os prazos serão cumpridos. Sobre os relatórios apresentados, os Conselheiros se ativeram ao Relatório 40 referente a Auditoria Extraordinária na Seção de Compras. O senhor Cupertino esclareceu as dúvidas apresentadas e o Colegiado o orientou no sentido de solicitar que as recomendações da AUDIN sejam cumpridas pelas áreas auditadas e, caso não sejam, que as áreas apresentem justificativas plausíveis. Quanto ao relatório 40, os Conselheiros orientaram a Empresa a analisar melhor a situação e solicitar que sejam efetuadas regularizações necessárias no fluxo de compras, bem como no sistema de compras. 7. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. Não foram feitas observações ou recomendações. 8. ASSUNTOS GERAIS. A) Os Conselheiros solicitaram a presença do Diretor de Administração e Finanças, senhor Juliano Cardoso Maquiavelli para algumas ponderações. Ele se apresentou e, questionado sobre o cenário econômico-financeiro da Empresa, também atribuiu os resultados ao bloqueio judicial tratado anteriormente. Ele informou que medidas estão sendo tomadas para a regularização da inadimplência e redução de despesas e que outras serão estudadas para a retomada do crescimento. Segundo o Diretor, a meta para 2016 é de redução da inadimplência em 5% (cinco por cento) reais. O senhor Juliano ainda concordou com a afirmação de que o planejamento não é cumprido e que é necessário respeitar o que se planeja. Sobre a questão dos altos valores pagos pelas horas extras, o Diretor disse que é necessário um estudo sobre o tema, mas que a Empresa já está trabalhando para regularização do problema. Os Conselheiros ressaltaram a importância do envolvimento dos Fiscais dos Contratos com as empresas terceirizadas. Quanto ao apontamento da Auditoria na área de Compras, ele informou que vai tomar conhecimento e auxiliar na solução dos problemas. Ele

afirmou que a sua Diretoria vai se envolver. Os Conselheiros manifestaram sua insatisfação pela não apresentação das atas de reunião do Conselho de Administração – CONSAD e da Diretoria Executiva – DIREX e também da divergência em algumas informações apresentadas pelas áreas envolvidas nas reuniões do Colegiado. Na oportunidade eles ressaltaram a importância de todos os responsáveis pelas áreas afins à reunião do Conselho Fiscal estar à disposição nos dias de reunião, pois, em algumas situações, as pessoas não comparecem quando solicitadas. Eles esclareceram que a prioridade é atender ao Conselho quando de sua presença na Empresa. Eles também pediram atenção para a fidelidade da documentação apresentada ao Conselho Fiscal, bem como que os documentos estejam todos assinados pelos respectivos responsáveis pela informação. O senhor Juliano concordou com a observação dos Conselheiros e informou que medidas serão tomadas para atender as solicitações apresentadas. **B)** Os Conselheiros solicitaram que as atas de suas reuniões sejam amplamente divulgadas a todos os setores da Empresa, a fim de se evitar constrangimentos com desculpas apresentadas para o não esclarecimento de situações, a falta de documentação e/ou de providências solicitadas nas referidas atas. Foi sugerido que os referidos documentos sejam publicados na Intranet da Empresa e encaminhados também por meio de correio eletrônico (e-mail). O Diretor concordou com a sugestão e se colocou à disposição para auxiliar no que for necessário para que essas soluções sejam implantadas. **C)** Os Conselheiros definiram o calendário de reuniões para o ano de 2016. Ficou definido que as reuniões acontecerão sempre nas sextas-feiras da segunda semana de cada mês para que a Empresa encaminhe o material a ser apreciado pelos Conselheiros na primeira semana de cada mês. Excepcionalmente, a próxima reunião ficou agendada para o dia 26 de Fevereiro, quando serão analisadas as informações financeiras relativas ao encerramento do Balanço de 2015. Ficou definido que a tabela com as datas das reuniões será elaborada pelo secretário do Conselho e encaminhada para conhecimento de toda a Empresa. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 183ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 26 DO MES DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao vigésimo sexto dia do mês de janeiro de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 183ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Dezembro/2015, os Senhores Conselheiros: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o senhor Ricardo da Costa Nunes, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. 1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora deu início à reunião informando que nessa reunião seriam analisadas as peças do Balanço para o Encerramento do Exercício. Ela ainda destacou alguns itens que mereceriam melhor análise como: a) provisão para despesas operacionais (aumento de 561,64% em relação a 2014); b) resultado do exercício; e c) aumento de 44,89% nos valores das ações judiciais em relação a dezembro de 2014. 2. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À DEZEMBRO/2015 E POSIÇÃO DO SALDO

MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM DEZEMBRO/2015. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, foi convidado a participar; ele cumprimentou os presentes e se colocou à disposição para os esclarecimentos. Sobre as peças apresentadas, ele disse que as demonstrações foram elaboradas segundo as orientações do DEST, segregando o Anexo I. Sobre o prejuízo, ele informou que deve ser submetido à apreciação do Conselho de Administração para deliberação, mas que em princípio, não há o que fazer, senão compensar. Questionado sobre essa compensação, ele respondeu que é um processo automático, a partir do momento em que a Assembleia Geral Ordinária – AGO, analisa a proposta da Diretoria e delibera pela compensação futura, os lucros futuros automaticamente farão essa compensação. Segundo ele, do possível lucro apurado no próximo exercício, a primeira ação, antes de qualquer outra deliberação, será compensar o prejuízo do exercício anterior e depois seriam designadas as demais distribuições. Ele explicou que não há obrigatoriedade de se compensar esse prejuízo no exercício seguinte e que se houver apuração de novo prejuízo, o mesmo será acumulado e a compensação só será feita quando for apurado lucro. Ainda segundo o gestor, os números apresentados aconteceram em função do aumento da constituição de provisões para perda em 2015. O gestor foi questionado sobre o lançamento de despesas para o próximo exercício e explicou que se referia a seguros e impostos relativos ao patrimônio e resultado da RDC, uma conta de Rateio das Despesas Comuns. Ele esclareceu que a RDC é uma conta gráfica que controla as despesas comuns no âmbito operacional (mercado) que são definidas nos contratos de concessão de uso realizados entre os comerciantes e a CeasaMinas. Essa conta, por meio de seu resultado trimestral define a tarifa a ser paga pelos comerciantes no trimestre seguinte. Para controle dessa conta existe uma comissão que é presidida pelo Diretor Financeiro da CeasaMinas. Ele ainda explicou que quando é feito o encontro de contas e a RDC fica negativa é feito o lançamento dessa despesa. Continuando os esclarecimentos sobre o cenário financeiro o gestor falou sobre o resultado do MLP que apresentou prejuízo de R\$ 840 mil. Os conselheiros reiteraram sua preocupação com a situação dos MLP's e ratificaram suas orientações de que é necessário um diagnóstico dessas unidades e adoção de estratégias para se solucionar os problemas, pois a situação está bastante crítica. O gestor concordou que é necessário um estudo aprofundado e se definir planos para aumentar as receitas ou cortar custos. A Conselheira Sônia Mariza interveio e disse que quando se fala em cortar custo é necessário identificar a origem desses custos, porque normalmente as empresas pensam que os custos que oneram são relativos a pessoal e que afetam a qualidade de vida dos servidores. Ela exemplificou dizendo que a maioria das empresas entende que cortando despesas ínfimas como café, água, papel higiênico, dentre outras, está resolvendo seus problemas financeiros; mas se esquecem de analisar outras questões e despesas que oneram como viagens. Sônia entende que talvez seja necessário avaliar a relevância de algumas viagens; se realmente todas as viagens são necessárias, se elas estão trazendo algum benefício ou crescimento para a empresa. Ela continuou dizendo que infelizmente existe uma cultura errônea nas empresas estatais de sempre se cortar custos ou despesas começando pelas áreas que envolvem os funcionários. Segundo entendimento da senhora Sônia é necessário se realizar um planejamento imparcial e com critérios bem estabelecidos para o corte de custos e despesas. O Conselheiro Ricardo questionou sobre o valor da depreciação em Uberlândia o qual entendeu ser bem expressivo. O gestor explicou que esses valores são relativos a um galpão construído a cerca de doze anos. Quanto ao parecer da Auditoria Independente, os conselheiros entenderam que ficou idêntico ao parecer relativo ao exercício anterior. O gestor explicou que não tem como haver muita variação, pois não houve

alterações significativas. Sobre as ações judiciais que tiveram um aumento expressivo entre 2014 e 2015 o gestor esclareceu que esse aumento aconteceu em função do bloqueio judicial de cerca de R\$ 3 milhões e ainda a condenação em processo na unidade de Uberlândia em torno de R\$ 600 mil.

3. ANÁLISE DO PDG – DEZEMBRO/2015. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião, cumprimentaram os presentes e confirmaram o momento ruim da Empresa. A senhora Rosinéia disse que apesar do momento, a boa notícia é que as despesas estão sendo controladas. Em contrapartida os Conselheiros manifestaram a falta de investimentos e crescimento da Empresa. Rosinéia ponderou que, diante da situação atual de caixa na Empresa, ela não saberia afirmar até onde a falta de investimentos seria maléfica ou benéfica, visto que não há dinheiro em caixa para se realizar os investimentos previstos. Eles ainda esclareceram que há contratos assinados e que os investimentos acontecerão e dependendo do montante, poderão ultrapassar as previsões. Mas se, diante desse quadro, as receitas não acontecerem, o caixa da Empresa pode ficar ainda mais prejudicado e as receitas futuras continuarão custeando as despesas operacionais. A Conselheira Maria Auxiliadora questionou sobre o posicionamento do DEST em relação ao orçamento e como a Empresa se defende perante aquela entidade. Os gestores explicaram que o próprio Departamento de Planejamento elabora as respostas ao DEST e que as justificativas são as de falta de caixa, morosidade dos trâmites das documentações, dentre outros. Questionados sobre a periodicidade das reuniões entre DEPLA e Presidência e sobre o posicionamento do Diretor Presidente quanto ao Fluxo de Caixa, eles informaram que as reuniões só acontecem em função de demanda e que o tema Fluxo de Caixa ainda não teria sido abordado junto à Diretoria. Sobre o Relatório de Administração, a senhora Rosinéia explicou que se trata do espelho da realidade da Empresa em 2015; uma demonstração analítica do cenário da Empresa naquele exercício. Os Conselheiros informaram que não receberam o documento em tempo hábil e, dessa forma, não seria analisado nessa reunião.

4. ATA DA 349ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Os Conselheiros analisaram o referido documento e não foram feitas observações ou recomendações.

5. ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD – NO PERÍODO: Foram apresentadas as atas referentes às 222ª e 223ª reuniões ordinárias do CONSAD. Em relação à ata da 222ª reunião o Colegiado se ateve ao apontamento de que a CeasaMinas está arcando com despesas que são de obrigação da RDC, quando o Conselho de Administração solicitou um levantamento das apropriações indevidas e sua adequação. O Conselho Fiscal manifestou o desejo de ser inteirado sobre os desdobramentos desse tema. Em relação ao item PDG, o Conselho Fiscal demonstrou preocupação pela análise simplória que tem sido feita desse item e a falta de posicionamento sobre a questão da redução do Fluxo de Caixa apresentada pela Análise do PDG, que demonstrou ao longo de 2015 uma queda significativa em torno de 70% (setenta por cento). Sobre a deliberação por regionalizar a Comissão de Patrimônio citada na referida ata, o Colegiado pediu melhores esclarecimentos sobre o tema. O secretário da reunião, senhor David, que é o presidente da atual Comissão de Patrimônio nomeada por Ato Normativo, perguntou se teria permissão dos Conselheiros para tentar esclarecer. Autorizado, ele informou que essa decisão fora tomada com vistas a “reduzir os custos dos trabalhos desenvolvidos”, segundo justificativa apresentada pelo Chefe de Gabinete da Presidência, senhor Edgardo José de Campos Melo Filho, enviada ao próprio presidente da Comissão por meio eletrônico (e-mail). Os Conselheiros questionaram sobre a situação do relatório de patrimônio e foram informados que os trabalhos da Comissão, bem como o aludido relatório tiveram seu desenvolvimento prejudicado em função do impasse gerado

pela questão das viagens para conferência dos bens nas unidades da CeasaMinas no interior, bem como pela decisão do Conselho de Administração que culminou com o veto à viagem programada às unidades da CeasaMinas em Uberlândia e Uberaba para levantamento do seu imobilizado; e que o relatório será apresentado sem o levantamento dos bens dessas unidades.

6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - AUDIN. Convidado a participar, o senhor Carlos Cássio, gestor da AUDIN, cumprimentou a todos e se colocou à disposição para esclarecimentos. Os conselheiros manifestaram sua satisfação com a adoção de ações para se conter as despesas com horas extras e questionaram sobre o relatório alusivo ao tema apresentado pela AUDIN. Ele esclareceu que foi uma auditoria solicitada diretamente pela Presidência da CeasaMinas nas empresas terceirizadas que mantém contrato com a Empresa. Ele ainda informou que justificativas foram apresentadas, porém não foram acatadas e o Diretor Presidente determinou o corte do pagamento das horas extras, com exceção daquelas realmente necessárias. Quanto ao RAIN, o gestor disse se tratar da demonstração das atividades desenvolvidas pela auditoria em 2015 e as respectivas respostas e ações das áreas auditadas. Ele acrescentou que as Considerações Finais traziam os relatórios mais relevantes e expressivos. O gestor ainda informou que a data limite para a entrega do relatório é 29 de fevereiro e que o mesmo também será publicado no site da Empresa. A conselheira Maria Auxiliadora apontou algumas inconsistências apresentadas pelo relatório em seus anexos. O senhor Cássio concordou e disse que já havia percebido e realizado as alterações; ele solicitou permissão para apresentar os anexos novamente com as devidas correções na próxima reunião e seu pedido foi acatado. Ele se comprometeu a apresentar o RAIN trimestramente além do comparativo entre os períodos.

7. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. Em relação às licitações o senhor Cássio esclareceu que o novo formato de relatório foi uma solicitação do Conselho de Administração; quanto ao volume ele disse que não foi apresentada nenhuma documentação assinada para sua análise. Não foram feitas observações ou recomendações.

8. ASSUNTOS GERAIS.

a) Parecer do Conselho Fiscal – O Conselho Fiscal não emitiu o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício 2015 por não ter recebido em tempo hábil, para análise, o Relatório de Administração. O parecer será emitido na próxima reunião do Colegiado após a análise do documento;

b) Envio de documentação – Mais uma vez o Conselho Fiscal não recebeu a documentação de maneiras a proceder a uma análise antecipada dos relatórios. Com isso, algumas ações se tornaram inviáveis como a emissão do próprio parecer. Assim o Colegiado estabelece que a documentação pertinente a sua reunião mensal, seja das áreas financeira, contábil, econômica, jurídica ou administrativa, deverá ser encaminhada com uma semana de antecedência. Vale ressaltar que o material deverá ser enviado de maneira completa e impresso, não devendo ficar nenhuma pendência para ser enviada por e-mail como tem sido verificado;

c) Ações Judiciais – o Conselho Fiscal, com vistas a uma análise mais próxima da realidade judicial da Empresa, sugeriu que, além das planilhas apresentadas mensalmente pelo Departamento Jurídico, seja elaborado e apresentado um relatório demonstrativo das ações consideradas mais críticas e sujeitas à condenação, execução e consequentes perdas. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 11/03/2016, conforme calendário pré-estabelecido. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 184ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS,

REALIZADA NO DIA 11 DO MES DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo primeiro dia do mês de março de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 184ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Janeiro/2016, os Senhores Conselheiros: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o senhor Ricardo da Costa Nunes, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos.

2. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À JANEIRO/2015 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM JANEIRO/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, foi convidado a participar; ele cumprimentou os presentes e se colocou à disposição para os esclarecimentos. Perguntado sobre a situação econômica da Empresa, o senhor Názio informou que em Janeiro a Empresa teve um lucro de R\$ 187.081,08 e que mesmo o valor sendo inferior ao valor do mesmo período no exercício anterior, manteve-se dentro das expectativas. Ele informou também que para o mês de fevereiro a expectativa não é positiva. Os Conselheiros entenderam que sempre no mês de fevereiro, em função de uma série de fatores, os resultados sofrem algum tipo de impacto. Quanto às unidades do interior foi constatado que houve melhora nos resultados e que, mesmo não apresentando lucro algumas tiveram redução nos prejuízos em relação aos períodos anteriores. O senhor Názio informou ainda que a justiça bloqueou mais R\$ 800 mil nas contas da CeasaMinas, em favor da Prefeitura de Contagem. Ele acredita que seja um complemento aos valores já bloqueados em novembro de 2015. Os Conselheiros demonstraram grande preocupação com esses bloqueios e orientaram o gestor a continuar constituindo provisão para perdas. O Colegiado recomendou que a Diretoria, bem como o Conselho de Administração, acompanhasse atentamente esse processo. Eles ainda solicitaram maiores informações sobre este último bloqueio para a próxima reunião.

3. ANÁLISE DO PDG – JANEIRO/2015. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião. Os Conselheiros alertaram sobre o fato de as receitas sempre apresentarem resultados abaixo do previsto e as despesas apresentarem resultados bem além do previsto. Segundo eles, se essa premissa for verdadeira e continuar, o resultado de 2015 pode se repetir em 2016. Ficou constatado ainda que a disponibilidade caiu cerca de 30% e que os investimentos simplesmente não existiram. Os gestores informaram que vão solicitar à Diretoria Executiva uma reavaliação dos investimentos. O Colegiado entende que o resultado depende da gestão e que a Empresa necessita de receita e investimentos, além de reduzir despesas. Sobre a rubrica Benefícios Sociais apresentar um número bastante elevado, a senhora Rosinéia disse que em parte se deve aos valores pagos pela Empresa como subsídio do plano de saúde dos empregados que, em função do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, ficaram bem acima do que vinha sendo praticado. Segundo ela, essa questão será reavaliada quando da reprogramação orçamentária. Os Conselheiros constataram ainda que o Fluxo de Caixa está caindo drasticamente, de R\$ 4,8 milhões para R\$ 1,8 milhões. Sobre o questionamento dos Conselheiros sobre os valores de energia elétrica, ficou esclarecido que a Empresa sempre recupera os valores gastos com essa rubrica mas que, no aludido período houve algum problema interno que será averiguado. Diante de tudo o que fora explanado,

os Conselheiros entendem que o cenário continua preocupante. 4. ATA DA 350ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Os Conselheiros analisaram o referido documento e não foram feitas observações ou recomendações sobre o conteúdo. Porém, os Conselheiros demonstraram preocupação porque, em um momento conturbado, em que a Empresa vive um cenário econômico-financeiro preocupante, a pauta de reunião da Diretoria Executiva fosse apenas para se tratar da Destinação da Reserva de Lucro da Empresa. 5. ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD – NO PERÍODO: Não houve reunião do Conselho de Administração no período. 6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - AUDIN. Convidado a participar, o senhor Carlos Cássio, gestor da AUDIN, se colocou à disposição para esclarecimentos. Sobre o sumário do RAINT o gestor esclareceu as dúvidas dos Conselheiros. Sobre o relatório nº 5, os Conselheiros ficaram novamente preocupados com a constatação de que os gastos estão muito superiores à capacidade da Empresa. Os Conselheiros se deram por satisfeitos e sobre os demais relatórios não foram feitas considerações ou recomendações. 7. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. Não foram apresentados processos de licitação. 8. ASSUNTOS GERAIS. a) Parecer do Conselho Fiscal – O Conselho Fiscal emitiu e entregou à CeasaMinas o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício 2015; b) Envio de documentação – o Conselho Fiscal ficou parcialmente satisfeito com a entrega do material para análise, pois ainda foram enviados documentos fora do prazo. A presidente do Conselho, Maria Auxiliadora, ratificou a necessidade de o material estar disponível na sexta-feira anterior à data da reunião. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 15/04/2016, conforme calendário pré-estabelecido e encaminhado às áreas envolvidas. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 185ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 20 DO MES DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao vigésimo dia do mês de março de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 185ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Fevereiro/2016, os Senhores Conselheiros: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o senhor Ricardo da Costa Nunes, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. 1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. 2. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À FEVEREIRO/2015 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM FEVEREIRO/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, foi convidado a participar; ele cumprimentou os presentes e se colocou à disposição para os esclarecimentos. Perguntado sobre a expectativa em relação à Assembleia Geral Ordinária – AGO e a aprovação das contas do exercício 2015, o gestor disse já ter lido o relatório da AGO e que o mesmo corroborava com a compensação do prejuízo por meio da utilização de Lucros Futuros e, consequentemente, aprovava das contas de 2015. O senhor Názio comunicou aos Conselheiros que o Balanço

relativo a 2015 estaria sendo publicado nesse dia 21/04/2016. Em relação à documentação em análise o Conselheiro Ricardo demonstrou preocupação quanto ao fato de 25% do ativo estar associado à Contas a Receber. A preocupação é pertinente, pois as Contas a Receber começam a comprometer as receitas. O gestor explicou que realmente a situação é preocupante, mas que a atual diretoria financeira tem tomado algumas providências para regularizá-la, a saber: Notificação cartorária, acordos particulares, encaminhamento dos inadimplentes para Serasa e SPC, dentre outras, além de constituir provisão para perdas. Segundo o gestor, o foco é “atacar” a inadimplência e compor caixa. Foi verificado que o Patrimônio Líquido diminuiu, ao que foi explicado que isso aconteceu em função do prejuízo. O gestor também confirmou o bloqueio de R\$ 800 mil informado em reunião anterior. Mais uma vez os Conselheiros alertaram para a falta de investimentos e reiteraram a recomendação de que se faz necessário e urgente a adoção de um Plano de Providências ousado e agressivo para controlar o atual cenário econômico-financeiro da Empresa. Quanto ao convenio ente CeasaMinas e Estado de Minas Gerais para a gestão dos MLP's, os conselheiros também recomendaram que a Empresa estude uma maneira de se alterar a cláusula que trata a distribuição de lucros e prejuízos, pois, segundo o Colegiado, essa cláusula reflete de maneira significativa e negativa nos resultados financeiros da CeasaMinas, tanto na geração de impostos quanto na distribuição de lucros e dividendos. O Colegiado sugeriu que a Empresa elabore e apresente ao Governo Estadual uma proposta de solução para esse problema.

3. ANÁLISE DO PDG – FEVEREIRO/2015. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião. Os Conselheiros demonstraram sua preocupação com os resultados financeiros e questionaram aos gestores sobre a perspectiva da Empresa. A senhorita Rosinéia também falou de sua preocupação e que a expectativa é de continuidade de prejuízo para o mês de Março, em torno de R\$ 700 a R\$ 800 mil acumulado. Os Conselheiros alertaram para o problema de liquidez e novamente recomendaram a elaboração imediata de um Plano de Providências. Segundo a gestora Rosinéia, a Empresa não se preparou para o fim dos processos licitatórios de novas áreas. O Colegiado recomendou ainda que se elaborasse um diagnóstico simples e objetivo do atual cenário e que o mesmo fosse apresentado à nova diretoria. Quanto ao orçamento, a senhorita Rosinéia manifestou sua preocupação com os processos licitatórios que tem uma previsão de realização em torno de R\$ 8 milhões e até o presente, apenas foram realizados 2,5% desse montante. Segundo ela, não há nenhuma expectativa de que se consiga realizar o total previsto. Ela explicou ainda que a Empresa não consegue realizar investimentos por falta de caixa. Os conselheiros manifestaram preocupação também com as despesas de pessoal que ainda são bastantes relevantes. Segundo Rosinéia, o item referente a pessoa que mais a preocupa é o referente a Plano de Saúde que aumentou muito e não é uma despesa variável. Questionada sobre possíveis soluções para o atual cenário, ela disse que, se houvesse caixa, o Plano de Desligamento Incentivado – PDI seria uma alternativa interessante; outra alternativa que ela entende como interessante e necessária é a revisão das tarifas nos contratos de concessão de uso. Questionada sobre o Rateio das Despesas Comuns – RDC, a gestora informou que foi apresentado pela diretoria anterior um novo regulamento de RDC, pois segundo a gestão da Empresa juntamente com a Associação dos Comerciantes da CeasaMinas – AC Ceasa, o rateio praticado anteriormente não era coerente com a realidade. Ainda segundo a gestora, não se pode fazer uma análise das medidas contidas nesse novo regulamento e se elas serão benéficas ou não para a CeasaMinas e qual será o impacto nas contas da Empresa.

4. ATA DA 351ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Os Conselheiros analisaram o referido documento e

questionaram sobre o item 4 que trata a questão das secretárias da CeasaMinas. Segundo análise do Colegiado, a redação do item teria ficado bastante subjetiva, daí a necessidade de melhores esclarecimentos. Segundo a informação da Empresa, houve uma denúncia anônima junto ao sindicato da classe das secretárias que, por sua vez, requereu da CeasaMinas o recolhimento da devida contribuição; a CeasaMinas não concordou com esse recolhimento e, devido o impasse, foi solicitada uma reunião junto ao I. Ministério do Trabalho e Emprego, onde a mediadora daquele órgão solicitou e estipulou prazo para que a Empresa apresentasse uma solução para o impasse. Conforme relatado pela Empresa o assunto está sendo tratado pelo Comissão de Planos de Cargos e Salários e apresentará solução dentro dos prazos estipulados.

5. ATA DA 223ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: Os Conselheiros analisaram o referido documento e se ativeram ao item 17 sobre um relatório técnico de verbas indenizatórias – INSS que foi esclarecido pelo senhor Carlos Cássio, Auditor Interno da Empresa.

6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - AUDIN. Convidado a participar, o senhor Carlos Cássio, gestor da AUDIN, se colocou à disposição para esclarecimentos. Sobre o item 17, constante da ata da 223ª reunião ordinária do CONSAD, que segundo a redação da ata, a CeasaMinas teria recolhido mais INSS do que deveria por meio da Folha de Pagamento. O gestor informou aos Conselheiros que em 2004 uma empresa denominada FEPAD por meio de consultoria à CeasaMinas trouxe a informação de que algumas verbas não teriam incidência de INSS (Aviso Prévio, 1/3 sobre Férias, 15 primeiros dias de licença pelo SUS, etc.). A partir de então a área contábil da CeasaMinas, “escorada” no relatório elaborado pela FEPAD, começou a fazer, à revelia, mas com devida comunicação à Receita Federal, compensações de impostos que, conforme orientação daquela consultoria, a CeasaMinas estaria recolhendo a maior. Segundo o gestor, algum tempo depois a Receita Federal viria autuar a CeasaMinas por entender que as verbas teriam incidência sim, de INSS e, que a Empresa estaria fazendo recolhimento indevido (a menor). O CeasaMinas parcelou e pagou o débito de cerca de R\$ 900 mil. O gestor continua sua explanação dizendo que o ex-presidente Gustavo França Fonseca quis contratar, sem licitação, o escritório de advocacia Carlos Leduar Lopes, de São Paulo, para revisão desses cálculos, uma vez que a Receita Federal, recentemente, mudou seu entendimento e reconheceu que aquelas verbas realmente não tinham incidência de INSS. O senhor Cássio informou ao CONSAD que a questão está sendo discutida judicialmente e estudada internamente, e que no seu tempo será levado ao conhecimento daquele Conselho. Em relação ao Relatório de Auditoria nº 8 - VINA, o auditor informou que foram apontadas irregularidades no cumprimento do horário de trabalho noturno. Segundo os apontamentos, os empregados terminavam suas atividades antes do horário normal de saída e abandonavam o local de trabalho e o registro de pontos desses “trabalhadores” ficava por conta de outro empregado que também não cumpria integralmente sua jornada. Segundo o senhor Cássio, a Diretoria Financeira da CeasaMinas, diante desses apontamentos, deliberou pela dedução dessas horas não trabalhadas efetivamente, quando do pagamento das faturas da referida empresa terceirizada. O senhor Cássio argumentou que não conseguiu acesso ao “backup” dos vídeos das câmeras de segurança instaladas nas mediações de onde ocorreram esses fatos e que, se as filmagens pudessem ter sido analisadas, os valores a serem deduzidos ainda seriam bem maiores, pois os empregados iam embora muito antes do término de suas jornadas. Sem o acesso às filmagens, o senhor disse ter se debruçado sobre os livros de registros e sobre os próprios cartões de ponto, pois entendia que não seria crível que 30 a 40 pessoas conseguissem registrar os seus pontos em apenas um minuto. Os Conselheiros entendem que o ocorrido pode se

caracterizar como crime, pois deu prejuízo aos cofres da CeasaMinas; eles ainda questionaram sobre a possibilidade de conivência do fiscal do contrato. Segundo Cássio, o fiscal não teria flexibilidade de horário para efetuar a devida fiscalização. Sobre o item 6 do mesmo relatório, o gestor informou que a Diretoria Financeira já teria solucionado o problema parando o veículo e o motorista que eram da CeasaMinas e assumiam obrigações de funcionários da empresa terceirizada. Os Conselheiros questionaram que, embora o problema tivesse sido identificado e solucionado, houve o tempo pregresso em que o problema gerou prejuízo para a CeasaMinas que pagava normalmente o contrato sem a realização efetiva dos serviços pela “terceirizada”. Diante disso, os Conselheiros recomendaram que seja feito um levantamento dos prejuízos causados à CeasaMinas e que vislumbre o ressarcimento desses valores à Empresa. Os conselheiros reforçaram a recomendação de que os fiscais de contratos necessitam de capacitação e ainda, que deveriam assumir responsabilidades pelas irregularidades apontadas durante a gestão do contrato. O senhor Cássio acrescentou que a capacitação deveria ser continuada. Quanto ao Relatório de Auditoria nº 9 foi apontado que as falhas de responsabilidade seriam do Departamento Jurídico – DEJUR e não da Comissão Permanente de Licitação – CPL e que já estaria sendo regularizado. Relatório de Auditoria nº 10, pela sua complexidade, será analisado na próxima reunião, conforme deliberação do Colegiado. 7. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações. 8. ASSUNTOS GERAIS. Em face das atuais circunstâncias políticas no país e da tramitação do processo de “impeachment” da Presidente da República, a próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 20/05/2016, causando uma mudança no cronograma pré-estabelecido. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 20 DO MES DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao vigésimo dia do mês de maio de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 186ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Março/2016, As senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e a senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. 1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. Na oportunidade ela deu as boas vindas à nova integrante do Conselho Fiscal, a senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, que tomou posse naquele momento. Aproveitando o momento a senhora presidente do Conselho, com o objetivo de colocar a nova Conselheira a par da situação da CeasaMinas, fez uma explanação sobre a Empresa e seu cenário econômico-financeiro atual. Após as informações, todos assinaram os termos de posse conforme Assembleia Geral Ordinária – AGO de 25/04/2016. 2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR. Conforme constante em ata da 185ª Reunião Ordinária desse Colegiado, o gestor da Auditoria Interna foi convidado a participar para a análise do Relatório de Auditoria nº 10 que, pela sua complexidade foi transferida

para essa reunião. Esse relatório faz diversas constatações pertinentes a procedimentos rotineiros de conservação e manutenção de Juiz de Fora e, apresenta recomendações específicas para cada constatação, dentre as quais foram destacadas: a) Compra indevida com Fundo Fixo - as Conselheiras questionaram sobre a autonomia do gerente de unidade para gastar acima do valor limite, sem explicações. O auditor disse que não há essa autonomia, mas que estaria aguardando os esclarecimentos por parte do gerente. As Conselheiras solicitaram que esses esclarecimentos sejam apresentados ao Colegiado na próxima reunião e o senhor Cássio disse que na próxima reunião seria apresentado o sumário do trimestre com todas as situações; b) Armazenamento de mercadorias que sobram sem o devido pagamento - o auditor esclareceu que é uma irregularidade, pois a área é marcada para um dia de mercado apenas e, caso não haja pagamento de uma segunda reserva de área, essas mercadorias são passíveis de apreensão e outras sanções. Caso o regulamento não seja cumprido, o gerente pode ser responsabilizado; c) Termo de Ajuste de Conduta – TAC dos Carregadores - o auditor esclareceu que na unidade de Contagem a situação está conforme a legislação, mas nas unidades do interior ainda não existe uma movimentação sobre o assunto e a Empresa está sujeita a multa diária de R\$ 1.000 reais por trabalhador irregular. As conselheiras se mostraram bastante preocupadas com esse tema e solicitaram providências no sentido de se evitar mais um problema financeiro. O Colegiado solicitou que seja informado da evolução desse tema; d) Inadimplência R\$ 366.366,04 - A presidente do Conselho questionou se as ações prometidas pelo Diretor Financeiro, em reuniões anteriores, de inclusão dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito e cobrança, estariam sendo aplicadas também nas unidades do interior. A conselheira Sônia disse que deveriam ser apresentados ao Colegiado a evolução e os resultados dessas ações, não apenas nas unidades do interior, mas de maneira geral pela Empresa. Esse assunto será tratado como pendência para a próxima reunião. A senhora Maria Auxiliadora ressaltou que essa questão da inadimplência vem sendo apontada recorrentemente pelo Colegiado, conforme atas anteriores, e enfatizou a necessidade do acompanhamento dessa inadimplência e de dar conhecimento da evolução aos conselhos Fiscal e de Administração. A conselheira Sarah Tarsila ressaltou que esse valor relativo à inadimplência, se regularizado, reverteria os resultados financeiros da unidade e que isso seria extensivo aos números de toda a Empresa; e) Honorário de Sucumbência - perguntado sobre a questão dos honorários de sucumbência e legislação relativos à ação de reintegração de posse contra a empresa Danifrut Comercio de Frutas Ltda., o auditor esclareceu que esses honorários tem uma legislação ainda não pacificada e por isso, ele entende que essas verbas devem ser registradas, inclusive para fins de imposto de renda e que deva haver uma normatização do tema que se encontra obscuro juridicamente.

3. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. Esclarecidas as pendências, auditor continuou à disposição para esclarecimentos sobre os relatórios pertinentes a reunião em curso. Questionado sobre a situação dos MLP's, ele informou às Conselheiras que está em discussão ainda não oficial, uma proposta do Banco de Caixas de Contagem, para um projeto de terceirização dos MLP's, com a anuência da Associação dos Produtores Rurais de Minas Gerais – APHCEMG e da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA. A presidente do Conselho solicitou que o Colegiado seja informado sobre a evolução dos estudos sobre esse projeto. Sobre o Relatório de Auditoria nº 13, o auditor se tratar de uma palestra da qual ele participou e conheceu algumas práticas que seriam, segundo seu entendimento, pertinentes às atividades da CeasaMinas. O Colegiado recomendou que a Auditoria Interna multiplicasse esse conhecimento para as áreas que julgasse importante, pois entende que o conteúdo

da palestra trata muitos temas de grande relevância para toda a Empresa. Quanto ao Relatório de Auditoria nº 15, o Colegiado enfatizou que grande parte dos apontamentos faz referências à necessidade de capacitação para profissionais de várias áreas da Empresa: Tecnologia da Informação, Licitações e, principalmente, Fiscal de Contrato. A presidente do Colegiado salientou que essa recomendação de capacitação para a função específica de Fiscal de Contrato já fora feita em reuniões anteriores, mas que, pelo que tem sido apresentado pela Empresa, não houve avanços. Diante disso, a senhora Sarah sugeriu que fossem apresentadas as normas para indicação e nomeação de cargos e responsabilidades como Fiscal de Contrato, dentre outros; pois o Colegiado entende que, fundamentalmente, os Fiscais de Contratos deveriam ser capacitados e nomeados por meio de Resoluções da Diretoria.

4. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À MARÇO/2015 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM MARÇO/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, se apresentou e cumprimentou os presentes e se colocou à disposição para os esclarecimentos. Sobre o cenário econômico financeiro da CeasaMinas o gestor não se mostrou muito otimista em relação ao futuro próximo. Questionado sobre o reajuste de tarifas, ele informou que em Maio haverá um reajuste da tarifa de Concessão de Uso, na ordem de 9,5%, aproximadamente, o que projetaria um “plus” nas receitas em torno de R\$ 200 mil. Segundo ele, esse valor amortizaria os débitos de saldo devedor ou geraria lucro. Quanto à tarifa do MLP, haverá um reajuste em torno de 20% no mês de Junho, conforme documento formalizado entre a Diretoria da CeasaMinas, SEAPA e Conselho Gestor. O reflexo desse reajuste será “sentido” no segundo semestre e causará a redução do prejuízo da Empresa, que em grande parte é oriundo dos MLP’s. Quanto à inadimplência, ele informou que estão sendo implementadas algumas ações de renegociação das dívidas, que tem surtido certo efeito. Ainda segundo o gestor, a meta é reduzir em 5% o valor da inadimplência até o final de 2016. Em relação à receita, o senhor Názio ponderou que os valores foram mantidos relativamente ao mês de Fevereiro. Quanto às unidades do interior, verificou-se uma melhora relativa, em relação ao período anterior e reiterou-se que os MLP’s refletem, em grande parte, os números da Empresa, de maneira geral. Questionado sobre a perspectiva da Empresa para o próximo período a ser analisado, o gestor disse que em Abril haverá uma estabilidade e que, para Maio é esperado o reflexo do reajuste da tarifa de Concessão de Uso. Como última informação, o senhor Názio disse que a Prefeitura de Governador Valadares regularizou a situação do terreno onde está instalado o entreposto da CeasaMinas, naquele município, fazendo a doação do mesmo. Essa transação gerou a contabilização de um investimento, e conseqüentemente, uma Receita de Capital no valor de R\$ 1,6 milhão, o que reflete num resultado positivo para aquela unidade.

5. ANÁLISE DO PDG – MARÇO/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião. As Conselheiras questionaram se havia alguma nova estratégia da Diretoria para melhorar o atual cenário da Empresa. A senhora Rosinéia informou que, em função das mudanças de presidente ocorridas em apenas trinta dias, a situação ainda está meio confusa. Porém, informou que há um estudo do Departamento Técnico sobre reestruturação de receitas relativas à concessão de áreas. A gestora não forneceu detalhes desse estudo por não ter participado da elaboração do mesmo. Quanto ao cenário econômico financeiro atual da Empresa, a gestora considera que o aumento do prejuízo ocorreu em função do aprovisionamento de R\$ 800 mil, em função do bloqueio de valores das contas da CeasaMinas ocorridos recentemente. Segundo a gestora os resultados da Empresa são refletidos pela defasagem de R\$ 2 milhões na receita, pois a diretoria tem

conseguido fazer um trabalho bom em relação às despesas, mas os valores conseguidos ainda não compensaram a receita. A presidente do Conselho disse que há também o aumento do endividamento em torno de 11% e a falta de investimentos. Rosinéia ressaltou o momento de instabilidade política e as licitações ainda tímidas.

6. ATA DA 352ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: As Conselheiras analisaram o referido documento e não fizeram nenhuma recomendação.

7. ATA DA 224ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: As Conselheiras analisaram o documento e solicitaram maiores esclarecimentos sobre o Plano de Trabalho citado no item 9 da referida ata. O Colegiado demonstrou satisfação em relação as determinações do CONSAD no que concerne aos casos da empresa Vina e relativos a horas extras, constante dos relatórios da Auditoria Interna, 007 e 008/16, respectivamente.

8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações.

8. ASSUNTOS GERAIS. O Conselho Fiscal solicitou a presença do Diretor Financeiro, Juliano Maquiaveli Cardoso para maiores esclarecimentos sobre a questão da inadimplência. O senhor Juliano cumprimentou a todos e informou que a estratégia de notificação e envio do nome das empresas para o SERASA está surtindo os efeitos esperados, apesar de alguns entraves observados com comerciantes da unidade Juiz de Fora. Segundo o Diretor, os comerciantes daquela unidade impetraram mandato de segurança contra a atitude da CeasaMinas. Juliano explicou ainda que a Empresa está trabalhando com três tipos de inadimplência: Judicial, Rotineiras e Duvidosas. Ele esclareceu que houve uma redução da inadimplência rotineira em torno de 35%, caindo de R\$ 1,5 milhão para R\$ 970 mil. As ações judiciais não apareciam na contabilidade, por isso o aumento verificado e, quanto aos devedores duvidosos está sendo feito um trabalho de “formiguinha”, para identificação das dívidas reais. As conselheiras solicitaram ao Diretor que apresentasse um relatório com a evolução das ações implantadas contra a inadimplência, ao que ele se prontificou a apresentar na próxima reunião. O Colegiado deliberou pela criação de um Plano de Providências para a análise do atendimento pela Empresa, às recomendações feitas pelo Conselho Fiscal. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 10/06/2016, conforme calendário estabelecido no início do exercício. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 187ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 10 DO MES DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo dia do mês de junho de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 187ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Abril/2016, as senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, representante da Secretaria do Tesouro Nacional, não pode participar e justificou sua ausência. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos.

2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR.

a) Inadimplência – Evolução das medidas implantadas pela Diretoria Financeira: Não foi

apresentado relatório conforme acordado com o Diretor Administrativo Financeiro da Empresa, senhor Juliano Maquiaveli Cardoso; b) TAC – Carregadores nas unidades do interior: não foi apresentada uma evolução sobre o assunto. 3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À ABRIL/2016 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM ABRIL/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, cumprimentou os presentes e, sobre o cenário econômico financeiro da Empresa, disse que o prejuízo acumulado aumentou em função das provisões feitas em razão do bloqueio judicial e de questões judiciais na unidade de Uberlândia. As Conselheiras destacaram o prejuízo nas unidades do interior, à exceção de Juiz de Fora e Barbacena, que vinham sendo as unidades mais problemáticas dos últimos períodos analisados. O senhor Názio destacou que, apesar dos números negativos, houve uma evolução das receitas que girou em torno de 3% (três por cento). Informou ainda que aconteceram pequenas licitações que estão agregando valor à receita da Empresa e que a partir do mês de Maio as receitas terão um acréscimo de R\$ 200 mil mensais em face do reajuste da tarifa de uso. Esclareceu também que as provisões para perdas foram realizadas com vistas a não mascarar um lucro e, daí, gerar dividendos e tributos. Quanto às certidões, o senhor Názio esclareceu que apesar do que foi apresentado, as certidões estariam todas em situação regular. 4. ANÁLISE DO PDG – ABRIL/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião. As Conselheiras destacaram o acúmulo do prejuízo no exercício e a senhora Rosinéia repetiu sua fala da reunião anterior quando disse que o prejuízo está acumulando em função da Empresa ainda não ter fôlego para compensar a queda de receitas, mesmo conseguindo controlar bem as despesas. A conselheira Maria Auxiliadora questionou se não há um planejamento para mudar o cenário. A resposta dos gestores foi que a Diretoria está trabalhando um projeto para uma divulgação mais ampla das áreas disponíveis para concessão, visando a expansão da CeasaMinas dentro do seu próprio platô. Segundo eles, a Empresa pretende realizar um evento de maior visibilidade territorial para abrir as portas aos investidores. Dentro do tema, as Conselheiras questionaram sobre os gastos com publicidade que tiveram um crescimento considerável que elevou a média dos gastos para R\$ 20 mil mensais. Rosinéia esclareceu que foi uma excepcionalidade causada por um aporte de R\$ 30 mil para a realização do evento União Mundial de Mercados Atacadistas - WUWM, mas que, apesar disso as contas Publicidade Institucional e Promoção e Eventos estão bem controladas, dentro da programação. A conta Outros Serviços teve alteração em função da provisão de cerca de R\$ 800 mil em face dos bloqueios financeiros sofridos pela CeasaMinas, o que também seria uma questão pontual. Rosinéia destacou o trabalho da Diretoria que, apesar de os números ainda não serem os desejados, está conseguindo manter o controle das despesas e exemplificou que dentro da estimativa de gastos, considerando o primeiro quadrimestre de 2016, houve uma “folga” na ordem de R\$ 900 mil no período. O Colegiado recomendou que a programação de despesa com pessoal sofra reajustes quando da reprogramação. A conselheira Sônia questionou sobre uma recomendação da Auditoria Interna, no relatório 17/2016, para que o Departamento de Planejamento – DEPLA verificasse a possibilidade de utilizar um novo sistema de controle e reprogramação, para adequar à realidade. A senhora Rosinéia esclareceu que entende que o controle esteja sendo bem executado e que, em resposta à Auditoria, disse que mesmo que não seja o modelo ideal, o DEPLA está cumprindo o seu papel. 5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. As Conselheiras receberam o senhor Carlos Cássio, gestor da Auditoria Interna e iniciaram suas considerações voltando ao tema Fiscal de Contrato, citado

recorrentemente em alguns de seus relatórios. O Colegiado entende que essa seja uma questão *urgente* a ser resolvida pela Empresa e recomenda que sejam adotados alguns critérios para a nomeação dos fiscais de contrato; que a pessoa escolhida possua alguns pré-requisitos inerentes à função e que seja capacitada para exercê-la. O Colegiado recomenda ainda que nomeação dos fiscais de contrato seja atribuída às pessoas e não ao cargo que elas ocupam como acontece atualmente, quando o fiscal é um chefe de departamento. A Conselheira Sônia sugeriu ainda que a CeasaMinas buscasse informações sobre uma possível parceria entre a Empresa e a Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que oferece diversos cursos de capacitação de forma gratuita. As conselheiras acreditam que uma parceria desta natureza será benéfica para a CeasaMinas, pois é notória a necessidade de capacitação de pessoal, principalmente nas áreas de licitação e contratos. Relatório 18: O Colegiado questionou sobre os apontamentos feitos e o gestor informou que os prazos de construção, constantes da Concorrência 082/2014 não foram cumpridos e que a questão está sob análise do Departamento Jurídico da Empresa. As Conselheiras sugeriram que fossem apostas as datas dos ofícios. Quanto aos itens do Sumário apresentado pela AUDIN, as Conselheiras se ativeram ao item 7 que tratava a questão de horas extras e cartões de pontos e questionaram se ainda havia problemas dessa natureza. O senhor Carlos Cássio esclareceu que essas questões já foram sanadas. O Colegiado recomendou que a Auditoria Interna verificasse a veracidade das regularizações dos apontamentos da Auditoria Interna. O Gestor disse que fará uma reavaliação de seu trabalho com foco nessa questão. Sobre o Plano de Providências ele disse que já está em andamento um plano para a unidade de Juiz de Fora e que acompanhará as ações e datas. Considerando o prejuízo apresentado, o Colegiado reiterou a recomendação de realização de um diagnóstico em todas as unidades.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Não foi apresentada ata de reunião da Diretoria Executiva. O Colegiado observou que a Empresa não tem realizado essas reuniões com a regularidade recomendada. As Conselheiras sugeriram que a Empresa observasse o disposto no artigo 17 do seu Estatuto Social o qual reza que: *“A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Presidente”*.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: As Conselheiras analisaram a ata da 225ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração e consideraram relevantes as determinações feitas por aquele Conselho, com destaque para: a) Adequação da Tarifa de Uso; b) Plano de Trabalho para a unidade de Juiz de Fora; c) Plano de divulgação das áreas disponíveis para licitação; d) Estruturação privada dos MLP's; e) Adequação dos contratos de trabalho dos empregados contratados por Recrutamento Amplo; e f) Estacionamento no entreposto de Contagem. Entretanto, o Colegiado sugeriu que, no que tange à adequação dos contratos de empregados contratados por Recrutamento Amplo, fossem tomadas providências no sentido de *normatizar* a decisão por meio de resolução ou ato normativo, a fim de se evitar constrangimentos e passivos trabalhistas futuros. Quanto ao item 13. Mandato da atual diretoria, o Colegiado observou que a redação ficou subjetiva, dificultando seu entendimento.

8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações.

8. ASSUNTOS GERAIS. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 15/07/2016, conforme calendário estabelecido no início do exercício. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário

ATA DA 188ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 15 DO MES DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo quinto dia do mês de julho de 2016, a partir das 09:00 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 188ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Maio/2016, as senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. A conselheira Sônia Mariza Alves de Souza não pode participar e justificou sua. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A presidente do Conselho Fiscal, Maria Auxiliadora, cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. a) Planilhas de Ações Judiciais: A presidente observou que o novo relatório das ações judiciais e sua classificação de risco, encaminhado pelo Departamento Jurídico da CeasaMinas, não atende à expectativa do Colegiado. Segundo ela, corroborada pela conselheira Sarah, é inviável a leitura e análise de mais de 200 páginas de relatório. Em face disso, o Conselho solicita que seja providenciado um relatório similar às planilhas enviadas anteriormente e, em caso de impossibilidade, que a Empresa volte a enviar as planilhas elaboradas em Excel, conforme vinha fazendo a cerca de três anos.

2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR. a) Inadimplência – Evolução das medidas implantadas pela Diretoria Financeira: Novamente não foi apresentado relatório conforme acordado com o Diretor Administrativo Financeiro da Empresa, senhor Juliano Maquiaveli Cardoso; b) TAC – Carregadores nas unidades do interior: novamente não foi apresentada uma evolução sobre o assunto.

3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À MAIO/2016 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM ABRIL/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Conselho Fiscal. A conselheira Sarah pediu alguns esclarecimentos sobre a diferença de valores entre o Balancete Contábil Analítico e o relatório de Demonstração do Resultado Comparativo. Feitos os devidos esclarecimentos, a Conselheira demonstrou preocupação com o Mapeamento de Riscos Fiscais e sugeriu que sejam revistos os conceitos dessa análise, pois, segundo ela, os valores apresentados não espelham a realidade financeira da Empresa e ainda que esses números talvez devessem contemplar também os Devedores Duvidosos, apesar de o gestor informar que existe provisionamento para essa conta. Ela alertou ainda que, em face dessa realidade, o Nível de Risco, hoje apresentado como baixo, deveria ser considerado como, no mínimo, médio. Em relação ao cenário atual de prejuízo acumulado, o gestor disse que houve um pequeno crescimento na receita em virtude da aplicação do reajuste das tarifas de uso no mês de maio. Apesar disso, o Conselho observou que as despesas aumentaram consideravelmente em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Foi observado ainda que o Patrimônio Líquido continua em queda. O senhor Názio informou que a situação deverá ser amenizada com os reflexos do acordo realizado entre CeasaMinas e Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa que reajustou as tarifas do MLP. Segundo ele, esses reflexos acontecerão em Junho e farão com que a receita aumente um pouco mais, apesar de não haver, em um primeiro momento, expectativa de reversão imediata da situação.

Em relação a questão de reajuste de tarifas, o Conselho Fiscal recomendou que a Diretoria, juntamente com o Conselho de Administração, busque entendimentos para se realizar a revisão tarifária prevista nos contratos de concessão de uso com prazos de vinte e vinte e cinco anos, que deveria ser feita a cada cinco anos, mas segundo a Empresa, desde 2007 não acontece. Em relação às unidades do interior, foi observada uma melhora no cenário de Juiz de Fora. Em uma análise geral, o Conselho Fiscal observa que, mesmo com as medidas tomadas, não está havendo avanços concretos na situação financeira da Empresa e sugere ações mais fortes, principalmente na questão da inadimplência que é hoje, no seu entendimento, o maior gargalo da Empresa. Quanto às certidões, o Colegiado observou que a situação está regular.

4. ANÁLISE DO PDG – MAIO/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião. A presidente do Conselho perguntou aos gestores sobre a existência de um planejamento para tentar reverter os resultados financeiros da empresa. A senhora Rosinéia informou às Conselheiras que esteve em reunião com a Diretoria para explicar que os prejuízos acumulados estão tendo influência negativa na dotação orçamentária, pois o caixa da Empresa está custeando despesas e investimentos. Segundo Rosinéia, nessa reunião foram definidas duas ações: a) as novas aquisições, sejam produtos ou serviços, só acontecerão mediante análise e autorização da Diretoria Financeira; b) a Diretoria vai realizar um evento para divulgação, em nível nacional, e apresentação de áreas disponíveis para concessão; segundo entendimento da Diretoria a licitação para concessão dessas áreas alavancaria a receita. O Conselho Fiscal demonstrou sua preocupação pelo fato de a Empresa realizar uma despesa dessa natureza, sem a certeza do retorno desse investimento. Questionada sobre a revisão tarifária prevista nos contratos de concessão, a gestora respondeu que seria uma alternativa para crescer a receita, apesar de não ser a solução para o problema. Mas, que essa revisão demandaria uma ampla discussão com a Associação dos Comerciantes e que deveria ser bem fundamentada. O colegiado entende que o lapso temporal, a saúde financeira da Empresa e a situação do país, seriam argumentos plausíveis para uma discussão. O Colegiado reiterou sua recomendação sobre a revisão tarifária. Questionada sobre a posição do Conselho de Administração em relação às rubricas que estão extrapolando o orçamento, a gestora disse que aquele Conselho sugere que a Empresa deve alavancar receitas ou reduzir despesas para cobrir essas possíveis extrapolações. Por fim, o Colegiado questionou sobre a mensalidade paga à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN e sobre quais os benefícios e retorno para a Empresa, oriundos dessa filiação. Os gestores não souberam responder e sugeriram que o questionamento fosse levado à Diretoria. Diante disso e em função do tempo exíguo, o Colegiado solicita à Diretoria maiores esclarecimentos sobre o pagamento dessa mensalidade à ABRACEN.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. As Conselheiras receberam o senhor Carlos Cássio, gestor da Auditoria Interna que cumprimentou os presentes e se colocou à disposição para esclarecimentos. Ele informou às Conselheiras que a Controladoria Geral da União – CGU estava na Empresa e que os relatórios foram reduzidos em função da necessidade de atendimento aos técnicos daquele órgão. As conselheiras questionaram sobre inadimplência e ele informou que realmente é um volume muito alto e preocupante, mas que há renegociações sendo realizadas e que o Diretor Financeiro estaria bastante empenhado no processo. Sobre o plano da Empresa de realizar um evento para a divulgação e apresentação das áreas disponíveis para concessão, o auditor disse que alertou a Empresa durante reunião do Conselho de Administração sobre os custos desse investimento. Relatório 21 – O auditor informou que houve uma diferença de interpretação entre o Departamento

Jurídico e a Auditoria. Foram apontadas as falhas detectadas no 2º Termo Aditivo do contrato realizado com a Bahia Outdoor e feitas às devidas recomendações. Segundo o auditor, a CeasaMinas entrou com uma liminar para tentar reverter a situação, mas o Departamento Jurídico ainda não apresentou resultados desse processo. Relatório 22 – Sobre os contratos de concessão firmados com pessoas físicas com prazo para constituição da pessoa jurídica, o Conselho observou que os critérios adotados não são saudáveis e colocam a Empresa em situação de risco. O Colegiado demonstra sua preocupação com esses critérios e recomenda que a Empresa adote as providências apontadas pela AUDIN com vistas a reduzir os riscos de inadimplência, bem como a possibilidade de fiscalização por órgãos governamentais pela falta de recolhimento de tributos. Relatório 23 – O referido relatório apresenta o valor em torno de R\$ 6,5 milhões apurados como inadimplência, sendo desse montante, R\$ 1,8 milhões decorrentes do MLP. As Conselheiras observaram que se não houvesse a inadimplência, a CeasaMinas estaria operando com lucro aproximado de R\$ 4 milhões. Diante disso, o Conselho Fiscal corrobora com as recomendações feitas pela Auditoria. Questionado sobre a situação das Licitações, o senhor Carlos Cássio informou que a Comissão Permanente de Licitações – CPL tem apresentado uma evolução nos processos licitatórios. Segundo ele, as falhas verificadas não são de responsabilidade da CPL e sim do Departamento Jurídico e variam entre falhas na distribuição de tarefas, pareceres fora do prazo do processo licitatório, dentre outras; e que, apesar disso os processos tem apresentado melhoria significativa. Quanto aos fiscais de contrato, ele informou que a Diretoria está estudando a viabilidade de se levantar um instrutor interno para realiza o curso de capacitação dos mesmos. Por derradeiro, o auditor informou às Conselheiras que, seguindo orientação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a Presidência da casa determinou que a palestra “Governança das Aquisições na Administração Pública Federal” ministrada pela CGU, da qual ele participara, seja disseminada para todos os empregados da CeasaMinas em apresentação a ser agendada. 6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: As Conselheiras analisaram a ata da 353ª reunião ordinária da DIREX e não fizeram nenhuma recomendação. 7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: As Conselheiras analisaram a ata da 226ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração e, apesar de entenderem a importância dos temas tratados, observaram a ausência de temas relativos ao cenário econômico-financeiro da Empresa que é bem relevante e necessita de ações rigorosas e imediatas. 8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações. 8. ASSUNTOS GERAIS. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 12/08/2016, conforme calendário estabelecido no início do exercício. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 189ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 12 DO MES DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo segundo dia do mês de agosto de 2016, a partir das 08:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 189ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Junho/2016, as senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A presidente do Conselho Fiscal, Maria Auxiliadora, cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos.

a) Planilhas de Ações Judiciais: Consoante a não apresentação do relatório das ações judiciais e sua classificação de risco há duas reuniões e, sendo inviável a análise do último relatório apresentado pela Empresa, o Colegiado solicitou a presença do gestor do Departamento Jurídico - DEJUR, senhor Dênio Pires Silva para esclarecimentos. Em face da ausência desse gestor, foi indicada a senhora Carulina de Freitas Chagas, advogada. O Conselho solicitou a representante do DEJUR que a Empresa voltasse a apresentar as planilhas, conforme enviadas anteriormente; foi solicitado também que a Empresa apresentasse na próxima reunião um levantamento sobre o atual passivo trabalhista da CeasaMinas. A advogada informou que a maioria das ações trabalhistas em curso é relativa ao Plano de Cargos e Salários da Empresa e que, segundo seu entendimento são causas consideradas prováveis de perda. Ainda em relação ao passivo trabalhista, ela informou que há duas causas referentes a biênio e que essas já estão em fase de execução e o calculo preliminar do valor estimado foi em torno de R\$ 3 milhões. A senhora Carulina se comprometeu a levar os apontamentos feitos pelo Colegiado ao gestor do departamento para as providências necessárias. Ela ainda esclareceu que uma recomendação feita pelo Conselho Fiscal durante sua gestão naquele DEJUR, referente aos contratos de concessão de uso foi acatada e regularizada.

2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR.

a) Inadimplência – Evolução das medidas implantadas pela Diretoria Financeira: Novamente não foi apresentado relatório conforme acordado com o Diretor Administrativo Financeiro da Empresa, senhor Juliano Maquiaveli Cardoso;

b) TAC – Carregadores nas unidades do interior: novamente não foi apresentada uma evolução sobre o assunto.

3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À JUNHO/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Conselho Fiscal. Sobre o cenário financeiro, o gestor informou a Empresa apresentou um prejuízo na ordem de R\$ 400 mil, mas que houve uma redução em relação ao trimestre anterior, em face dos reajustes realizados nas tarifas de uso e do MLP. As Conselheiras observaram uma melhora nos resultados das unidades do interior e que apenas a unidade de Governador Valadares apresentou números negativos. A Conselheira Sônia questionou sobre a decomposição das Despesas de Exercícios Seguintes e o senhor Názio mostrou que a decomposição é apresentada no balancete analítico. A senhora Sarah questionou sobre as Despesas de Serviços e Seguros que tiveram um aumento considerável em trinta dias e o gestor esclareceu informando que o evento se deu devido a um acordo de RDC feito entre as partes em que os MLP's apropriaram 21% das despesas e que, em função do convênio firmado com o Estado de Minas Gerais, acaba sendo absorvido pela CeasaMinas. A senhora Sônia questionou sobre a conta Depósitos de Ações Judiciais e o senhor Názio explicou se tratar de uma conta onde são contabilizados os bloqueios judiciais dentre outras demandas. Preocupada com o quadro econômico da Empresa a Conselheira Sarah sugeriu que, se a CeasaMinas fizer uma projeção financeira para os próximos 10 anos contemplando as tarifas praticadas, as licitações, despesas, mostrando a

realidade da Empresa nesse futuro próximo, deverá sensibilizar a Diretoria e os próprios órgãos de governo e, diante do cenário apresentado, tentar buscar uma solução. As Conselheiras questionaram sobre o montante do passivo trabalhista existente na Empresa, mas o gestor não soube responder e sugeriu que fosse consultado o Departamento Jurídico da Empresa. Finalizando, o gestor disse que a expectativa é de continuidade na redução do prejuízo no terceiro trimestre e de auferir um pequeno lucro no quarto trimestre.

4. ANÁLISE DO PDG – MAIO/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram para a reunião. Questionados sobre as projeções para o encerramento do exercício, os gestores disseram que estão trabalhando com a reprogramação orçamentária. O Colegiado demonstrou preocupação com o aumento de 21% no endividamento da Empresa, extrapolando o orçamento do semestre. As Conselheiras observaram ainda o crescimento da inadimplência apesar das medidas adotadas pela Diretoria para contê-la, bem como a queda do caixa da Empresa e do seu Patrimônio Líquido. Sobre o cenário, a senhora Rosinéia disse que, se as licitações tiverem êxito, a Empresa terá resultados positivos. A senhora Rosinéia disse ainda que uma alternativa seria a implantação de um bom PDI, mas que a Empresa não tem condições de arcar com essa dívida no momento. As conselheiras apresentaram aos gestores a sugestão da senhora Sarah sobre a projeção econômica para os próximos 10 anos, podendo inclusive contemplar uma proposta de PDI. Mostrando essa realidade preocupante, a CeasaMinas poderia conseguir uma Garantia de Crédito para um financiamento. Os gestores não ficaram muito animados com essa possibilidade, pois a situação cartorial da Empresa não está regularizada, mas ficaram de estudar a possibilidade. As Conselheiras sugeriram então que a Empresa buscasse ter acesso aos papéis de trabalho, e aos estudos de planos similares, de empresas estatais que obtiveram sucesso; solicitaram também que o Departamento de Planejamento trouxesse sugestões para a solução dessa situação desagradável em que se encontra a CeasaMinas.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. As Conselheiras receberam o senhor Carlos Cássio, gestor da Auditoria Interna. Sobre os relatórios de auditoria apresentados não foram feitas recomendações ou observações. Apenas citou a questão da movimentação de imobilizado entre setores sem a devida formalização. Elas questionaram sobre os trabalhos realizados pela CGU na Empresa e afirmaram que gostariam de ter acesso aos relatórios daquele órgão. O Colegiado recomendou que a Empresa apresentasse mensalmente, a partir da próxima reunião, um relatório sobre o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle (TCU/CGU). O Conselho Fiscal questionou sobre a citação feita em ata do Conselho de Administração, ao final do item 5, em alusão ao Relatório de Auditoria 025/16, em que aquele conselho parabeniza a diretoria da CeasaMinas por medidas que estão causando a melhoria no cenário financeiro da Empresa, mesmo com os resultados demonstrados pelos relatórios mensais apresentados. O auditor disse que não tinha conhecimento dessa citação. As Conselheiras questionaram sobre as visitas de auditoria às unidades do interior. Segundo elas, é importante o diagnóstico dessas unidades, como foi realizado em Juiz de Fora que, inclusive, teve melhoria significativa no seu desempenho. O auditor informou que pelo momento vivido pela Empresa, as viagens não estão sendo autorizadas como antes, mas que pretende visitar em breve a unidade de Governador Valadares.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: As Conselheiras analisaram a ata da 354ª reunião ordinária da DIREX e não fizeram nenhuma recomendação.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: As Conselheiras analisaram a ata da 227ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração e observaram novamente a ausência de temas relativos ao cenário

econômico-financeiro da Empresa que é bem relevante e necessita de ações rigorosas e imediatas. O Colegiado não entendeu e solicita esclarecimento sobre as congratulações apresentadas à diretoria da Empresa, citada ao final do item 5, em comentário sobre o relatório 025/16 da Auditoria Interna, apesar dos números apresentados demonstrarem o contrário. 8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações. 8. ASSUNTOS GERAIS. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 16/09/2016, conforme calendário estabelecido no início do exercício. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 190ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 16 DO MES DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo sexto dia do mês de setembro de 2016, a partir das 08:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 190ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Julho/2016, as senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. 1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. 2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR. a) Inadimplência – Novamente o Colegiado não teve acesso às informações sobre a evolução das medidas implantadas para redução da inadimplência conforme prometido pelo Diretor Administrativo Financeiro da Empresa, senhor Juliano Maquiaveli Cardoso; b) TAC – Carregadores nas unidades do interior: também não foi apresentada uma evolução sobre o assunto; c) Departamento Jurídico - DEJUR: apesar de a Dra. Carulina, advogada da empresa, ter se comprometido na reunião anterior a conversar com o chefe do seu departamento com vistas a retomar o envio das planilhas de ações judiciais para o Colegiado, as mesmas não foram apresentadas, bem como o relatório com informações sobre o passivo trabalhista da Empresa que fora também solicitado. O senhor Dênio, chefe do Departamento Jurídico foi convidado a participar da reunião para esclarecimentos; ele cumprimentou os presentes e esclareceu que apesar de três meses à frente do jurídico da CeasaMinas, ainda tem problemas a serem resolvidos, pois a gama de processos é muito grande e vários deles ainda não foram migrados para o novo sistema. As Conselheiras informaram ao gestor que o relatório gerado pelo sistema de gestão não atende pela sua complexidade e que o ideal é que se voltasse a apresentar as planilhas conforme vinha sendo feito. Elas solicitaram esclarecimentos sobre a forma de controle desses processos e o senhor Dênio respondeu que o controle é realizado por empresa contratada que informa sobre todos os processos da empresa que estão tramitando. Sobre a inadimplência, ele disse que teve um reunião com o Diretor Financeira e ficou decidido que a partir da próxima semana, subsequente a esta reunião, medidas mais drásticas serão tomadas tais como: reintegração de posse, ações específicas, dentre outras. Sobre as Pessoas Físicas que vencem as licitações e tem o prazo de 180 dias para constituir empresa, mas que algumas protelam esse prazo por tempo indeterminado, o senhor Dênio pediu licença para convidar o gestor da Comissão Permanente de Licitações – CPL para prestar melhores esclarecimentos. O senhor Samuel se apresentou e disse às Conselheiras que a CPL só participa das etapas do processo licitatório e que, a partir da homologação do contrato, o controle passa para

a Seção de Cadastro – SECAD e tanto CPL, quanto o DEJUR não tem acesso ao processo. Perguntado sobre as licitações em andamento, ele informou que os processos dependem de autorização da Diretoria, mas que estão acontecendo e a Diretoria está priorizando as licitações para Cessão de Uso. O Colegiado recomenda que a Empresa amplie a fiscalização sobre os contratos firmados com Pessoa Física e solicita que um representante da SECAD seja convidado para prestar esclarecimentos na próxima reunião. Sobre a planilha de ações, o senhor Dênio se comprometeu a apresentá-las para análise na próxima reunião. As Conselheiras ainda solicitaram a elaboração de um relatório com a relação dos processos trabalhistas contra a Empresa.

3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À JULHO/2016 E POSIÇÃO DO SALDO MÉDIO DA CONTA DEPÓSITOS À VISTA, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM JULHO/2016. Convidado a participar da reunião, o gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, cumprimentou os presentes e, sobre o cenário econômico financeiro da Empresa, disse que os resultados relativos ao período sob análise foram surpreendentes. Ele exaltou o crescimento da receita e creditou as circunstâncias aos reajustes tarifários ocorridos em maio e junho, relativos aos contratos de concessão e das áreas do MLP, respectivamente. Ele considerou que tais ações em conjunto com a redução de despesas foram relevantes para a melhoria dos resultados. Ele ainda informou que a Empresa vislumbra um lucro em torno de R\$ 800 mil. Sobre as unidades do interior, ele registrou que Governador Valadares ainda tem problemas e continua apresentando números negativos. Foi registrado também que a unidade da CeasaMinas em Juiz de Fora vem apresentando melhoria constante; e que a unidade de Uberlândia vem se recuperando após um período crítico. O Colegiado ressaltou que a unidade de Governador Valadares necessita de medidas importantes e imediatas para reversão dos resultados, pois as receitas não cobrem as despesas e, quando se traça um comparativo entre aquela unidade e a unidade de Juiz de Fora, as duas apresentam despesas operacionais semelhantes e receitas diferentes. As Conselheiras recomendaram a realização de uma análise para um diagnóstico urgente da unidade de Governador Valadares. O Colegiado ainda observou que, apesar da melhoria financeira apresentada no período e das medidas adotadas pela Diretoria, a inadimplência continua crescendo e as análises demonstraram um crescimento de 16% no ano corrente e de alarmantes 50% no período de doze meses.

4. ANÁLISE DO PDG – JULHO/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram e cumprimentaram os presentes. Sobre os estudos para adoção de um PDI, a senhora Rosinéia informou que não houve evolução, pois o Diretor Financeiro, apesar de demonstrar interesse nesses estudos, aguarda que um plano semelhante elaborado pela CONAB seja aprovado pelo DEST para se aprofundar mais nos trabalhos de pesquisa. Quanto ao orçamento, eles informaram que a reprogramação foi aprovada pelo Conselho de Administração e que o Orçamento de Investimentos não sofreu alterações. O Conselho considerou que a realização de 18% nos investimentos muito baixa diante do previsto para o período. Sobre o cenário, a gestora disse que os reajustes praticados nas tarifas trouxeram para a Empresa um “plus” de aproximadamente R\$ 200 mil ao mês; ela informou ainda que várias licitações foram autorizadas para o semestre e que algumas já se encontram em andamento. A senhora Rosinéia pediu licença para convidar o gestor do Departamento Técnico – DETEC para explicar sobre os reajustes e o trabalho que está sendo realizado nos MLP's. O senhor Tarcísio, gestor do DETEC explicou que após alguns estudos foram detectados alguns gargalos e que as despesas dos MLP's estavam sendo praticadas bem acima da inflação. Essa realidade foi demonstrada para as partes interessadas e o mercado aceitou as ponderações. Segundo ele, foi proposto às partes maior transparência por meio de uma Conta Gráfica dos MLP's. Tarcísio disse que o reajuste das tarifas foi acordado entre CeasaMinas, Conselho Gestor dos MLP's e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA e fizeram com que o déficit tivesse uma redução significativa. Ele informou ainda que outros trabalhos estão

sendo realizados, inclusive com a participação da Comissão de RDC buscando o equilíbrio das contas. O Colegiado agradeceu a participação e parabenizou a todos pela iniciativa que trouxe melhorias consideráveis para a Empresa. Continuando sua análise, a senhora Rosinéia esclareceu que, se as licitações obtiverem o êxito esperado, a situação econômica da Empresa vai melhorar ainda mais e que o seu departamento – DEPLA, vai acompanhar os processos licitatórios. O Colegiado ressaltou sua preocupação com as despesas com pessoal e a demanda trabalhista de R\$ 3 milhões que não tem provisionamento. Sobre as Vendas de Bens/Serviços, R\$ 3 milhões abaixo do previsto, a senhora Rosinéia disse que na reprogramação eles reduziram o valor das receitas com licitações de R\$ 8 para R\$ 3 milhões. Em função disso, a expectativa de lucro fica reduzida de R\$ 3 milhões para aproximadamente R\$ 700 mil. E sobre o endividamento, as Conselheiras demonstraram sua preocupação com o índice de 50% de aumento na inadimplência em um período de doze meses. A gestora do DEPLA disse não entender o porquê de, apesar das medidas adotadas pela Diretoria e vários acordos já realizados com empresas inadimplentes, os números demonstrarem esse aumento. Segundo ela, o DEPLA está engajado em estudar a inadimplência e descobrir o que estaria acontecendo.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. Por motivo de força maior alheio à vontade das partes, não foi possível ouvir o gestor da Auditoria Interna, sendo a análise dos relatórios apresentados, adiada para a próxima reunião.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: A ata apresentada foi analisada e não foram feitas recomendações ou observações relevantes.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: Resposta ao item 3 da ata da 228ª reunião, no qual aquele Conselho faz a seguinte solicitação: “Diante destes apontamentos, o Conselho de Administração solicita ao Conselho Fiscal que seja mais claro e objetivo e que descreva de forma pormenorizada sobre a ausência na pauta do Consad de temas relativos ao panorama econômico-financeiro”. As ações rigorosas e imediatas sugeridas ao Conselho de Administração, por este Conselho Fiscal, decorrem do resultado negativo apurado no balanço de 2015, e continuado no corrente exercício, conforme registros no balancete analítico, datado de 30 de junho de 2016. Destarte, usando de suas prerrogativas institucionais, o Conselho Fiscal registrou nas suas atas de reunião a preocupação com a diminuição da receita e com o aumento de despesas, que exigem adoção de ações urgentes do Conselho de Administração com vistas ao aumento de receitas e ao contingenciamento de despesas, objetivando a melhoria da saúde patrimonial e financeira da CeasaMinas. Objetivamente, passamos a discorrer sobre os assuntos relevantes informados pelo Conselho de Administração: 1 – “Ampliação do estacionamento com o objetivo de trazer divisas para o entreposto”: Este assunto foi registrado na 221ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 21 de janeiro de 2016, e que seria tratado pelo Plano Diretor, formado entre a Diretoria da CeasaMinas e representantes da ACCeasa em março de 2016. Nos registros da ata da 228ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de agosto de 2016, consta que o projeto não foi concluído; 2 – “Plano de ocupação das áreas disponíveis”: na ata da 223ª reunião, realizada no dia 23 de março de 2016, o Presidente do Conselho solicitou que fosse desenvolvido um estudo de novas áreas a serem licitadas pela CeasaMinas. Na ata da 225ª reunião do Conselho, datada de 20 de maio de 2016, consta que o Presidente do Conselho solicitou a elaboração de um estudo pormenorizado das áreas disponíveis para atrair novos investimentos e que o Conselho deliberou pela elaboração de um caderno contendo: todas as áreas disponíveis, preço por metro quadrado, possibilidade de utilização, minuta de edital, cronograma de ações e expectativa de receitas da comercialização dos espaços, determinando que este caderno fosse encaminhado aos conselheiros até o dia 18 de maio de 2016, para ser submetido à apreciação da ex-ministra Kátia Abreu. Nas atas das reuniões posteriores não há registro de desdobramento sobre o assunto; 3 – “Programa de Desligamento Incentivado – PDI”: na 224ª reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 8 de abril de 2016, os conselheiros determinaram que fosse apresentado na reunião seguinte o “Plano de ação

para a empresa voltar a apresentar lucro” e que dentre as propostas a constar do plano fosse incluído o PDI. Entretanto, na ata da 225ª reunião do Conselho, realizada em 20 de maio de 2016, está registrado que o Presidente do Conselho disse que o PDI foi feito na gestão anterior e solicitou que ele fosse nivelado com os funcionários da Empresa e apresentado na reunião seguinte do Conselho de Administração. Na ata da 227ª reunião do Conselho consta que o conselheiro Augusto disse que, o assunto somente constará em ata, quando for tomada alguma decisão por parte dos demais conselheiros; 4 – “Concessão de uso da área do MLP”: Na ata da 223ª reunião do Conselho de Administração, consta que o Conselho determinou que a Diretoria elaborasse uma resolução sobre as regras de gerenciamento e fiscalização do MLP, e apresentasse na reunião seguinte uma proposta de estruturação privada do MLP. Na ata da 224ª reunião do Conselho consta que a melhoria na gestão dos MLP's deve ser contemplada dentre as propostas a constar do “Plano de ação para a empresa voltar a dar lucro”, cuja apresentação ficou determinada para a 225ª reunião. Nas atas das reuniões posteriores não há registro sobre o assunto; 5 – “Recuperação de crédito do INSS”: na ata da 224ª reunião do Conselho de Administração, datada de 8 de abril de 2016, consta que os conselheiros querem conhecer a proposta do escritório de advocacia para ação de recuperação do crédito do INSS recolhido a maior. Nas atas das reuniões posteriores não há registro sobre o assunto; 6 – “Desoneração das despesas do Banco de Alimentos de Contagem/MG”: na ata da 221ª reunião do Conselho de Administração, no item 18, “Parecer – Contratação de empresa para fiscalização das atividades no entreposto Contagem”, o Conselho deliberou por melhor estudar o assunto aprofundando sobre o tema de maneira a verificar a possibilidade de que a fiscalização seja auxiliada por profissionais contratados para este fim. No item 11 da ata da 224ª reunião do Conselho de Administração a conselheira Tania especificou sobre o funcionamento do Banco de Alimentos de Campo Grande – MS, referindo-se ao estudo das ações do Prodal. Consta que a Conselheira, preocupada com a situação do Banco de Alimentos da CeasaMinas, irá solicitar audiência com o Ministro Milton Rondó das Relações Exteriores na busca de parceria institucional com o Governo de Minas Gerais e com a Prefeitura de Contagem – MG, visando o custeio do programa e que, caso a resposta do Ministro das Relações Exteriores seja negativa, o Conselho deliberou pela licitação do Banco de Alimentos para a iniciativa privada mantendo o mesmo objetivo social. Os conselheiros solicitaram que o escopo do edital seja apresentado na reunião seguinte. Nas atas das reuniões posteriores não há registro sobre o assunto; 7 – “Acompanhamento e sucessivas cobranças quanto aos desbloqueios judiciais referentes a ISSQN”: o único registro sobre o assunto está lavrado na ata da 225ª reunião do Conselho de Administração, datada de 20 de maio de 2016 da seguinte forma: “O Conselho tomou conhecimento dos últimos encaminhamentos realizados pela Empresa sobre o assunto”. Portanto, não há registro das medidas efetivas tomadas pelo Conselho. Estas são as constatações do Conselho Fiscal. Ainda sobre a 228ª reunião, no seu item 3, este Colegiado tomou conhecimento e coaduna com a deliberação pela criação de um grupo de trabalho para revisão da “tarifa quinquenária” prevista nos contratos de Concessão de Uso. Contudo, o Conselho solicitou a elaboração de relatório a ser apresentado na reunião seguinte e, conforme análise da ata da 229ª reunião, infelizmente não há registro sobre o referido relatório com os devidos resultados. Na 228ª reunião consta também que o Conselho solicitou que a Diretoria da Empresa, também na próxima reunião (229ª) fornecesse informações acerca do plano de desocupação da ocupação Willian Rosa. O Conselho Fiscal corrobora com as deliberações e solicitações citadas, porém, lamenta a falta de retorno por parte da Empresa.

8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações.

8. ASSUNTOS GERAIS. A próxima reunião do Conselho Fiscal ficou agendada para o dia 14/10/2016, conforme calendário estabelecido no início do exercício. O Conselho ratificou a necessidade de se convidar o representante da Seção de Cadastros da CeasaMinas para a próxima reunião. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a

reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 191ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 14 DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo quarto dia do mês de outubro de 2016, a partir das 08:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 191ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS, relativa ao mês de Agosto/2016, as senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a senhora Sarah Tarsila Araujo da Silva, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos.

2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR.

a) Inadimplência – O Diretor Administrativo Financeiro da Empresa, senhor Juliano Maquiaveli Cardoso foi convidado e disse que as medidas adotadas para redução dos índices de inadimplência da Empresa tem sido positivas; segundo o Diretor, relatórios referentes à inadimplência não puderam ser apresentados em face de deficiências no sistema integrado utilizado pela Empresa, mas apresentou um gráfico, elaborado manualmente, com a evolução das receitas oriundas, segundo ele, das negociações com os concessionários devedores. Ele informou ainda que, além das negociações com parcelamentos em 4 vezes e entrada de 30%, está sendo adotado o corte de energia no estabelecimento do concessionário que não cumpre o acordo.

b) TAC – Carregadores nas unidades do interior: não foi apresentada uma evolução sobre o assunto;

c) Departamento Jurídico - DEJUR: apesar de o doutor Dênio, chefe do Departamento Jurídico - DEJUR, conforme ata da 190ª reunião deste Colegiado, ter se comprometido a retomar o envio das planilhas de ações judiciais, bem como apresentar um relatório com informações sobre o passivo trabalhista da Empresa para análise do Conselho Fiscal, os mesmos não foram apresentados. Novamente o gestor do DEJUR tentou se justificar pelo grande volume de processos que a Empresa possui e afirmou ter sugerido a contratação de empresa específica em controle de processos jurídicos para digitalizar os documentos. O Colegiado lamentou a ausência dos relatórios para análise, ressaltando a importância dessa análise para o provisionamento contábil em decorrência dos riscos jurídicos; em alusão à contratação de empresa específica de controle jurídico, o Colegiado alertou para o atual cenário financeiro da Empresa e para a necessidade de processo licitatório no processo de aquisição. Enquanto não há possibilidade de contratação dessa empresa, o doutor Dênio, em consonância com a doutora Carulina, se comprometeu em realizar um esforço maior para atualização das planilhas que antes eram enviadas ao Conselho e seu encaminhamento para análise na próxima reunião do Conselho Fiscal, priorizando aqueles processos que estiverem em fase de execução ou cuja situação seja considerada crítica.

3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À AGOSTO /2016. Convidado a participar da reunião, o gestor da Seção de Contabilidade, Senhor Názio Veloso, se apresentou e cumprimentou os presentes. O Colegiado exaltou o lucro apresentado e o gestor esclareceu que houve uma entrada de caixa proveniente de acordo com concessionário o que faz crer na possibilidade de resultado positivo no encerramento do exercício. Sobre inadimplência ele disse que há uma previsão de entrada de receita, proveniente de acordo judicial, em torno de R\$ 800 mil que

amortizarão os recebíveis da Empresa. Quanto às unidades do interior foi informado que, à exceção de Governador Valadares, todas apresentaram resultados positivos e poderiam ser mais positivos se não fosse o déficit dos MLP's. O Conselho reiterou recomendação anterior de que seja realizada auditoria nas unidades visando um melhor diagnóstico. O senhor Názio informou ainda que ocorreu uma licitação e que a Empresa conseguiu após longo tempo vender o Pavilhão 4, que pertence ao MLP, mas representa entrada de receita. As conselheiras ressaltaram os fatos que refletirão financeiramente no final do ano, como décimo terceiro, dentre outros. O gestor lembrou que há possibilidade de que haja o reajuste salarial dos empregados cuja data base é em outubro. As Conselheiras analisaram as certidões e constataram a regularidade das mesmas.

4. ANÁLISE DO PDG – AGOSTO/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, se apresentaram e cumprimentaram os presentes. Sobre os estudos para adoção de um PDI, a senhora Rosinéia reafirmou que não houve evolução, pois o Diretor Financeiro pediu para esperar que o modelo da CONAB seja aprovado pelo DEST para dar encaminhamento aos estudos. O Colegiado informou que o PDI da CONAB já fora aprovado e que, inclusive, já teria adesões. O Diretor foi convidado a participar e foi comunicado quanto à aprovação do referido plano de desligamento da CONAB pelo órgão consultivo. Diante disso, o Diretor afirmou que vai entrar em contato com os responsáveis pelo PDI em questão para estudá-lo vislumbrando a possibilidade de adaptação à realidade da CeasaMinas. O senhor Juliano aproveitou sua presença para informar ao Colegiado a Empresa está tentando fazer cumprir “à risca” o PDG e que o MLP sairá do orçamento em 2017, melhorando sensivelmente o cenário financeiro. A senhora Rosinéia informou que as receitas estão abaixo do previsto e não soube apresentar uma expectativa para o encerramento do exercício; quanto às despesas, elas estão dentro da previsão orçamentária, à exceção das provisões cujo controle não é feito pelo DEPLA. Em relação ao MLP, ela disse que a grande aposta da Empresa para o próximo ano é alocar o MLP na RDC e que um estudo sobre a viabilidade foi apresentado à diretoria financeira. Ela informou ainda que foi criada uma comissão para revisão dos contratos de concessão, estudar e viabilizar os ajustes na tarifa de uso; e que a equipe já tem alguns estudos em andamento.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O senhor Carlos Cássio se apresentou, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado.

Plano de Providências: As Conselheiras perguntaram sobre alguns apontamentos definidos como regularizados, mas que tinham pendência em seu conteúdo. O gestor respondeu que foram falhas de edição do documento e que seriam corrigidos. Perguntado sobre as questões apontadas pela CGU cujas respostas da Empresa discordavam desses apontamentos, o senhor Cássio esclareceu que as respostas foram formuladas conforme entendimento da Diretoria da CeasaMinas, que diz à CGU que discorda do apontamento por não “representar a verdade”. O Colegiado sugere que seja citado o ofício de resposta no relatório a fim de caracterizar a responsabilidade da Empresa pelas respostas.

Imobilizado: O gestor informou que o processo está sob a guarda da Auditoria Interna aguardando definições.

Contrato Eficiência: A auditoria vai provocar novamente o Departamento de Engenharia, pois a Diretoria solicitou esclarecimentos sobre a medição e execução do projeto, além do cumprimento da NR 35 e à necessidade da Linha de Vida para execução dos serviços.

Tesouraria: Refere-se aos atrasos na prestação de contas de viagens; a AUDIN estabeleceu prazo de 48 horas para a regularização da situação que, até o fechamento do relatório, ainda não havia sido regularizada. Foi enviado ofício aos atores envolvidos.

Extraordinário – Regularidade Fiscal: Esclarecimento de demandas de técnicos do Departamento Financeiro sobre legislações que regem as

rotinas internas da CeasaMinas. 6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Não foi apresentada ata de reunião da Diretoria Executiva. O Colegiado reiterou sua sugestão, conforme lavrado na ata da 187ª reunião, de que a Empresa observasse o disposto no artigo 17 do seu Estatuto Social o qual reza que: “A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Presidente”. 7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: A ata da 230ª reunião ordinária foi analisada e não foram feitas recomendações ou observações relevantes. 8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações. 9. ASSUNTOS GERAIS. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal ficou definida para o dia 18/11/2016, alterando assim o cronograma estabelecido no início do ano. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 192ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 18 DO MES DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro de 2016, a partir das 13 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 192ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, relativa ao mês de Setembro/2016, as senhoras Conselheiras: Maria Auxiliadora Domingues de Souza e Sônia Mariza Alves de Souza, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a senhora Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira. 1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Maria Auxiliadora cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. 2. PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR. Planilhas de Ações Judiciais – passivo trabalhista: As conselheiras analisaram a documentação elaborada e encaminhada pelo Departamento Jurídico e orientaram a Empresa, por meio do gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, a constituir provisões para aquelas ações consideradas prováveis e que ainda não foram provisionadas. O Colegiado elogiou e agradeceu pelo trabalho feito pelo Departamento Jurídico e recomendou que essas planilhas (trabalhistas e cíveis) sejam atualizadas mensalmente e sejam enviadas, além do Conselho Fiscal, também à Seção de Contabilidade, antes do fechamento do período, para análise do gestor e constituição de provisão pertinente. 3. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À SETEMBRO/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e iniciou seu relato dizendo da expectativa de resultado positivo para o final do exercício. Ele informou que em outubro seria contabilizado um aumento de receita em virtude de um acordo realizado com o concessionário Banco HSBC e a licitação do Pavilhão 4. Foi informado ao Colegiado sobre a provisão para perdas no valor de R\$ 400 mil referentes à unidade de Juiz de Fora e outra de R\$ 390 mil referente a ação trabalhista em Contagem. As Conselheiras informaram ao gestor que recomendaram ao Departamento Jurídico que as planilhas das ações judiciais atualizadas mensalmente sejam encaminhadas à Seção de Contabilidade antes do fechamento do mês, para análise e aprovisionamentos necessários. O senhor Názio informou que, segundo o Conselho de Contabilidade, devem ser constituídas provisões apenas para as ações judiciais consideradas prováveis, sendo as possíveis e remotas informadas por meio de Nota Explicativa. O gestor informou que, apesar do

prejuízo apresentado no mês de setembro, o trimestre encerrou com resultado positivo, cerca de R\$ 524 mil. Foi informado ainda que a Empresa pagou R\$ 460 mil de Imposto de Renda. As conselheiras ressaltaram que o resultado acumulado dos nove meses se apresenta pior do que o resultado do mesmo período no exercício anterior. Ele esclareceu que, apesar das dificuldades, espera encerrar 2016 com um lucro aproximado de R\$ 800 mil. Sobre os resultados apresentados pelas unidades do interior ele disse que decorrem do fato de que os MLP's estão deficitários. As Conselheiras constataram que as certidões do INSS e do FGTS estão vencidas e a vencer, respectivamente.

4. ANÁLISE DO PDG – AGOSTO/2016. Os representantes do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho e Plínio Laurindo Gonzaga, cumprimentaram os presentes e iniciaram sua explanação falando sobre as unidades do interior; as medidas que estão sendo adotadas devem apresentar melhorias nos resultados a partir do mês de outubro. Os gestores se comprometeram a apresentar um Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE por unidade, para melhor análise. Quanto ao resultado global, eles entendem que haverá melhorias em função da licitação de novas áreas em outubro; o caixa da Empresa também será afetado positivamente em função dos acordos firmados com as empresas inadimplentes. Sobre os números apresentados pela conta Despesas e Lanches de Diretoria, foi esclarecido que se trata de ressarcimento de despesas externas aos membros da Diretoria. Sobre o valor apresentado pelo fechamento da Conta Gráfica – RDC, a senhorita Rosinéia esclareceu que houve um acordo entre CeasaMinas e Comissão de RDC para a criação de um fundo de reserva com a finalidade de se minimizar a inadimplência. Quanto à expectativa de resultados para o exercício, os gestores corroboraram com a fala do senhor Názio, gestor da Seção de Contabilidade, que acredita e espera por lucro em torno de R\$ 800 mil.

5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O gestor da AUDIN se apresentou, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Dispensa de Licitação: As Conselheiras pediram esclarecimento sobre o relatório, apesar de ele parecer autoexplicativo. O senhor Carlos Cássio informou que houve um entendimento equivocado da Empresa sobre regulamentação, por ser um caso específico e que a Nova Dimensão Jurídica – NDJ, empresa de consultoria não foi precisa em suas respostas, havendo necessidade de se demandar nova consulta. O Colegiado recomenda que, pela recorrência do fato, a AUDIN deve ficar atenta.

Paint: Perguntado se a Diretoria Financeira toma conhecimento do Plano Anual, o gestor esclareceu que o documento passa pelo crivo do diretor; O Colegiado recomendou o cumprimento do Paint, principalmente, no que se refere às visitas às unidades do interior, que são de suma importância. Capacitação Fiscais de Contrato: concernente ao tema, o gestor informou ao Colegiado que encaminhou ao Diretor Financeiro os dados pertinentes e necessários para realização de convênio com a Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO e os contatos indicados; porém, a efetivação, ou não, do convênio com a referida escola, seria uma decisão da Diretoria.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Ata da 358ª Reunião Ordinária da Direx analisada sem recomendações ou observações relevantes

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: A ata da 230ª reunião ordinária foi analisada e não foram feitas recomendações ou observações relevantes.

8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações.

9. ASSUNTOS GERAIS. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal ficou definida para o dia 18/11/2016, alterando assim o cronograma estabelecido no início do ano. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

ATA DA 193ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, REALIZADA NO DIA 20 DO MES DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Ao vigésimo dia do mês de dezembro de 2016, a partir das 8:30 horas, nas dependências da Sede da CEASAMINAS, localizada às margens da BR-040, Km 688, em Contagem/MG, reuniram-se para a realização da 193ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS, relativa ao mês de Outubro/2016, os Conselheiros: Sônia Mariza Alves de Souza e Sérgio Furlanetti Coneza, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A senhora Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, representante da Secretaria do Tesouro Nacional não pode participar por problemas de saúde. Atuou como Secretário o senhor David Weel Ferreira.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: A Conselheira Sônia Mariza cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos registrando a ausência da Conselheira Sarah por motivos particulares de saúde. Na ocasião os Conselheiros presentes definiram o calendário de reuniões para o exercício 2017, a saber: 13/01, 17/02, 17/03, 14/04, 19/05, 16/06, 14/07, 18/08, 15/09, 16/10, 17/11 e 15/12. Ficou ressalvado que essas datas podem sofrer alterações de acordo com a necessidade do Colegiado.

2. POSSE DE CONSELHEIRO. A Conselheira Sônia Mariza fez a leitura do Termo de Posse e empossou o Conselheiro Sérgio Furlanetti Coneza.

3. NOMEAÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO. Por oportuno procedeu a votação para eleição do novo presidente do Conselho Fiscal da CeasaMinas. A Conselheira Sarah Tarsila foi consultada por meio telefônico e deu seu voto ao novo Conselheiro Sérgio Furlanetti Coneza que também recebeu o voto da Conselheira Sônia, sendo assim nomeado presidente do Colegiado.

4. ANÁLISE FINANCEIRA REFERENTE À OUTUBRO/2016. O gestor da Seção de Contabilidade, Názio Veloso, cumprimentou os presentes e iniciou seu relato informando que o cenário econômico-financeiro da Empresa melhorou conforme as expectativas relatadas em reuniões anteriores. Demonstrou que a Empresa apresentou um lucro acumulado de R\$ 2,028 milhões e que espera encerrar o exercício 2016 com um lucro líquido em torno de R\$ 1,2 milhão. Sobre a constituição de provisão para perdas no valor de R\$ 640 mil, ele esclareceu ser referente a perda de uma ação em Juiz de Fora e outra em Contagem, cível e trabalhistas, respectivamente. Sobre as demandas tributárias, o senhor Názio afirmou já ter constituído provisão para as mesmas. Os Conselheiros perguntaram sobre a demanda que envolve a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, em relação à área utilizada na Unidade de Juiz de Fora. O gestor disse não estar bem ao par das negociações, mas sabe que a CONAB pleiteia receber uma certa importância, com a qual a CeasaMinas não concorda em face de que o terreno em referência ter sido concedido à empresa Villefort Atacadista há quatro anos com carência de tarifa de 3 anos e meio e que as receitas concernentes à concessão começaram a ser auferidas a cerca de apenas 8 meses. Foi observado que à exceção de Goverador Valadares, todas as unidades do interior foram superavitárias no período. Quanto às certidões foi detectado que a do INSS/RECEITA FEDERAL está vencida; o senhor Názio esclareceu que o motivo seria uma demanda judicial junto à Receita Federal que teria autuado a Empresa em Maio/2016 por possíveis infrações relativas à Participação nos Lucros e Resultados – PLR e Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Causou estranheza ao Colegiado que tal demanda tenha ocorrido em Maio/2016 e o Departamento Jurídico da CeasaMinas ainda não tenha tomado as providências necessárias e pertinentes ao caso, visto que a falta dessa certidão pode causar constrangimentos à Empresa. O Colegiado recomendou que a Empresa tenha uma atenção especial a essa

demanda. Como última informação, o senhor Názio esclareceu ao novo Conselheiro, por solicitação do mesmo, os motivos do bloqueio de recursos financeiros ocorrido ao final do exercício anterior pela Prefeitura de Contagem.

5. ANÁLISE DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – OUTUBRO/2016. A representante do Departamento de Planejamento – DEPLA, Rosinéia Veloso Coelho, cumprimentou aos presentes e iniciou sua explanação exaltando o atual cenário financeiro da Empresa. Segundo suas informações, os processos licitatórios começaram a acontecer e serem apropriados pela contabilidade. Ela informou também que não houveram investimentos no período pelo fato de as obras estarem em execução, mas que ao serem finalizadas, os resultados serão registrados. A gestora fez questão de exaltar a Diretoria Financeira que segundo ela, tem obtido grande êxito no controle das despesas. Ela definiu o cenário como satisfatório e confirmou a expectativa de lucro em torno de R\$ 1,2 milhão, conforme destacado pelo gestor da Seção de Contabilidade anteriormente. De acordo com a senhora Rosinéia, o que destoou da evolução financeira da Empresa foi a necessidade de provisão de recursos para perdas que impactaram significadamente nos resultados.

6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN. O gestor da AUDIN se apresentou, cumprimentou os presentes e se colocou à disposição do Colegiado. Relatório 39: Os Conselheiros pediram esclarecimento sobre o relatório; o senhor Cássio disse que a Comissão Permanente de Licitações – CPL apresenta à AUDIN todos os processos de licitação que acontecem durante certo período; a AUDIN seleciona alguns para auditoria. Sobre os critérios para essa escolha ele esclareceu que obedece a critérios de inteligência e que, por exemplo, descarta as licitações desertas e se atém às homologadas. No caso específico, ele disse que as recomendações foram baseadas em detalhes mínimos de atenção à legislação. Os Conselheiros observaram uma divergência interessante de valores entre itens (veículos), aparentemente com as mesmas especificações. O senhor Cássio ficou de apurar a realidade e dar retorno na próxima reunião. Relatório 41: Perguntado sobre as licitações de empresas a constituir, o senhor Cássio explicou todo o tramite de uma licitação onde pessoas físicas participam e, quando vencem o certame, tem um prazo de 180 dias para regularização, mas muitas vezes não regularizam e causam prejuízos à CeasaMinas e ao erário público. O colegiado recomendou que a Empresa faça estudos e tente adequar o edital de forma a minimizar situações desse tipo. O gestor informou que a Diretoria tem trabalhado no sentido de solucionar o problema, inclusive promovendo alterações nas áreas envolvidas, de cadastro e cobrança; essas alterações ainda não surtiram os efeitos esperados para subsidiar as auditorias e as falhas internas nos setores.

Capacitação Fiscais de Contrato: o gestor informou ao Colegiado que a Diretoria convocou todos os chefes de departamento e fiscais de contrato, para participação em um curso sobre a Lei 13.303 de 30/06/2016 – Lei das Estatais, com carga horária de aproximadamente 16 horas, na sede da CeasaMinas, para entendimento e adequação da referida legislação.

6. REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX: Ata da 359ª Reunião Ordinária da Direx analisada sem recomendações ou observações relevantes

7. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD: A ata da 231ª reunião ordinária foi analisada e os Conselheiros se ativeram ao item 03. Leitura das Atas da 190ª e 191ª Reuniões do Conselho Fiscal, onde se lê: *“A Sra. Tânia sugeriu encaminhar ao Conselho Fiscal resposta explicativa para cada item questionado. O senhor Gustavo solicitou que o chefe de gabinete acompanhe as pendências relativas às atas do Conselho Fiscal e Conselho de Administração”*. O Colegiado observou que a 231ª reunião daquele Conselho foi realizada em 21/11/2016 e as aludidas respostas não lhe foram encaminhadas. A ata da 232ª foi analisada e os Conselheiros se ativeram ao item 05. Assuntos Diversos no que refere ao Pagamento de verbas indenizatórias,

cujo texto diz: “[...] está sendo elaborado Ofício a ser encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para análise da questão.[...]”; os Conselheiros não entenderam o teor e o objetivo desse fragmento de texto e solicitaram maiores esclarecimentos identificando e relacionando as verbas citadas. 8. PROCESSOS LICITATÓRIOS E LICITAÇÕES NO PERÍODO. A documentação foi analisada e não foram feitas observações ou recomendações. 9. ASSUNTOS GERAIS. A data da próxima reunião do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 13/01/2017, conforme calendário definido no início da reunião. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros e por mim, Secretário.

3 - AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA ENTIDADE

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES - 2016

RELATÓRIO DE OUVIDORIA

Apresentação	3
Modalidade	4
Formas de Contato .	5
Grupos de Assuntos	6
Tipos de Usuários	7
Prazos de Respostas .	8
Conclusão	10

Apresentação.

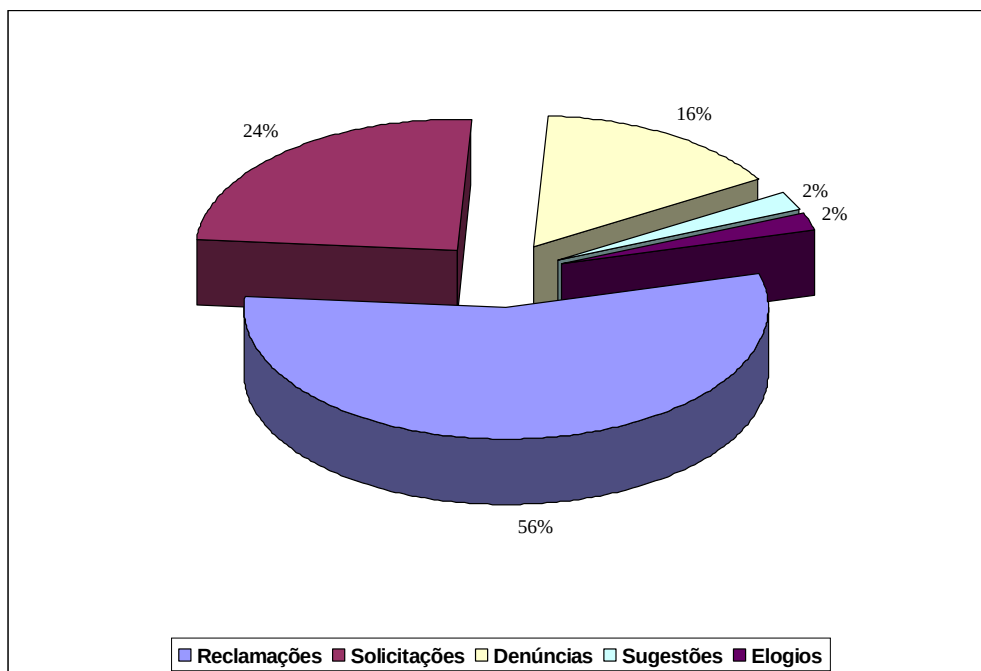
Apresentamos, conforme solicitação da Auditoria Interna da CeasaMinas o Relatório anual de Ouvidoria com a descrição e análise das movimentações e atividades realizadas durante o exercício 2016.

Os resultados são demonstrados por meio de gráficos gerados pelo Banco de Dados de Ouvidoria, onde são registradas as manifestações.

Modalidade.

No ano de 2016 foram recebidas 90 (noventa) manifestações, distribuídas entre as modalidades: Sugestões, Denúncias, Reclamações, Elogios e Solicitações. A maior parte da nesse exercício foi relativa às Reclamações, que foram expressivas no período com 56% (cinquenta e seis por cento) do total de manifestações; seguido pelas Solicitações que perfizeram 24% (vinte e quatro por cento) do total; Denúncias que perfizeram 16% (dezesseis por cento); Sugestões perfizeram 2% (dois por cento); e apenas 2% (dois por cento) relativos a Elogios

Gráfico 1

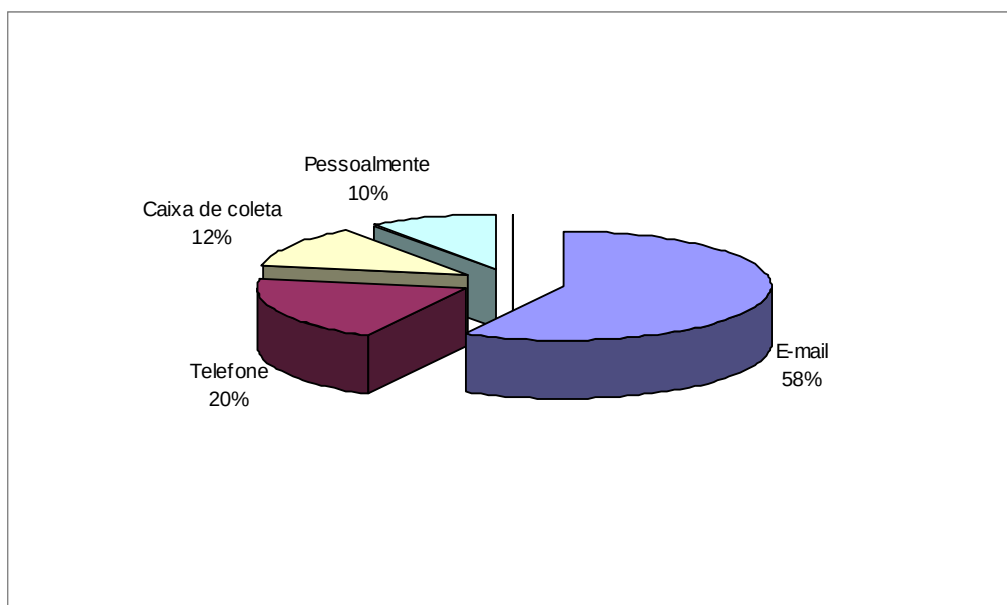


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2016)

Formas de Contato.

O atendimento da Ouvidoria é realizado por meio de telefone, fax, e-mail, internet, caixa de coleta, carta e pessoalmente sobre questões para as quais as áreas específicas não atentaram, negocia soluções com essas pessoas e dá encaminhamento às soluções, sendo que cada caso tem uma conclusão, relatório e arquivamento.

Gráfico 2



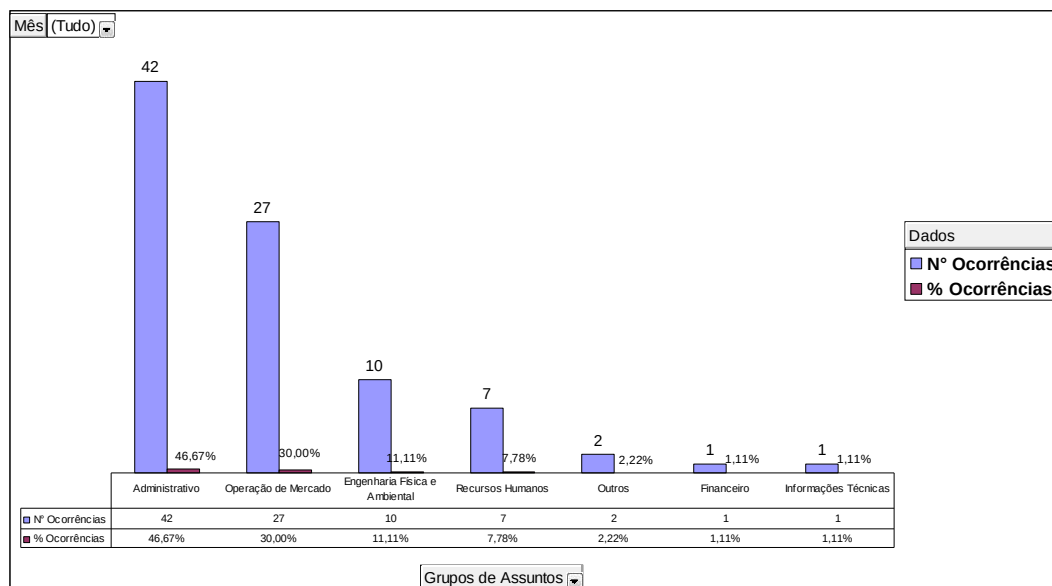
Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2016)

O gráfico 2 demonstra que em 2016, a maioria das manifestações foi enviado por meio de e-mail, representando 58% (cinquenta e oito por cento) do total. Essa representatividade se deu por manifestações referentes às unidades do interior.

Grupo de Assuntos.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são divididas em grupos específicos classificados por assuntos. Os grupos de assuntos estão classificados de acordo com a pertinência temática da competência de cada setor da CeasaMinas.

Gráfico 3



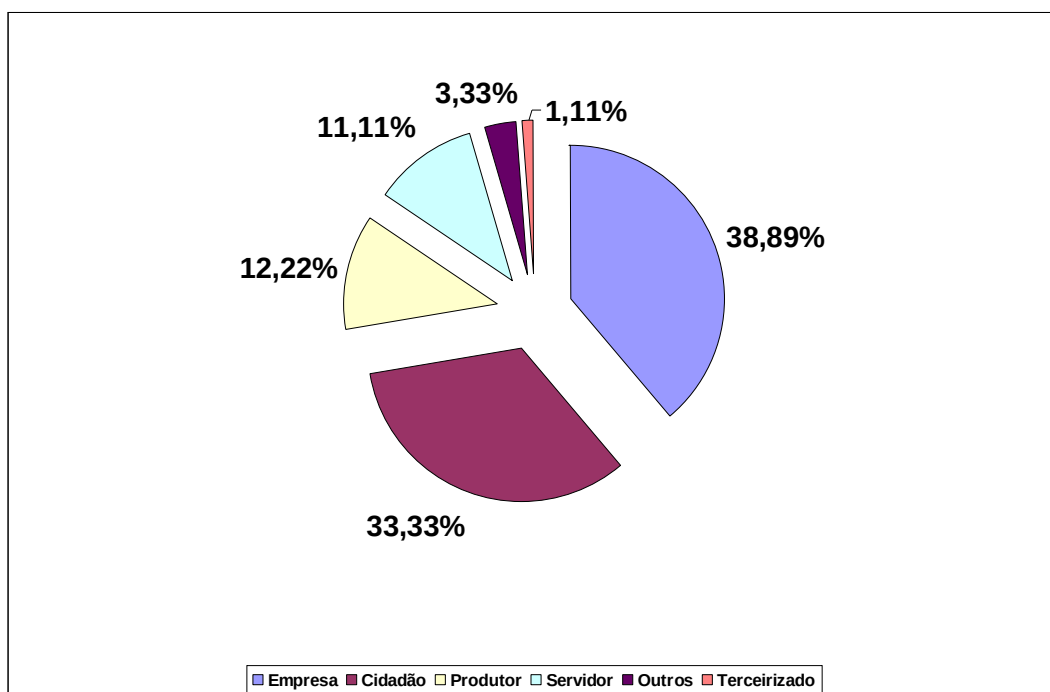
Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2016)

O gráfico 3 demonstra que em 2016 a maioria das manifestações recebidas, 46,67% (quarenta e seis vírgula sessenta e sete por cento), foram pertinentes ao Grupo de Assuntos denominado ADMINISTRATIVO. O Grupo INFORMAÇÕES TÉCNICAS representou apenas 1,11% (hum vírgula onze por cento) do total de manifestações.

Tipos de Usuários

Os usuários da Ouvidoria também tem a sua classificação e conseqüente análise sobre sobre sua atuação conforme a seguir:

Gráfico 4



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2016)

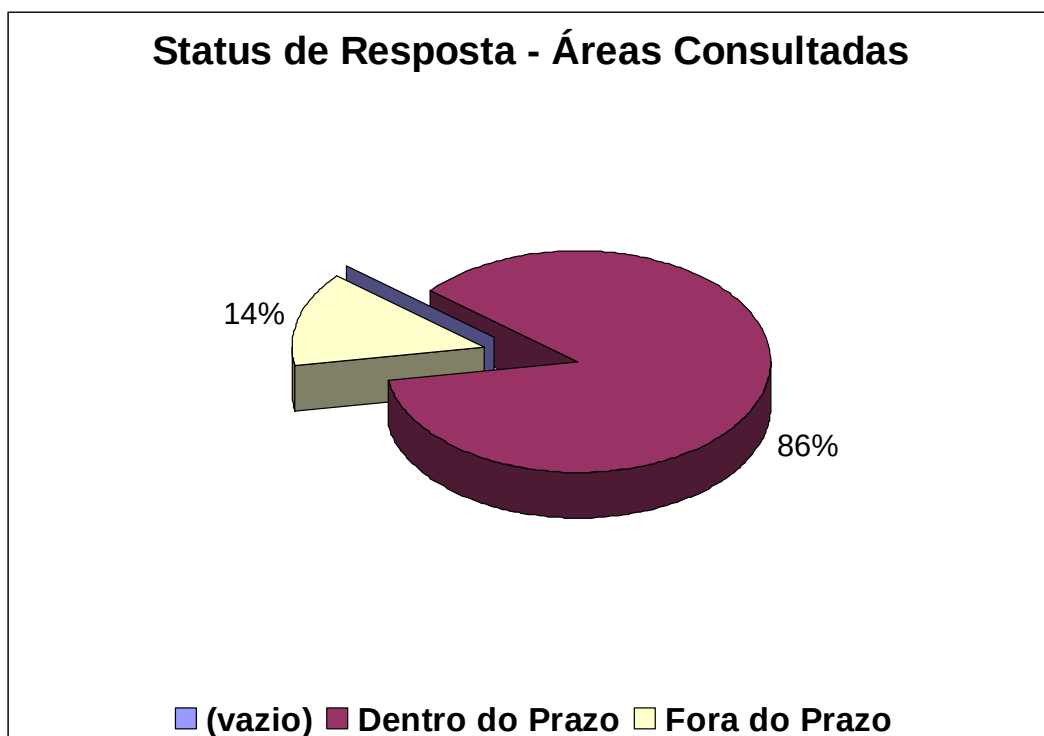
O gráfico 4 mostra o perfil do usuário que demandou atendimento da Ouvidoria da CeasaMinas em 2016, sendo o grupo Empresa com 38,89% (trinta e oito vírgula oitenta e nove por cento) e o grupo Cidadão com 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento)

Prazos de Resposta.

O prazo de resposta do setor consultado é de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que justificado, e que o prazo de resposta ao ouvinte é de 07 dias úteis, sendo que todos os prazos são contados a partir da data de encaminhamento da manifestação à área competente.

Áreas Consultadas.

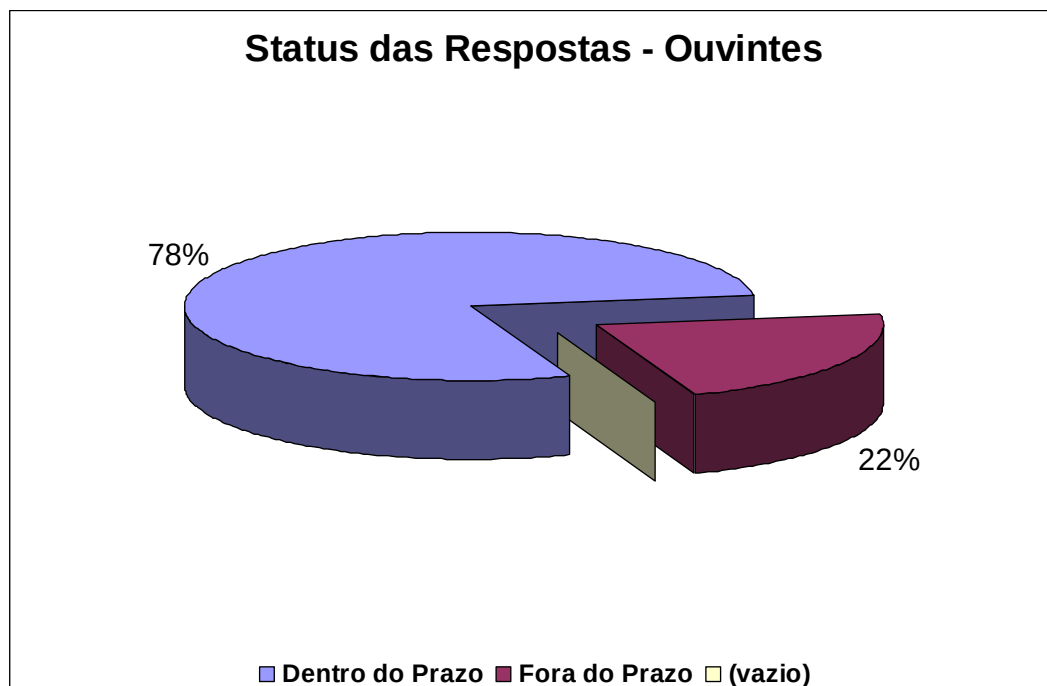
Gráfico 5



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2016)

O gráfico 05 demonstra que 86% (oitenta e seis por cento) das demandas foram respondidos pelas áreas consultadas dentro do prazo. As demandas não atendidas no prazo determinado se devem, em grande parte pela ausência do responsável pelo setor, seja por motivo de viagens ou de férias.

Gráfico 6



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2016)

À proporção de 78% (setenta e oito por cento) do total de manifestações, respondidas dentro do prazo, a Ouvidoria conseguiu atender ao manifestante a contento, não obstante os atrasos cometidos pelas áreas consultadas.

Conclusão.

No exercício das funções institucionais da Ouvidoria da CeasaMinas, no aludido período, pudemos observar que, apesar de um número razoável de atendimentos, as estatísticas apontam queda no número de demandas encaminhadas a esse órgão. Vale ressaltar que esta Ouvidoria tem trabalhado no intuito de agregar valor às demandas apresentadas, visando melhorar a sua visibilidade perante os públicos interno e externos da CeasaMinas.

Essa foi, portanto, a descrição analítica sucinta das atividades da Ouvidoria no ano de 2016.

Arlene Barros Vilela

Ouvidora - CeasaMinas

4 - RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.

4.1 - DETIN – IMPLANTAÇÕES TECNOLÓGICAS 2016

Em resposta a solicitação (CI Audin: 133/16), informamos abaixo as atividades realizadas no exercício de 2016 pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Ceasaminas:

- Manutenção de contratos

Contrato	Empresa
54/2012 (Aguardando publicação)	Totvs (Portal RH)
Licença de Software (01 ano)	Netmake (Scriptcase - Desenvolvimento)
64/2014 (substituído pelo 33/2016)	Prodemge (Suporte técnico)
102/2015 (aditivação)	Prodemge (Link de dados)
84/2012 (aditivação)	Simpres (Impressoras)
55/2015 (aditivação)	Consult (Caixa)
28/2016 (celebração)	EMC (Computadores)
Licença de Software (03 anos)	Virtos Backup (Backup de dados)

- BIP (Boletim Informativo de Produção) /Sisgeope

Etapas I e II concluídas.
Início da Etapa III

Breve histórico: BIP é um documento emitido de forma manual pelos colaboradores da EMATER, na propriedade do Produtor Rural, e após a análise da produção é fornecido uma via do Boletim para o Produtor Rural como comprovante de sua produção rural. O Produtor Rural de posse desse boletim quando vem comercializar seus produtos na CEASAMINAS, entrega o Boletim na CENPRO (Central do Produtor na Ceasaminas) como comprovante de produção e automaticamente recebe a concessão de uso de áreas no MLP (Mercado Livre do Produtor), para realizar a comercialização dos produtos contidos no BIP, e que todas as informações de produção contidas no boletim são cadastradas por colaboradores da CEASAMINAS no SISGEOPE (Sistema Informatizado de Gerenciamento Operacional da Ceasaminas), sistema qual é registrado e mantido todos os dados dos Produtores, das produções e das marcações de áreas do MLP (Mercado Livre do Produtor).

A Ceasaminas e a EMATER, através de seus departamentos de TI, desenvolveram as etapas I e II do BIP eletrônico e iniciaram os encaminhamentos para a ultima etapa, que é gerar o atestado de produção eletrônico para EMATER, desta forma, toda a transação de atestados e boletins passa a ser digital, melhorando os fluxos dos processos entre os órgãos e facilitando a vida do produtor que não precisará ir a uma unidade da EMATER para entregar o certificado. Hoje as etapas garantem que ao entregar o SAP na unidade da EMATER, o agente fará o lançamento das informações no sistema, após lançamento um técnico irá visitar a propriedade e atestar às informações lançadas no sistema, conferido as informações e feitas às correções, a Ceasaminas através de seu sistema, consome as informações do Webservice da EMATER e atualiza o sistema automaticamente, gerando a carteirinha com base nestas informações validadas eletronicamente. Quando for concluída a etapa III toda esta informação será feita eletronicamente.

4.2 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO RELATÓRIO DE ATIVIDADES

I - SÍNTESE DAS ATIVIDADES EM 2016

1.1-ATIVIDADES DE CONTROLADORIA:

- a. Análise das solicitações de contratação recebidas das diversas áreas da empresa;
- b. Confronto entre o orçamento aprovado e a solicitação de contratação recebida.
- c. Caso o valor da solicitação esteja previsto – os dados da solicitação são registrados e compensados na planilha de controle e apurado novo saldo que a partir daí será apurado o valor residual da verba.
- d. Caso a solicitação esteja fora do valor de orçamento a solicitação é devolvida à origem com orientação ao usuário.
- e. Cadastramento dos contratos de fornecimento em planilha própria.
- f. Liberação ou não das requisições de bens e serviços registradas no sistema pelo usuário requisitante.
- g. Orientação ao usuário do sistema.

1.2. ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

- a) (Elaboração dos orçamentos Globais (PDG:), por rubrica (Despesas, Receitas, investimentos, resultado), e de fluxo de caixa), para o exercício de 2017;
- b) Elaboração da reprogramação dos orçamentos Globais (PDG): por rubrica (Despesas, Receitas, investimento) para o exercício e 2016;
- c) Análise e verificação coerência das peças orçamentárias durante a elaboração das diversas peças orçamentárias (itens a e b acima);
- d) Cadastramentos no sistema SIEST (receitas, despesa, fluxo de caixa) em detalhes mensais;
- e) Cadastramento no sistema SIOP do orçamento de investimentos, em detalhes mensais;
- f) Elaboração mensal de relatórios de acompanhamento orçamentário e análise das variações detectadas, com emissão de planilhas de acompanhamento e análise das variações apuradas nos Conselho Fiscal e de Administração para aprovação final das peças orçamentárias (orçamento global);
- h. Inteiração com o MAPA e DEST para oficialização do orçamento, tanto o orçamento do exercício seguinte como o orçamento de reprogramação do período.

1.3- ATIVIDADES COMPLEMENTARES

a) Relatório de Administração:

- a) Relatório publicado anualmente com o Balanço Contábil anual contendo sucintamente o desempenho orçamentário-financeiro do exercício findo , que após sua aprovação pelo STN e será publicado junto com balanço do exercício;.

b) Relatório de Gestão:

- a. Relatório publicado anualmente divulgando as atividades técnica-econômica e financeira do exercício findo e 2015 em atendimento aos órgãos do Governo Federal (CGU/TCU) e publicado no site da empresa.
- c) RVA E PLR:
 - a. Elaboração, acompanhamento e análise dos programas de PLR – Participação no lucro ou resultado dos empregados da Ceasaminas e RVA- Programa de remuneração variável anual de Diretores da Ceasaminas.

1.4-ATIVIDADES DIVERSAS

- a) Participações em reuniões diversas:
- b. Reuniões técnica de assessoramento;
- c. Reuniões da diretoria executiva,
- d. Conselho fiscal e de administração;
- e. Seminários e reuniões com órgãos do Governo Federal (DEST, MAPA), quando convocado.
- f. Atendimento pessoal externo;
- g. Organização da documentação do departamento;
- h. Manutenção da organização do departamento;
- i. Protocolo e encaminhamento de documentação;
- j. Análise e cadastramento de contrato de fornecedores

1- GESTÃO DO DEPARTAMENTO:

Economista: Rosinéia Coelho Veloso

Analista:

Economista: Plínio Laurindo Gonzaga Silva

Técnico: Cleibe da Silva

Estagiário: Felix Henrique Souza Pereira

5 - CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DESTACANDO, PARA CADA PROGRAMA DE GOVERNO OU PROGRAMA DE TRABALHO DA ENTIDADE QUE SEJA OBJETO DE UMA AÇÃO DE AUDITORIA:

A) AÇÃO ADMINISTRATIVA

I - Meta prevista/alcançada

Foram necessárias algumas adequações no PDG para que as metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de diretrizes Orçamentárias, fossem cumpridas.

Os valores apresentados abaixo já estão com a nova reprogramação orçamentária.

CEASAMINAS/MG – ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS 2016			EM R\$1,00
Manutenção, Adequação e Expansão da Infra-estrutura operacional – 20.605.0807.4105.0031.	1.051.497	756.514	294.983
%	100	71,9%	28,1%
Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática, informação e teleprocessamento 20.605.0807.4103.0031.	100.800	11.955	88.845
%	100	11,9%	88,1%
Manutenção, adequação e aquisição de bens móveis, veículos, Máquinas e equipamentos – 20.605.0807.4102.0031.	140.638	16.216	124.422
%	100	16,1%	88,5%
INVESTIMENTOS/PROJETOS	1.292.935	784.685	508.250
%	100%	60,7%	39,3%

Fonte: DEPLA- Departamento de Planejamento – Ceasaminas

B) AÇÕES SOCIAIS

DEPARTAMENTO TÉCNICO SEÇÃO DE AGROQUALIDADE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2016

PRODAL BANCO DE ALIMENTOS

ATIVIDADES:

CURSOS E CAPACITAÇÕES:

Capacitação continuada dos Manipuladores de Alimentos do Prodal Banco de Alimentos

Dia: 07 e 08/06/2016

Público: 06 manipuladores de alimentos.

Objetivo: capacitar os manipuladores de alimentos que prestam serviço no programa quanto as boas práticas de manipulação de alimentos utilizando o curso on-line disponível no site da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Boas Práticas de Manipulação de Alimentos para Vendedores Ambulantes

Dia: 20/10/2016

Público: 16 vendedores ambulantes.

Objetivo: capacitar os vendedores de lanches no MLP quanto às boas práticas de fabricação e comercialização de alimentos, para garantir a disponibilidade de alimentos seguros aos usuários da CeasaMinas.

Boas Práticas de Manipulação de Alimentos para Vendedores Ambulantes

Dia: 27/10/2016

Público: 12 vendedores ambulantes.

Objetivo: capacitar os vendedores de lanches no MLP quanto às boas práticas de fabricação e comercialização de alimentos, para garantir a disponibilidade de alimentos seguros aos usuários da CeasaMinas.

Boas Práticas de Manipulação de Alimentos para Vendedores Ambulantes

Dia: 01/12/2016

Público: 07 vendedores ambulantes.

Objetivo: capacitar os vendedores de lanches no MLP quanto às boas práticas de fabricação e comercialização de alimentos, para garantir a disponibilidade de alimentos seguros aos usuários da CeasaMinas.

Boas Práticas de Manipulação de Alimentos para Vendedores Ambulantes - Varejão

Dia: 22/11/2016

Público: 20 comerciantes de lanches.

Objetivo: capacitar os comerciantes de alimentos que comercializam no Varejão do MLP sobre às boas práticas de fabricação e comercialização de alimentos, para garantir a disponibilidade de alimentos seguros aos usuários da CeasaMinas.

EVENTOS:

- Encontro Técnico da Abracen

Data: 31/03 a 01/04/16

Local: CeasaMinas Contagem

Participantes: Diretorias e técnicos das Ceasas e Diretorias das Associações dos Barracões do Produtor de Nova União e Onça do Pitangui (Caldas)

Apoio na elaboração das palestras sobre o estudo de caso dos citados barracões e visita técnica aos mesmos..

- Reunião Técnica sobre nova variedade de Milho Verde

Data: 30/06/16

Participantes: Pesquisadores Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas e técnicos da Agroqualidade

Objetivo: Avaliar resultados da pesquisa com variedade de milho verde, decorrentes de testes de campo realizado por produtores do produto.

- Reunião Técnica no Barracão do Produtor de Nova União

Data: 14/11/16

Participantes: Representantes do Banco de caixas Uai, Seagro CeasaMinas, diretoria da Apranu e produtores de banana

Objetivo: Viabilizar a logística reversa da caixa plástica

- Reunião Técnica com a empresa Paripassu

Data: 21/06/16

Participantes: Técnicos subordinados ao Departamento Técnico e representantes da empresa Paripassu

Objetivo: Conhecer os serviços de rastreabilidade executados pela empresa para divulgar entre os produtores e comerciantes visando melhoria nas embalagens dos produtos hortícolas e segurança do alimento.

- Reuniões técnicas sobre aquisição de alimentos através do PNAE

Datas: 11/04 e 15/04/16

Parcerias: Aphcemg; Sedras; Seapa; SDA; Emater-MG e CeasaMinas

Objetivo: Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar pelo programa através de ações que facilitem o processo.

VISITAS TÉCNICAS SUPERVISIONADAS:

a) INSTITUIÇÃO: Encontro Nacional da Abracen- Edição Minas Gerais

- Participantes: Diretores e técnicos das Centrais de Abastecimento

- Data: 01/04/16

- Responsável: Decom e técnicos da Seção de Agroqualidade

b) INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Puc Minas

- Participantes: Alunos do curso de Geografia

- Data: 05/05/16

- Responsável: Mariana Guedes Raggi

c) INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São João Del Rei (Campos Sete Lagoas)

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica

- Data: 12/05/16

- Responsável: Leila Louback

d) INSTITUIÇÃO: Universidade federal de Viçosa

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica

- Data: 07/06/16

- Responsável: Professor Gerival Vieira

5) INSTITUIÇÃO: Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri

- Participantes: Alunos do Curso de Nutrição

- Data: 23/06/16

- Responsável: Profa Ana Catarina

e) INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São João Del Rei (Campos Sete Lagoas)

- Participantes: Alunos do Curso de Engenharia Agrônômica
- Data: 04/10/16
- Responsável: Leila Louback

f) INSTITUIÇÃO: Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG

- Participantes: Estudantes do Curso Técnico em Administração
- Data: 06/10/16
- Responsável: Márcia Araújo

g) INSTITUIÇÃO: Ultramig

- Participantes: Estudantes do Curso de Administração
- Data: 11/10/16
- Responsável: Flávia Lima

h) INSTITUIÇÃO: Faculdade de Para de Minas – Fapam

- Participantes: Estudantes do Curso do Agronegócio
- Data: 18/10/16
- Responsável: Deny Sanábio

i) INSTITUIÇÃO: Centro Universitário Una

- Participantes: Estudantes do Curso de Administração de Empresas
- Data: 25/10/16
- Responsável: Mateus Gravito

j) INSTITUIÇÃO: Grupo Unis

- Participantes: Estudantes de Engenharia Agrônômica
- Data: 03/11/16
- Responsável: Roberto Queiroz

k) INSTITUIÇÃO: Centro Universitário Uni-BH

- Participantes: Estudantes do Curso de Nutrição
- Data: 08/11/16
- Responsável: Professora Ângela Sezini

l) INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Viçosa

- Participantes: Estudantes de Engenharia Agrônômica
- Data: 08/11/16
- Responsável: Professor Gerival Vieira

m) INSTITUIÇÃO: Universidade federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

- Participantes: Estudantes do Curso de Nutrição
- Data: 24/11/16
- Responsável: Ana Catarina

PROJETOS EM ANDAMENTO:

1. Certifica Minas Frutas

- Objetivo: Adoção de práticas agrícolas na produção, transporte, armazenamento e comercialização de frutas visando a melhoria na qualidade, redução de perdas, rastreabilidade e agregação de valor aos produtos com a utilização de um selo de certificação.
- Parcerias: Seapa, CeasaMinas, Emater-MG e Ima

2) Introdução de nova variedade de milho verde – Continuidade do projeto

- Fase de multiplicação de sementes e sua comercialização junto aos produtores que comercializam o produto na CeasaMinas
- Parcerias: Pesquisadores Embrapa Milho e Sorgo de Sete Lagoas, empresa multiplicadora das sementes e Seagro CeasaMinas

Mudança na informação de mercado (preços) de unidade de atacado para quilograma (KG)

Após reunião entre diretoria da CeasaMinas e entidades representativas dos usuários (Coophemg, Aphcemg e Aceasa) com o objetivo de evitar fraudes no peso dos produtos comercializados na CeasaMinas, devido a falta de padronização das embalagens de madeira, sendo a maioria de caixas pequenas que não comportam a quantidade de produtos referencial, ficou definido a mudança na informação de mercado para Kg, conforme ações descritas abaixo:

- A partir de 1 de novembro último, a modificação da informação para KG, no Boletim Informativo Diário e Painel de Preços do MLP para os produtos Tomate, Batata, Moranga Híbrida e Repolho e até dia 15 de dezembro de 2016 para os demais produtos hortícolas;
- Instalação de cinco balanças no MLP com capacidade de 150 KG para conferência do peso dos produtos pelos usuários, por amostragem e o pagamento pelo preço de KG, de acordo com a quantidade adquirida;
- Orientação aos usuários pela equipe da Agroqualidade e orientadores de mercado sobre o novo processo comercial. Parcerias: Associações de usuários; Depop, Detec, Seagro, Secim, Selog e MLP-BH.

Equipe da Seção de Agroqualidade:

- Joaquim Oscar Alvarenga
- Valdir Moreira campos
- Romeu Silveira Diniz
- Raymundo Motta Moreira Duarte
- Fabiana Maria da Costa
- Cláudio Machado
- FABIO LUCIO DE ASSIS

FORTALECIMENTO DA REDE INTERSETORIAL PARA INTEGRAÇÃO DOS TRABALHOS SOCIAIS DA EMPRESA.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A CEASAMINAS é uma empresa que exerce papel estratégico no sistema alimentar brasileiro, com expressivo impacto sobre a economia. É uma empresa de economia mista do Governo Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em 36 anos a empresa se tornou a mais diversificada do Brasil, ocupando o segundo lugar a nível nacional de hortigranjeiros. Através do Comitê de Responsabilidade Social Empresarial a empresa desenvolve inúmeros projetos sociais nas áreas de educação, segurança alimentar, meio ambiente, cultura, criança e adolescente, assistência social, lazer, sempre ancorados na ética, transparência, compromisso, bem-estar coletivo e justiça social.

INSTITUTO CEASAMINAS/PRODAL BANCO DE ALIMENTOS

Consolidado desde 2002, o programa banco de alimentos atua constantemente no combate ao desperdício de alimentos no entreposto de Contagem da CeasaMinas, e na minimização da fome na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. O programa contribui para o abastecimento alimentar de redes de promoção e proteção social, contribuindo desse modo, com a diminuição da fome e da desnutrição das populações em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

O banco de alimentos faz o elo entre os beneficiários e os potenciais doadores, realizando a arrecadação de alimentos em condições de consumo humano entre os permissionários e produtores rurais que comercializam na CeasaMinas, repassando para sociedade civil sem fins lucrativos, que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. O repasse também é realizado para outros programas de segurança alimentar que atuam na RMBH. O programa contribui para o abastecimento alimentar de redes de promoção e proteção social, contribuindo desse modo, com a diminuição da fome e da desnutrição das populações em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

O banco de alimentos faz o elo entre os beneficiários e os potenciais doadores, realizando a arrecadação de alimentos em condições de consumo humano entre os permissionários e produtores rurais que comercializam na CeasaMinas, repassando para sociedade civil sem fins lucrativos, que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. O repasse também é realizado para outros programas de segurança alimentar que atuam na RMBH.

Em consonância com o Governo Federal o Prodal Banco de Alimentos está enquadrado no Programa Brasil Sem Miséria, ao qual tem a missão de promover e consolidar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, observando as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitando a diversidade cultural.

Resultados operacionais – Complexo CeasaMinas 2016 – Departamento Técnico - DETEC

Apresentamos, a seguir, as informações relativas aos resultados operacionais da CeasaMinas em 2016, para subsidiar relatório de atividades da Auditoria interna – RAIINT

Oferta Global no Complexo CeasaMinas

OFERTA GERAL AO COMPLEXO CEASAMINAS (Kg)

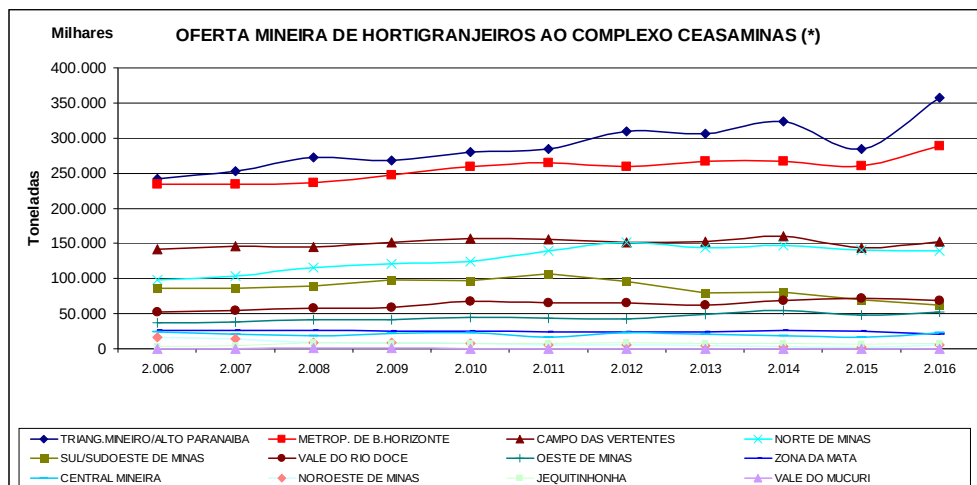
UNIDADE ATACADISTA	A N O S		VARIAÇÃO %
	2.015	2.016	
CEASA-MG UNIDADE GRANDE BH	1.949.573.275	2.061.992.306	5,77
CEASA-MG UNIDADE UBERLANDIA	232.880.375	236.467.185	1,54
CEASA-MG UNIDADE UBERABA	127.309.820	92.894.758	-27,03
CEASA-MG UNIDADE JUIZ DE FORA(*)	74.533.891	76.033.221	2,01
CEASA-MG UNID CARATINGA	54.041.880	53.961.075	-0,15
CEASA-MG UNIDADE GOV.VALADARES	37.938.492	35.654.466	-6,02
CEASA-MG UNIDADE BARBACENA(*)	18.176.234	21.097.773	16,07
TOTAL GERAL	2.494.453.967	2.542.391.081	1,92

Fonte: Secim/Detec

Elaboração: Seest/Detec

Em 2016, foram ofertados 2.542.391.081 kilogramas de produtos no âmbito dos seis entrepostos da CeasaMinas. O volume foi 1,92% maior que o verificado em 2015.

Oferta Global no Complexo CeasaMinas, por mesorregião



Desempenho financeiro dos MLPs administrados pela CeasaMinas – 2006 a 2016

O Convênio entre a Seapa/MG e a CeasaMinas, concedendo a gestão financeira e operacional dos MLPs para o segundo iniciou-se em 2000.

Preços médios de comercialização

CEASAMINAS PREÇOS MÉDIOS POR GRUPO, SUBGRUPO E SETOR DE PRODUTOS (R\$)

GRUPO / SUBGRUPO/SETOR	2015	2016	VARIAÇÃO %
OLERÍCOLAS	1,72	1,98	15,1
FOLHA-FLOR-HASTE	1,29	1,43	10,9
FRUTO	1,51	1,61	6,6
RAIZ-BULBO-TUBÉRC.-RIZOMA	1,93	2,32	20,2
FRUTÍCOLAS	1,84	2,30	25,0
BRASILEIRAS	1,50	1,66	10,7
IMPORTADAS	5,10	5,24	2,7
AVES E OVOS	3,16	3,83	21,2
HORTIGRANJEIROS	1,82	2,19	20,3
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2,66	3,15	18,4
ALIMENTÍCIOS	2,54	3,08	21,3
NÃO ALIMENTÍCIOS	3,07	3,37	9,8
CEREAIS	1,85	2,80	51,4
MÉDIA	2,01	2,41	19,9

Fonte: SEEST/DETEC/CEASAMINAS

Gestor Departamento Técnico - DETEC Tarcísio Fernandes Caetano da Silva

6 - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE, RELATANDO:

A CEASAMINAS fundada em 1970, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, é uma empresa de Sociedade Economia Mista, tendo o Governo Federal como seu maior acionista, detendo 99,57% das ações com direito a voto, desde o ano de 2000.

Ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m2, nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem-MG, havido pelo Estado de Minas Gerais

em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal. De acordo com a Administração da Sociedade, a apuração dos valores envolvidos, do ativo imobilizado da companhia, está em fase de regularização. A contabilidade aplicou as normas do IASB – International Financial Reporting Standards, pois houve a mensuração e reconhecimento contábil do Pavilhão “T”, através de sua capacidade de gerar caixa em um período de 5 anos, a taxa de desconto de 5% a.a. sendo o mesmo construído com recursos de terceiros.

a) Fragilidades identificadas

De modo geral, a ausência de normas e procedimentos de execução. Em consequência verifica-se: valores recebíveis não executados, pendentes de ações administrativas ou judiciais; falha nos procedimentos de rotina e fiscalização de contratos; falha na aplicação de normas e processos licitatórios, falhas no controle de material de almoxarifado; falhas nos processo de contratação de serviços terceirizados.

Realizamos em parceria com uma empresa especializada um trabalho voltado para identificar as causas que têm contribuído para o atraso dos lançamentos e dos registros de entrada das Notas Fiscais na Contabilidade, com reflexo nas demonstrações contábeis. Dentre os pontos merecedores de menção, relatamos as retenções de documentos fiscais pelos setores envolvidos, principalmente os documentos recebidos das unidades do interior.

Alguns procedimentos de anos anteriores necessitam de regularização, esclarecemos que durante o ano de 2014 foram realizadas algumas ações no sentido de minimizar o que foi apontando anteriormente:

b) Aperfeiçoamentos implementados

A Auditoria Interna tem apontado com frequência, as irregularidades, como também, indicado soluções para determinados casos e orientado quanto ao entrosamento dos setores na implantação do sistema ERP que está em andamento nesta empresa.

I - Os controles de estoque, bem como os cálculos dos custos médios de todos os produtos do Almoxarifado, eram são processados manualmente, implicando em dispêndio de tempo para calcular e remeter à Contabilidade, finalmente concretizamos a implantação do sistema retrocitado.

II - As conciliações das contas ativas e passivas estavam acumulando pendências antigas de pequeno valor, por longas datas. A Diretoria Financeira, em parceria com a Contabilidade, levantou as pendências, no sentido de regularizá-las. Salientamos que as contas foram praticamente todas ajustadas faltando apenas algumas em que os setores envolvidos ainda não se manifestaram.

7 - A REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONTENDO:

A) Objetivo da contratação e o valor

Contratação de serviços e compras destinadas à manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, bem como materiais de consumo para o desempenho dos serviços administrativo da empresa;

B) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade

A dispensa ou inexigibilidade são aplicadas às compras ou serviços contratados nos limites estabelecidos na Lei 8.666/93, bem como a aquisição de produtos adquiridos através da cotação de preço de mercado em consonância com norma retro mencionada.

C) responsável pela fundamentação e CPF

O responsável pela fundamentação é o Chefe do Departamento Jurídico da empresa.

- **Carulina de Freitas Chagas CPF: 061.011.386-07**

- **Fernando Alves de Abreu CPF: 176.231.626-91**

D) identificação do contratado

Todos os contratados estão identificados na relação da CPM. - (Cotação de Preço de Mercado) e processos licitatórios abaixo.

I - Dispensa e inexigibilidade de licitação:

Fundamentação da baseada nos incisos I e II, e parágrafo único do artigo 24 e artigos 25 e 26, da Lei 8.666/93.

**Responsável pela fundamentação: Assessoria Jurídica – ASJUR -
Carulina de Freitas Chagas e - Fernando Alves de Abreu**

NOTA: Para visualizar a planilha a contento, todos os processos de Dispensa e inexigibilidade de licitação, verificar o **ANEXO 01**

Análise da Regularidade dos Demais Processos Licitatórios, Incluindo Percentual Examinado

PROCESSOS LICITATÓRIOS 2015				
Relatório nº	Processos Repassados à AUDIN	Processos Fracassados	Processos Homologados	Processos Auditados
10	11	7	4	2
18	9	5	4	4
20	18	8	10	5
24	9	2	7	3
25	23	8	15	10
Total	70	30	40	24
Processos homologados (%)			42,86	
Processos auditados (%)			34,29	
Houve uma situação atípica nos meses de agosto e setembro/2015, quando a Auditoria recebeu 110 (cento e dez) processos licitatórios, que permaneceram na CPL e SECAD, aguardando Contratos de Concessão de Uso de lojas licitadas. Em vista desses processos não estarem formalizados na íntegra e não apresentarem os requisitos essenciais para análise, a verificação por parte da Auditoria ficou prejudicada. Tal				

Avaliação sobre a Regularidade dos Processos:

Ocorreram algumas falhas na publicação do Edital, redação da Ata e formação do processo de licitação. Além de outras falhas como: comprovante de habilitação, ata de registro de preços sem informação de valor unitário e global, descumprimento de dispositivos legais, publicação de contrato fora do prazo. Entretanto, são procedimentos de rotina que não implicam em falta grave ou prejuízos para a empresa, mas que deve ser observado atentamente, na aplicação integral da Lei 8.666/93.

Identificamos nos processos licitatórios auditados por amostragem, que as falhas apontadas, apesar de pouca relevância por não afetarem o erário público, contrariam os dispositivos legais quanto à formação do processo. Ao deixar de cumprir a rotina na instrução processual e não atentar para simples detalhes como: edital e termo de referência sem assinatura do responsável, ata de preço sem o quantitativo total, falta de documento de habilitação e outros pormenores, está infringindo os preceitos da lei que rege o assunto.

Elaboramos um check list com ênfase nos apontamentos efetuados pela Auditoria Interna, visando que a CPL cumpra aos prazos estabelecidos em Lei, para cada modalidade de licitação, bem como, a fiel observância aos procedimentos de rotina.

NOTA: Para visualizar a planilha contendo todos os processos de licitação verificar o **ANEXO** (Processos Relativos a Contratos/ Licitação 2015)

8 – AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES FIRMADOS

Para este tópico elaboramos uma planilha com as identificações solicitadas na Instrução Normativa que disciplina a matéria, a qual se encontra no **ANEXO 04**: Quadro de Detalhamento dos Convênios.

9 – FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE AUDITORIA INTERNA:

9.1 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Para verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal, identificando os nomes dos servidores e funcionários que tiveram sua folha de pagamento revisada, e o método de seleção da amostragem, foi constatada legalidade dos atos, confirmação física dos beneficiários e a regularidade dos processos de admissão, cessão, requisição, concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

A) Limite do Quadro de Pessoal

Conforme Portaria 1.139/2001, de 30/10/2001, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece o limite máximo de empregados do quadro próprio das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União. O limite fixado para a CEASA/MG por esta portaria é de 272 empregados. Conforme verificamos, estamos abaixo deste quantitativo.

QUADRO DE PESSOAL	Out/16	Nov/16	Dez/16
Funcionários Ativos	213	207	212
Em Férias	7	12	5
Ativo (RA)	13	12	13
Admitidos	0	1	2
Demitidos	1	3	2
TOTAL NA FOLHA	233	232	230
Afastados pelo INSS	1	1	1
Licença Sem Vencimento	0	0	0
TOTAL DO QUADRO	234	233	231
Outros (Conselheiros)	8	8	7

As empresas cujos quantitativos de pessoal próprio estejam acima dos limites fixados nesta Portaria terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para se adequarem aos novos limites.

9.2 Risco de Auditoria

Os fatores de risco foram convencionados permitindo sua aplicação à maioria dos processos operativos. Eles estão assim definidos:

- 1- Gestão Orçamentária (análise da programação e análise da execução)
- 2- Gestão Financeira (recursos disponíveis, recursos realizáveis, recursos exigíveis)
- 3- Gestão Patrimonial (inventários físicos e financeiros, bens imobiliários, meios de transporte, bens móveis e equipamentos)
- 4- Gestão de Pessoas (movimentação, remuneração, benefícios e vantagens)
- 5- Gestão do Suprimento de Bens e Serviços (processos licitatórios)

6- Gestão Operacional.

Itens integrantes dos Fatores de Risco:

Materialidade: Importância relativa ou representatividade do valor ou do volume dos recursos envolvidos, isoladamente ou em determinado contexto.

Relevância: Aspecto ou fato considerado importante, ainda que não seja material (economicamente significativo), para o atingimento dos objetivos da entidade.

Criticidade: Vulnerabilidade identificada nos controles internos que caracteriza-se ou pode vir a caracterizar-se risco.

Pontuação:

1 Baixo,

2 Médio,

3 Alto,

4 Crítico.

OBS: Os valores lançados com relação a Materialidade tem como referência os últimos relatórios da Auditoria Interna.

1) Execução Orçamentária;

Materialidade:

R\$30.000.000,00 (trinta e seis milhões).

Relevância:

A Execução Orçamentária é importante para:

Atingir dos objetivos da empresa

Evitar prejuízos à imagem da Companhia

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Criticidade:

A realização parcial da receita, em função das Licitações e Transferências de Lojas.

A realização da despesa além do previsto, forçando a reformulação orçamentária.

Criação de relatórios específicos de acompanhamento da execução dos projetos de abastecimento.

Pouca interação com os diferentes setores da empresa, para opinar no planejamento.

Aperfeiçoamento da metodologia para elaboração, execução, alterações do planejamentos das propostas orçamentárias.

Controle:

Verificar a observância dos dispositivos legais;

Verificar as reprogramações orçamentárias.

Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas;

Alertar para a correção dos desvios.

Resultado Esperado:

Que a arrecadação se efetive como previsto, e que as despesas se mantenham no nível desejado.

Balancetes;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Balancetes	9,00	100,00	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,00	33,33	4	25,00
<i>Relevância</i>	3,50	38,89	4	29,17
<i>Criticidade</i>	2,50	27,78	4	20,83

Materialidade:

R\$26.000,00 (vinte e seis milhões de reais).

Relevância:

A verificação dos balancetes é importante para:

Evitar notificações dos órgãos tributários

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar falta de informações para tomada de decisão

Evitar falhas na operacionalização

Evitar perdas financeiras

Evitar prejuízos à imagem da Companhia

Criticidade:

Ativo Super-avaliado;

Despesa Super-avaliada;

Passivo Sub-avaliado;

Receita Sub-avaliada;

Atraso na entrega da documentação, pelos diversos setores da empresa, impedindo a contabilização em tempo hábil.

Responsabilização dos setores responsáveis pelo atraso na contabilização.

Conciliações das contas do ativo e passivo, de forma adequada.

Correções para as divergências apuradas nas conciliações.

Encaminhamento dos relatórios, balancetes e demais demonstrativos, no prazo.

Aperfeiçoamento da estrutura do setor contábil.

Evitar a concentração das atividades de controle e gerenciamento de informações no mesmo setor, mantendo a segregação de funções.

Controle:

Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação;

Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.

Resultado Esperado:

Que as contas tenham um comportamento previsível e permaneçam com bons os índices financeiros.

Seção de Tesouraria;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Tesouraria	9,25	100,00	12	77,08
<i>Materialidade</i>	3,50	37,84	4	29,17
<i>Relevância</i>	2,75	29,73	4	22,92
<i>Criticidade</i>	3,00	32,43	4	25,00

Materialidade:

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)

Relevância:

A auditoria na Seção de Tesouraria é importante para:

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar retrabalho

Criticidade:

Segregação de funções na área da Tesouraria.

O fundo fixo não obedecer ao imite previsto pela legislação para cobertura de pequenas despesas.

Não ser observado prazo, estritamente necessário, aos trâmites de efetivação de pagamento ao adiamento junto ao fundo fixo.

O caixa conta com pouca proteção física.

Falta de cobertura de seguro para os funcionários que manuseiam valores.

Falta de procedimento para controle da programação dos pagamentos nos respectivos vencimentos, e existência de arquivo próprio por data de vencimento.

Erro no lançamento entre contas bancárias;

Falta de registro de aplicações financeiras;

Falta de registro de transferências;

Valor elevado de numerário em trânsito.

Controle:

Verificar periodicamente a movimentação das contas bancárias;

Identificar movimentação das contas de aplicação;

Verificar a movimentação das contas de transferências;

Verificar a movimentação das contas de valores em trânsito;

Verificar as conciliações bancárias.

Resultado Esperado:

Que a tesouraria efetue os pagamentos dentro do prazo, e tenha bons controles de entrada e saída de numerário.

Seção de Cobrança;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Cobrança	9,50	100,00	12	79,17
<i>Materialidade</i>	3,75	39,47	4	31,25
<i>Relevância</i>	2,75	28,95	4	22,92
<i>Criticidade</i>	3,00	31,58	4	25,00

Materialidade:

R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)

Relevância:

A verificação dos trabalhos da Seção de Cobrança é importante para:
O equacionamento das insuficiências dentro da urgência requerida;

Criticidade:

Os processos recebidos da seção de Cadastro completos e corretos.

Processo faltando contrato.

Processo faltando registro na JUCEMG.

É estabelecido prazo, máximo de três dias, para correção e devolução?

Emissão correta dos relatórios que servirão de base para a elaboração dos demonstrativos de débitos e emissão das boletas de cobrança para os concessionários.

Apuração correta das tarifas de uso de cada loja.

Cobrança adequada dos concessionários em débito.

Cobrança de débitos pelo Departamento Jurídico.

Necessidade de conferência diária, das arrecadações do MLP, confrontando carnês e recibos autenticados pelo caixa recebedor contra os recibos de depósitos bancários para controle e contabilização.

Controle:

Verificar mediante relatório analítico, contas a receber;

Verificar os processos de cobrança;

Verificar as conciliações de contas da contabilidade.

Verificar os contratos de licitações.

Verificar o processos de licitação.

Resultado Esperado:

Que a empresa mantenha controles adequados de cobrança, e que possa maximizar os recebimentos.

Seção de Pagamentos;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Pagamentos	8,25	100,00	12	68,75
<i>Materialidade</i>	3,25	39,39	4	27,08
<i>Relevância</i>	3,00	36,36	4	25,00
<i>Criticidade</i>	2,00	24,24	4	16,67

Materialidade:

R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

Relevância:

A auditoria na Seção de Pagamentos é importante para:

Evitar fraudes e irregularidades

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Criticidade:

As prestações de contas de despesas com viagem pendentes.

Os documentos de despesas, bem como o bilhete de passagem, estão sendo anexados à prestação de contas.

As despesas sem comprovantes.

Ao último dia de viagem estão sendo atribuídos 50% do valor da diária.

Controle:

Examinar as exigibilidades mais relevantes;
Verificar as notas fiscais de hotéis;
Verificar os recibos de taxi;
Verificar os critérios para pagamento de contas vencidas;
Verificar os prazos de vencimento da conta Fornecedores.

Resultado Esperado:

Que a empresa mantenha níveis razoáveis de endividamento, e que os fiscais de contrato cumpram bem sua função de conferência e acompanhamento dos contratos.

Relatório de Inventário de Patrimônio;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Relatório Inventário Patrimônio	7,75	100,00	12	64,58
<i>Materialidade</i>	3,00	38,71	4	25,00
<i>Relevância</i>	2,25	29,03	4	18,75
<i>Criticidade</i>	2,50	32,26	4	20,83

Materialidade:

R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais)

Relevância:

O relatório de inventário de patrimônio é importante para:
Cada setor verifica seus próprios bens, quando da assinatura do Termo de Responsabilidade;
Fiscalizar as saídas dos móveis e equipamentos dos setores;
Evitar a existência de bens não localizados;
Alização das informações no sistema patrimonial.

Criticidade:

Falta de Termo de Responsabilidade;
Falta de fiscalização das saídas dos móveis e equipamentos dos setores;
Existência de bens não localizados;
Desatualização das informações no sistema patrimonial;

Controle:

Verificação do trabalho da Comissão incumbida da localização física dos bens;
Obrigatoriedade de preenchimento dos formulários de movimentação de bens;
Apuração de responsabilidade, dos bens não localizados;
Treinamento dos funcionários, e sistema adequado para atualização das informações;
Acompanhamento da elaboração do inventário físico de materiais.

Resultado Esperado:

Que os bens imobilizados estejam devidamente regularizados, e que tenha um bom controle das aquisições e baixas.

Relatório de Inventário Físico do Almoxarifado;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Relatório Inventário Físico do Almoxarifado	7,25	100,00	12	60,42
<i>Materialidade</i>	2,50	34,48	4	20,83
<i>Relevância</i>	2,25	31,03	4	18,75
<i>Criticidade</i>	2,50	34,48	4	20,83

Materialidade:

R\$372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais)

Relevância:

O relatório de inventário físico do almoxarifado é importante para:

Verificação do estoque.

Fiscalizar as saídas de material do setor;

Evitar a falta de controle das operações;

Atualização das informações no sistema informatizado.

Criticidade:

Erro na conferência da relação de bens.

Bens alocados em outras entidades;

Bens sem identificação, por meio de chapa patrimonial;

Entrega do relatório fora do prazo.

Controle:

Verificar os Termos de Responsabilidade de materiais;

Verificar as conciliações contábeis;

Promover a baixa, doação ou leilão dos bens inservíveis e com valor já depreciado;

Verificar o relatório emitido pela Comissão de Inventário.

Resultado Esperado:

Que a Comissão de Inventário Físico de Almoxarifado, confirme a existência dos bens e validade a eficácia dos controles existentes.

Seção de Materiais e Patrimônio;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Materiais e Patrimônio	8,00	100,00	12	66,67
<i>Materialidade</i>	3,00	37,50	4	25,00
<i>Relevância</i>	2,50	31,25	4	20,83
<i>Criticidade</i>	2,50	31,25	4	20,83

Materialidade:

R\$440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)

Relevância:

A auditoria na Seção de Materiais e Patrimônio é importante para:

Evitar perdas financeiras

Evitar penalização dos gestores

Evitar notificações dos órgãos de controle

Criticidade:

As aquisições de bens patrimoniais estão com previsão orçamentária.

Os bens patrimoniais estão devidamente identificados com as respectivas plaquetas, Capital e Interior.

Para toda movimentação de bens entre os setores da empresa está sendo emitida a

“Requisição para Movimentação de Bem Patrimonial”.
É feito o inventário físico dos bens patrimoniais anualmente.
Baixa de bens obsoletos ou em desuso.
Bem do imobilizado dado em garantia ou penhorado.
Os bens patrimoniais (veículos, galpões) estão acobertados por seguro.
Desvio de estoque.

Controle:

Verificar o armazenamento dos materiais;
Verificar o controle de entradas e saídas, dos materiais;
Verificar o inventário e confrontar com a contabilidade;
Verificar as conciliações contábeis.

Verificação da situação das obras em andamento, do mapeamento da situação atual dos imóveis da empresa e das propostas da companhia para investimentos em terrenos de sua propriedade nas diversas Unidades da CeasaMinas.

Resultado Esperado:

Que a empresa mantenha um bom controle de distribuição dos bens em estoque.

Recursos Humanos;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Recursos Humanos	10,50	100,00	12	87,50
<i>Materialidade</i>	3,50	33,33	4	29,17
<i>Relevância</i>	3,50	33,33	4	29,17
<i>Criticidade</i>	3,50	33,33	4	29,17

Materialidade:

R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Relevância:

A auditoria na Departamento de Recursos Humanos é importante para:
Evitar perdas financeiras
Evitar notificações dos órgãos de controle
Evitar prejuízos legais (causas trabalhistas)

Criticidade:

Registro de Ponto – Marcação de ponto, anotações de faltas, atestados e justificativas.

Horas extras – marcações, autorização e pagamento de horas extras. Banco de Horas

Férias – empregados em férias, período, cálculos e pagamento.

Provisão de Férias – 13º Salário – Folha de Pagamento

Conferir cálculos, encargos sociais e pagamento.

Estagiários – verificar o cumprimento das normas, avaliação de desempenho, compatibilidade com o curso de formação.

Cadastro dos empregados desatualizado.

Irregularidades no processo de admissão/demissão/cessão.

Irregularidades nos pagamentos de gratificações por desempenho de atividades.

Alterações indevidas de cargos, funções e salários.
 Pagamentos de horas extras sem autorizações.
 Inconsistências em função da migração para o novo plano de cargos e salários.
 Procedimentos e atividades não documentadas (manuais, mapas de processo)
 Pagamento de vantagens e benefícios concedidos de forma indevida;
 Funcionários em desvio de função;
 Funcionários terceirizados ocupando cargos de funcionários efetivos (concursados);
 Passivo trabalhista e fiscal;
 Desrespeito ao horário de trabalho dos funcionários;
 Desrespeito a legislação vigente.

Controle:

Examinar o cadastro de pessoal do quadro permanente da empresa;
 Verificar o controle dos rendimentos, gratificações e benefícios;
 Verificar o recolhimento das obrigações;
 Verificar as horas extras realizadas;
 Verificar as rotinas do setor de pessoal.

Resultado Esperado:

Adequação dos controles de pessoal a legislação vigente.
 Evitar passivos trabalhista e fiscal.

10)Processos Licitatórios;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Processos licitatórios	9,00	100,00	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,25	36,11	4	27,08
<i>Relevância</i>	2,75	30,56	4	22,92
<i>Criticidade</i>	3,00	33,33	4	25,00

Materialidade:

R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)

Relevância:

A auditoria dos processos licitatórios é importante para:
 Evitar favorecimento a Fornecedores;

Criticidade:

Favorecimento a Fornecedores;
 Falta de assinatura em documentos;
 Falta de autenticação em cópia de documentos;
 Falta de assinatura de Engenheiros nos projetos básicos

Controle:

Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente;
 Verificar cada fase do processo de licitação;
 Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.

Resultado Esperado;

Que a empresa possa obter os produtos e serviços necessários, de acordo com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

11) Departamento de Engenharia;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Departamento de Engenharia	8,75	100,00	12	72,92
<i>Materialidade</i>	3,50	40,00	4	29,17
<i>Relevância</i>	2,75	31,43	4	22,92
<i>Criticidade</i>	2,50	28,57	4	20,83

Materialidade:

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Relevância:

A auditoria no Departamento de Engenharia é importante para:

Evitar o não atingimento dos objetivos da manutenção

Evitar prejuízos à imagem da Companhia

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar retrabalho

Criticidade:

Solicitação e execução de serviço devidamente documentadas, mediante a emissão de Ordem de Serviço.

As "OS" são numeradas tipograficamente, e os blocos têm rigoroso controle da guarda, inclusive os já utilizados.

Controle:

Verificação do cálculo de consumo de energia elétrica.

Verificar se o material retirado e não utilizado está sendo devolvido ao almoxarifado.

Verificar se está sendo elaborado anualmente o "Plano de Manutenção Preventiva".

Verificar se existe a aquisição direta de material.

Verificar os contratos de prestação de serviços.

Resultado Esperado;

Que a empresa mantenha um bom controle das operações de responsabilidade do departamento.

12) Departamento Operacional;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Departamento Operacional	8,25	100,00	12	68,75
<i>Materialidade</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Relevância</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Criticidade</i>	2,75	33,33	4	22,92

Materialidade:

R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

Relevância:

A auditoria no departamento operacional é importante para:

Evitar sub-locação não autorizada;

Evitar concessionário com contrato vencido;

Evitar comercialização de produtos não autorizados;

Criticidade:

Que os cadastros de Produtores e Comerciantes, estejam de acordo com a legislação vigente, e evite o comercio dos atravessadores.

Controle:

Verificar os controles do cadastro.

Verificar os registros de empresas na JUCEMG;

Verificar se todos os processos tem o contrato assinado;

Verificar o funcionamento do Banco de Caixas;

Verificar o cumprimento do Regulamento de Mercado.

Resultado Esperado;

Que os orientadores de mercado cumpram bem a sua função de conferência e acompanhamento das operações.

13) Seção de Informação de Mercado;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Seção de Informação de Mercado	5,75	100,00	12	47,92
<i>Materialidade</i>	2,00	34,78	4	16,67
<i>Relevância</i>	1,75	30,43	4	14,58
<i>Criticidade</i>	2,00	34,78	4	16,67

Materialidade:

Não se aplica.

Relevância:

A auditoria na Seção de Informação de Mercado é importante para:

Evitar falhas nas informações de mercados;

Evitar falhas nas pesquisas de mercado;

Evitar falhas na apuração da procedência dos produtos.

Criticidade:

Que as informações fornecidas pelo setor sejam confiáveis.

Controle:

Acompanhamento dos procedimentos de informações e pesquisa de mercado;

Verificação da apuração do VAF – Valor Adicionado Fiscal

Resultado Esperado:

Que as informações fornecidas pelo setor sejam confiáveis.

Sistema Integrado de gestão;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Sistema Integrado de Gestão	8,25	100,00	12	68,75
<i>Materialidade</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Relevância</i>	2,75	33,33	4	22,92
<i>Criticidade</i>	2,75	33,33	4	22,92

Materialidade:

R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Relevância:

Falha nos procedimentos e rotinas dos setores;
Falta de segurança dos relatórios gerados pelos setores.
Falta de comunicação entre os setores da empresa.

Criticidade:

A auditoria no Sistema Integrado de Gestão é importante para:
Que a empresa tenha bons controles de processos, e que sejam informatizados de forma racional e eficiente.

Controle:

Verificação das rotinas implementadas no sistema informatizado;
Verificação da confiabilidade das informações geradas;
Confronto dos relatórios com os procedimentos executados;
Adequação dos procedimentos e rotinas dos setores da empresa.

Resultado Esperado:

Que a empresa tenha bons controles de processos, e que sejam informatizados de forma racional e eficiente.

Contratos de Prestação de Serviços Contínuos;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
MLP Contagem	9,50	100,00	12	79,17
<i>Materialidade</i>	3,50	36,84	4	29,17
<i>Relevância</i>	3,25	34,21	4	27,08
<i>Criticidade</i>	2,75	28,95	4	22,92

Materialidade:

R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Relevância:

A auditoria nos Contratos de Prestação de Serviços é importante para:
Evitar perdas financeiras
Evitar notificações dos órgãos de controle
Evitar prejuízos à imagem da companhia
Evitar prejuízos legais (impugnações / cancelamento de contratos)
Evitar interrupção dos serviços relevantes para a Companhia

Criticidade:

Prejuízo resultante de demanda judicial.
Nomeação de um mesmo fiscal para o acompanhamento de diversos contratos.

Erro na especificação do objeto a ser licitado gerando prejuízo financeiro.
Ausência de treinamento dos fiscais dos contratos.
Licitar de forma restritiva;
Contratar não observando o previsto no edital e nas determinações legais;
Fiscalizar a execução de forma deficiente, implicando em baixa qualidade dos serviços;
Ter que arcar com despesas trabalhistas das empresas que abandonam os contratos.

Controle:

A adoção de manual de procedimentos estabelecendo as verificações básicas na execução dos contratos, além de critérios para nomeação de fiscais e as atribuições conferidas a esses no acompanhamento de sua execução.

Resultado Esperado:

Que as empresas contratadas mantenham uma boa qualidade nos serviços prestados, e que os gastos estejam de acordo com os princípios da Administração Pública e legislação vigente.

Unidades do Interior;

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Contratos Prestação de Serviços Contínuos	9,50	94,74	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,00	31,58	4	25,00
<i>Relevância</i>	3,00	31,58	4	25,00
<i>Criticidade</i>	3,00	31,58	4	25,00

Materialidade:

R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

Relevância:

A auditoria nas Unidades do Interior é importante para:
Atingimento dos objetivos da operação
Evitar prejuízos à imagem da Companhia
Evitar perdas financeiras
Evitar notificações dos órgãos de controle
Evitar retrabalho

Criticidade:

Pouca Fiscalização das operações do mercado.
Falta de técnica para acompanhamento e controle.
Falta de procedimentos padronizados para conferência de documentação.
Falhas no cadastramento dos produtores;
Venda de produtos de atravessadores;
Descumprimento do Regulamento de Mercado;
Comercialização sem atestado de produção da EMATER;
Falta de cobrança de Romaneio e Carnet de marcação de área;
Acidentes nos trevos de entrada da Unidades;
Risco de incêndio da parte elétrica;
Passivo trabalhista;
Exercício ilegal da profissão;

Controle:

Verificar as informações do Romaneio e confrontar com as credenciais e documentação do produtor;

Verificação da atuação dos Orientadores de Mercado;

Verificação da emissão do atestado da EMATER;

Verificar o controle de entrada de mercadorias com o Romaneio e apresentação do carnet para marcação de área no MLP.

Resultado Esperado:

Que as unidades do Interior mantenham um bom controle de suas atividades e mantenham suas operações com eficiência e de acordo com as normas internas e legislação vigente.

Deptº Administrativo Seção de Compras.

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Unidades do Interior	9,00	100,00	12	75,00
<i>Materialidade</i>	3,00	33,33	4	25,00
<i>Relevância</i>	3,00	33,33	4	25,00
<i>Criticidade</i>	3,00	33,33	4	25,00

Materialidade:

R\$269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais).

Relevância:

A auditoria no Setor de Compras é importante para:

Evitar prejuízos à imagem da Companhia

Evitar perdas financeiras

Evitar notificações dos órgãos de controle

Evitar retrabalho

Criticidade:

Fracionamento de compras;

Pesquisas de preços com incidência dos mesmos fornecedores;

Nota Fiscal com rasura e data de emissão vencida;

Notas fiscais com valor próximo do limite máximo de dispensa de licitação.

Controle:

Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas aferir a aderência a normas internas e adequação das aquisições por meio de dispensas e inexigibilidades à legislação pertinente e aos processos de autorização e aprovação inerentes ao setor

Resultado Esperado:

Que as compras sejam feitas de acordo com a legislação vigente, e que seja evitado o fracionamento de despesas e o favorecimento de fornecedores.

Relevância:

A auditoria no Setor de Compras é importante para:
Evitar prejuízos à imagem da Companhia
Evitar perdas financeiras
Evitar notificações dos órgãos de controle
Evitar retrabalho

Criticidade:

Fracionamento de compras;
Pesquisas de preços com incidência dos mesmos fornecedores;
Nota Fiscal com rasura e data de emissão vencida;
Notas fiscais com valor próximo do limite máximo de dispensa de licitação.

Controle:

Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas aferir a aderência a normas internas e adequação das aquisições por meio de dispensas e inexigibilidades à legislação pertinente e aos processos de autorização e aprovação inerentes ao setor

Resultado Esperado:

Que as compras sejam feitas de acordo com a legislação vigente, e que seja evitado o fracionamento de despesas e o favorecimento de fornecedores.

 CEASAMINAS Centrais de Abastecimento		Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A
De: AUDIN	Para: PRESI	
Relatório de Auditoria Nº: 030/16	Data: 05/09/2016	

ÁREA AUDITADA: DEPLA

PERÍODO: PAINT- Agosto/2016

ABRANGÊNCIA E OBJETIVO:

Analisar a execução orçamentária da empresa, período de janeiro a junho do exercício de 2016, quanto ao cumprimento das metas e adequação das rubricas nos projetos de investimentos previstos, com o objetivo de demonstrar os pontos relevantes da sua execução.

CONSTATAÇÕES:**1 - Comportamento das Principais Contas - Orçado / Realizado**

CONTA ORÇAMENTO	Valor Orçado na Programação	Valor Acumulado Realizado Jan/Junho 2016	REAL/ORÇ EM %	TÍTULOS
Receitas	49.780.987	22.348.583	44,90	Total de Receitas
112.100	47.336.303	20.423.943	43,10	Vendas Bens e Serviços
113.440	1.656.739	607.036	36,60	Juros Reais – Aplic. Financeira Curto Prazo
113.900	787.945	1.317.604	167,20	Demais Receitas Não Operacionais
Despesas	47.691.800	22.441.853	47,10	Total de Despesas
220.000	2.549.210	521.443	20,50	Dispêndios de Capital
241.000	21.773.999	11.369.231	52,20	Despesas com Pessoal e Encargos
242.000	984.219	292.161	29,7	Materiais e Produtos
243.000	14.426.032	5.932.479	41,10	Serviços de Terceiros
244.000	1.131.188	510.886	45,20	Utilidades e Serv. (Energia, água, tel, correios)
245.000	4.353.406	1.484.990	28,00	Tributos e Encargos Parafiscais.
246.000	53.012	34.035	64,20	Juros Sobre Financeiro
249.000	2.420.734	2.296.629	94,90	Outros Serviços

Destacamos os valores de R\$1.624.605 da Conta 249.000 Demais.

		PROGRAMAÇÃO	JAN/ABR	JAN/MAI	JAN/JUNHO	%
249.900	Ajuste de Inventário					
249.900	Associação de Classe	85.020	27.100	34.400	41.700	49,0
249.900	Convênios					
249.900	Despesas e Lanches da Diretoria	8.000	754	754	820	10,2
249.900	Doações	15.600				-
249.900	Lanches e refeições de terceiros	55.000	13.200	13.344	14.088	25,6
249.900	Perdas de Capital na Alienação	-				
249.900	Provisão Contingências Fiscais	300.000	795.443	795.443	795.443	265,1
249.900	Provisão créditos duvidosos	400.000	52.314	772.554	772.554	193,1
	subtotal	863620	888.811	1.616.495	1.624.605	

2 -

Investimento no Ativo Imobilizado

ITENS	PROGRAMAÇÃO 2016	ACUMULADO Junho/2016	%
MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	1.051.497	216.629	20,6
MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	100.800	11.955	11,9
MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	140.638	4.355	3,1
Investimentos / Projetos	1.292.935	232.939	18,0

Verificamos a previsão de receita, para 2016, de R\$49.780.987 (quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta mil, novecentos e oitenta e sete reais), face a despesas e investimentos no total de R\$47.691.800 (quarenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, oitocentos reais), contando com um superávit orçamentário de R\$2.089.187 (dois milhões, oitenta e nove mil e cento e oitenta e sete reais).

3- Transcrevemos abaixo, o que consideramos mais relevante da análise do Programa de Dispêndios Globais (PDG), elaborado pelo Departamento de Planejamento. (junho 2016)

3.1 Receitas.

“Os Contratos de Uso – CCU celebrados junto aos concessionários, assinados a partir de 2007, prevêm que a Tarifa do Uso deveria ser atualizada anualmente pelo Índice Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E e, que a cada quinquênio poderia ser revisada com base em fundamentação técnico-econômica. Cabendo aqui pontuar que, desde a celebração dos contratos em 2007, até a data atual não foi realizada nenhuma revisão.”

3.2 Tributos e Encargos Parafiscais.

“No entanto, acontecerá nesse grupo, no subgrupo Demais Tributos e Encargos Parafiscais, especificamente na rubrica Despesas Legais e Judiciais, desembolso no valor total de R\$81.900,00 referente à indenização de furto de um veículo no ambiente da CeasaMinas.”

3.3 Outros Serviços.

“A anomalia ocorrida está relacionada a apuração na rubrica de Provisão Contingências Fiscais de um montante de quase R\$800.000 em atendimento à demanda do processo nº0079.915.006.489-1 referente ISSQN retido (demandante Prefeitura Municipal de Contagem/MG).”

(...)

“Além disso, como o recebimento do terreno doado pela Prefeitura de Governador Valadares iria gerar lucro econômico com consequente obrigatoriedade de recolhimento de impostos, a Seção de Contabilidade optou por fazer uma provisão, proporcionalmente ao imposto que deveria ser recolhido caso apurássemos lucro, e reverter em provisão. Dessa forma, a empresa pôde fazer a provisão para aqueles créditos de liquidação duvidosa e ao mesmo tempo impedir o desencaixe monetário.”

3.4 Natureza Contábil

“As movimentações contábeis apuradas no quadrimestre de 2016 apresentam prejuízo de R\$427.840 uma diferença de mais de R\$2.065.000 na comparação com o resultado esperado.

A receita de Vendas de Bens e Serviço, a principal da Estatal, está mais de R\$3.000.000 abaixo do esperado. São necessárias medidas

urgentes para fomentar as concessões/vendas de áreas, no valor de R\$8.000.000, previstas quando da elaboração da programação orçamentária de 2016, sendo elas: a venda de áreas na Unidade de Uberaba no valor de R\$2.000.000; imóvel em Patrocínio no valor de R\$4.000.000; em Uberlândia no valor de R\$500.000 e concessões de áreas através dos Processos Licitatórios de Áreas Próprias no valor de R\$1.500.000;

Cabe observar, entretanto, caso a receita tivesse acontecido dentro do previsto o resultado no semestre seria positivo.

Concomitantemente a Diretoria deve-se empenhar na busca pela reavaliação de suas Tarifas de Uso, pois, são essas as receitas que dão continuidade à empresa.”

4 Questionário de auditoria respondido pelo DEPLA.

Ressaltamos que respostas devem ser detalhadas e justificadas em cada questão.

Materilidade:

1 – O departamento envolve valores de alto risco?

Resp: Sim.

2- O trabalho realizado constitui fato importante para a empresa?

Resp: Sim. Pois toda empresa necessita de um orçamento/planejamento bem-feito e controlado para melhor desempenho e tomada de decisão da alta direção da empresa.

3- O custo desse trabalho é proporcional ao benefício?

Resp: Sim. Sendo o trabalho executado dentro da técnica e atenção devida. É com embasamento nesse trabalho que seus diretores têm elementos para tomar decisões seguras quanto à otimização da receita e da despesa.

4- Onde o Departamento gasta mais dinheiro?

Resp: Em Capital humano.

Relevância:

1- Existem falhas nas informações prestadas a esta auditoria, por parte deste departamento?

Resp: Falhas podem ocorrer na medida em que imprevistos acontecem e, nem sempre a realização de um orçamento seguirá o que foi estritamente programado.

2- Ocorrem falhas nos controles de verbas orçamentárias?

Resp: Sim. Pois nenhum orçamento é 100% correto, entretanto procuramos minimizar seus efeitos. Por mais cuidados que se tenha, falhas podem ocorrer, uma vez que é, humanamente impossível se estar certo o tempo todo, no entanto, procuramos ao máximo, dentro de nossas possibilidades, minimizar os efeitos das falhas que porventura aconteçam.

3- Quais atividades são mais complexas?

Resp: O Planejamento e a elaboração do “orçamento anual”: PDG (composto do orçamento de receitas, despesas e investimentos), seu acompanhamento e análise mensal.

4- Quais atividades são mais regulamentadas?

Resp: Controle orçamentário.

5- Quais os procedimentos utilizados pelo departamento para controlar as verbas orçamentárias por centro de custo?

Resp: Planilhas eletrônicas demonstrando os desembolsos da Ceasa Minas por empresa e centro de custo.

6- Como está sendo feito o controle do planejamento estratégico?

Resp: O Planejamento estratégico encontra-se suspenso pela Diretoria Executiva desde o segundo semestre de 2015 em função das dificuldades financeiras apresentadas pela empresa naquele momento. Infelizmente, as dificuldades ainda persistam. No entanto, é intenção da Diretoria retomá-lo tão logo a empresa apresente melhoria em seus resultados contábeis e financeiros.

Criticidade:

1- Quais os controles internos utilizados por este departamento para executar suas atividades e para evitar os erros?

Resp: O orçamento é acompanhado por verbas e contas contábeis. Sua execução tem por base as solicitações de contratações emitidas pelos órgãos usuários cuja liberação depende da existência de verbas.

A partir da planilha de contabilização mensal de desembolsos por empresa, o técnico avalia e a dotação orçamentária prevista para o período, a realização mensal, o montante acumulado e o saldo. Após essa análise, a solicitação é aprovada ou não, tendo em vista a disponibilidade orçamentária existente.

2- As informações recebidas e produzidas pelo Departamento são confiáveis?

Resp: Sim. Pois todo o controle é feito baseado nas informações prestadas por outros setores.

3- Os funcionários estão preparados para executar o trabalho?

Resp: Sim.

4- Como podem ser interrompidas as informações do departamento?

Resp: Falha no sistema ou algum caso específico que algum documento requeira um maior tempo para deliberação e nesse caso precisar ser encaminhado do setor demandante para esclarecimentos.

5- Quais treinamentos os funcionários deveriam receber?

Resp: Sistema TOTVS. Excel.

6- Existe um controle do planejamento e da execução do orçamento por centro de custo? Qual controle?

Resp: Até o ano de 2015 o controle orçamentário era feito por centro de custo a partir do Sistema TOTVS. Em 2016 com a atualização do sistema, o relatório até então utilizado, foi alterado inviabilizando, assim, o controle por centro de custo.

Para contornar a situação, o departamento no 1º semestre de 2016, passou a utilizar planilhas de excel, realizando o controle orçamentário não mais por centro de custo e sim por empresa. No segundo semestre, além do controle de desembolso por

7- Como saber se determinado Departamento ou seção esta gastando mais do que previsto no orçamento?
Resp: Pelo controle acima explicado.

Recomendamos ao DEPLA que mantenha o acompanhamento da arrecadação para verificar periodicamente se as previsões estão se realizando, para que se faça ajustes no orçamento, sempre que necessário.

Entendemos que existe a necessidade de reavaliação das tarifas de uso, e ajustes das despesas para elaboração de um orçamento sem contar com a venda de patrimônio para manter a empresa em operação, ou seja, a empresa deve produzir receita suficiente para cobrir as despesas sem perda de patrimônio.


CEASAMINAS
 Centrais de Abastecimento

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

Em cumprimento à programação do PAINT/2015 foi realizada, por amostragem, a auditoria do Departamento Técnico - DETEC e as respectivas seções, através da verificação e análise dos informativos que compõem os dados estatísticos e informação de mercado, como: pesquisas de preços e entrada de cargas sob o

controle da Portaria, com o objetivo de analisar as atividades desenvolvidas na formação de parâmetros para orientação do mercado, atendimento ao usuário e execução das normas e procedimentos adotados pela empresa.

CONSTATAÇÕES

1. O DETEC realizou um trabalho para reajuste das tarifas do MLP e apresentou a proposta à SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, argumentando que em face da defasagem dos seus valores, o entreposto e as unidades do interior estão deficitários. Em entrevista, o gestor afirmou que houve um entendimento com a SEAPA em que apresentou uma nota técnica justificando a proposta. Ficou estabelecida a implantação da nova tarifa a partir de junho; devido às mudanças relativas ao novo governo.

Quanto ao intercâmbio técnico de informações com outras entidades vinculadas ao sistema de abastecimento e ao agronegócio, constatamos que a EMATER, CONAB, IBGE e outras entidades mantém estas relações com a Ceasaminas. O Detec promove assistência técnica para as prefeituras do Estado, por meio de demanda e convênios. Além desta desenvolve programas de treinamento para produtores, operadores de mercado e estudantes através da Agroqualidade.

2. ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE MERCADO

A Seção de Informação de Mercado - SECIM responsável pelo controle de movimentação do mercado, quanto à entrada de produtos e cadastro de dados estatísticos, desenvolve pesquisas de preços no varejo, captação de dados em: Sacolões, Supermercados, Mercados Tradicionais e Mercado Distrital, com a finalidade de gerar informações para consumidores, órgãos públicos, universidades e a quem possa interessar. Além destas atribuições, mantém um sistema de informação de preços, por telefone, disponibilizado 08 (oito) horas por dia, chamado "Tele preço 0800" que atende produtores rurais, inclusive de outros estados. Além do Tele preço, oferece o boletim impresso e/ou internet que vem sendo cada vez mais utilizados, o que reduziu significativamente a emissão de boletim de consulta de preço.

Toda a movimentação de entrada de mercadorias é lançada diariamente no sistema de Informações Técnicas Econômicas do DETEC, de onde são extraídos os dados para complementação das divulgações de preços de mercado.

3. PESQUISAS DE PREÇOS

O sistema de pesquisa de preços é uma tarefa executada pelos pesquisadores com experiência no mercado. É realizada em dias e horários predeterminados durante a semana. As informações coletadas são inseridas no banco de dados e colocadas à disposição dos usuários interessados e destinadas para fins estatísticos.

No trabalho de campo, verificamos as atividades do pesquisador no mercado livre do produtor (MLP), nas empresas concessionárias, nos supermercados e sacolões. Observamos que os preços sofrem variações significativas de um produtor para o outro, assim como nos demais segmentos do mercado.

3.1 Pesquisa de Preços Diários no Atacado

É destinada aos produtos hortigranjeiros comercializados no Mercado Livre do Produtor – MLP e os produtos industrializados, grãos e cereais comercializados no mercado atacadista do entreposto. As pesquisas são realizadas na forma convencionada pela administração. Nos formulários, constam os produtos e todas as especificações necessárias ao cadastro de informações para fins estatísticos e orientação do mercado, tais como: procedência do produto, quantidade, preço e qualidade. Em face da variação de preços, o pesquisador promove o cruzamento de informações entre um e outro comerciante/produtor para chegar aos preços médios de mercado. Os dados são registrados no Boletim Informativo Diário.

3.2 Pesquisa de Preços Diários no Varejo

Relativa aos produtos hortigranjeiros comercializados nos Supermercados Sacolões, Hipermercados Mercados Tradicionais e Mercado Distrital. Atualmente por determinação da diretoria a partir de junho de 2016, está tem que ser realizada por telefone, internet e outros meios, menos a modalidade pessoalmente.

4. MEIOS CAPTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

A SELOG – Seção de Logística de Mercado Interno, através da Portaria, local de entrada de todos os produtos comercializados no entreposto, onde os dados são coletados para fins estatísticos e controle de entrada de produtos pelos orientadores de mercado.

O sistema de captação de dados é manual, constam de romaneios e notas fiscais dos produtos comercializados na Ceasaminas, subdivididos em: hortigranjeiros e Industrializados (produto alimentício e não alimentício). Os produtos hortigranjeiros são controlados por meio de notas fiscais, e romaneios personalizados preenchidos pelos produtores. Os demais produtos devem ser acompanhados de notas fiscais emitidas para o destinatário da mercadoria. O orientador de mercado é o responsável pela conferência, captação de dados estatísticos e orientação ao transportador do produto.

Os testes realizados na apuração dos dados apresentaram divergências, as causas, segundo entendimento da auditoria, estão relacionadas a adequação dos formulários às exigências estatísticas, ou seja: Dificuldade dos Produtores Rurais e Motoristas, no preenchimento de formulários que muitas vezes não contribuem para prestar maiores esclarecimentos, assim como os romaneios apresentam informações incompletas, por conseguinte o preenchimento incorreto reflete no resultado.

5. INTERAÇÃO SECIM/SELOG

A SELOG – Seção de Logística de Mercado Interno mantém uma equipe de 14 (quatorze) orientadores de mercado trabalhando na Portaria, em regime de escala de 24 (vinte e quatro) horas e um Coordenador. A função dessa equipe é orientar os transportadores de cargas destinadas à venda no entreposto e fiscalizar o comércio irregular. O quantitativo da carga não acompanhada de nota fiscal ou romaneio é calculado aleatoriamente, quando comprovada a regularidade do produtor com a Ceasaminas. As notas fiscais e os romaneios recolhidos são autenticados na Portaria

e encaminhados para a SECIM, onde são digitalizados e organizados para compor a base de dados estatísticos e divulgação no site da Ceasaminas, para conhecimento de toda comunidade que atua no mercado. Após o trâmite legal, retornam ao arquivo para destinação final.

A Seção de Logística, através da Portaria, trabalha ainda com a resolução dos casos de produtos que entram, irregularmente, no entreposto (conflitos entre comerciante/fornecedores/carreteiros) quanto à entrega de cargas, passíveis de multas e apreensões. Observamos o funcionamento da SELOG quanto à entrada de mercadorias e o sistema de verificação dos produtos inseridos no mercado, bem como a alimentação do sistema de informações destinadas ao SECIM. Constatamos que as ações estão coerentes com os procedimentos do mercado. Entretanto, há questionamentos internos quanto à legalidade de apreensão de mercadoria pelos orientadores de mercado.

Com relação à entrada de alimentos industrializados e outros produtos, destinados aos lojistas, cuja nota fiscal vem com destino específico, os dados são digitalizados no sistema na entrada do produto. Em casos de queda de energia, são anotados em formulário, para posteriormente serem digitalizados.

O SEEST - Seção de Estudos Estratégicos, órgão do Departamento Técnico e Operacional, encarregado dos estudos de pesquisas demandadas em todas as áreas da Ceasaminas, é também responsável pela publicação mensal dos estudos sobre a Conjuntura Econômica de Mercado e artigos técnicos de todos os Departamentos. Promove a interação dos segmentos de mercado com outras entidades e o setor público de todas as esferas administrativas: Federal, Estadual e Municipal.

6. DETECWEB

O Software DetecWeb, instituído para gerenciamento de informações de mercado, foi desenvolvido pela equipe da Ceasaminas, implantado com muito sucesso em todas as unidades do estado e posteriormente, cedido para outras Ceasas da federação. Os estados que aderiram ao programa, tiveram o apoio técnico, a instalação do programa e treinamento dos técnicos da SEEST e da Seção de Informação de Mercado Interno. Este software foi implantado, como plataforma tecnológica para o PROHORT – Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Entretanto, ele funciona em outras CEASAS com nomenclatura diferente, mas continua à disposição de outras entidades que o solicitarem.

7. RELATÓRIO DE PROCEDÊNCIA DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LIVRE

Selecionamos alguns itens do Relatório de Procedência dos Produtos de trânsito livre para análise. Dentro dos diversos objetivos deste relatório, consta ainda a finalidade de subsidiar o DETEC/SEEST na elaboração do VAF - Valor Adicionado Fiscal e no Relatório mensal disponibilizado no site da www.ceasaminas.com.br. O Relatório em análise apresenta a quantidade de produtos hortigranjeiros ofertados para o mercado, onde são disponibilizadas informações sobre os valores estimados em reais, dos produtos de trânsito livre, por procedência de município.

A procedência dos produtos é diversificada, o estado de Minas Gerais apresenta-se no topo na oferta de cereais e hortigranjeiros; o estado de São Paulo, Região Sul e Bahia classificam-se com predominância na oferta de frutas.

Selecionamos aleatoriamente, alguns municípios do estado de Minas Gerais, por procedência de produtos no período consolidado de 2015. O relatório do exercício de 2015, foi divulgado em 26/04/2016, de acordo com a Portaria SRE nº. 140, de 22/01/2015 que regulamenta o preenchimento do VAF - Valor Adicionado Fiscal.

VALOR POR PROCEDÊNCIA DOS PRODUTOS DE TRÂNSITO LIVRE
Mercado: Ceasa-MG - Período: 01/2015 a 12/2015

MUNICIPIOS	VALOR R\$ 1,00
ABADIA DOS DOURADOS	522.772
ABAETE	645.846
AGUA BOA	72.119
AGUA COMPRIDA	2.621
AGUAS VERMELHAS	622.996
AIMORES	900.777
ALBERTINA	145.630
ALFENAS	554.274
ALFREDO VASCONCELOS	12.748.883
ALPERCATA	841.630
ALPINOPOLIS	9.284
ALTEROSA	97.360
ALTO RIO DOCE	1.673
ALVORADA DE MINAS	89.130
AMPARO DA SERRA	19.738
ANDRADAS	5.236.178
ANDRELANDIA	75.340
ANTONIO CARLOS	6.194.635
ARACAI	2.275.589
ARACUAI	1.605.701
ARAGUARI	51.020.617
ARAPONGA	43.458
ARAPORA	131.111
ARAPUA	1.308.717
ARAUJOS	568.989

8. INFORMAÇÕES DE MERCADO

Composta por uma série de relatórios que abrangem todas as áreas do mercado hortigranjeiro, dão suporte aos dados estatísticos e ao desenvolvimento de projetos

em todos os segmentos da empresa. O boletim Diário de Preços, o Painel Diário de Ofertas e Preços e Comparativo de Preços são os mais importantes para o produtor; seguidos de: Preços Médios Pagos pelo Consumidor em BH, Oferta de Produtos e Preços Médios, Procedência dos Produtos, Estudos Técnicos e Calendário de Comercialização.

8.1 COMERCIALIZAÇÃO EM 2015

1- Oferta Global no Complexo CeasaMinas

Em 2015, foram ofertados 1.777.328.146 em valor contábil no âmbito dos seis entrepostos da CeasaMinas. O valor foi 2,26% a maior que o verificado em 2014.

2- Oferta de Produtos por Setor

A oferta de produtos integrantes do setor de hortigranjeiros foi decrescida em -9,66% em relação a 2014. No período, nas seis unidades da CeasaMinas, a oferta do Hortigranjeiros e Cereais somou 1.412.398.423 toneladas de produtos. A Tabela 2 demonstra a regionalização da origem da oferta de produtos pertencentes aos Setores, por estados brasileiros e países.

TABELA 2 - CEASAMINAS

OFERTA DE HORTIGRANJEIROS E CEREAIS POR ESTADO E PAÍSES - em kg

ESTADO OU PAÍS	2.014	2.015	VARIAÇÃO (%)	PART.% 2015
MINAS GERAIS	919.687.007	830.801.622	-9,66	58,82
SÃO PAULO	195.010.583	188.063.550	-3,56	13,32
BAHIA	88.284.988	90.222.773	2,19	6,39
SANTA CATARINA	67.588.818	57.280.334	-15,25	4,06
RIO GRANDE DO SUL	71.659.501	57.222.432	-20,15	4,05
GOIÁS	50.687.925	44.565.973	-12,08	3,16
ESPIRITO SANTO	41.433.368	44.236.235	6,76	3,13
PARANÁ	26.054.063	22.654.069	-13,05	1,60
PARÁ	14.457.204	15.362.290	6,26	1,09
PERNAMBUCO	18.246.840	15.274.480	-16,29	1,08
TOCANTINS	11.150.940	12.536.174	12,42	0,89
MATO GROSSO	12.233.587	11.507.617	-5,93	0,81
RIO GRANDE DO NORTE	6.538.679	5.393.974	-17,51	0,38
RIO DE JANEIRO	3.753.322	4.297.244	14,49	0,30
SERGIPE	2.871.256	3.550.200	23,65	0,25
ARGENTINA	3.620.698	3.056.345	-15,59	0,22
CEARÁ	2.275.394	2.177.789	-4,29	0,15

PARAÍBA	3.801.800	2.106.100	-44,60	0,15
PIAUÍ	337.491	785.293	132,69	0,06
DISTRITO FEDERAL	2.147.872	480.500	-77,63	0,03
MATO GROSSO DO SUL	270.400	369.112	36,51	0,03
CHINA	135.000	267.000	97,78	0,02
CHILE	-	124.017	-	0,01
ESPANHA	-	27.200	-	0,00
URUGUAI	-	19.600	-	0,00
ALAGOAS	285.376	16.500	-94,22	0,00
ACRE	2.000	-	-100,00	0,00
MARANHÃO	104.000	-	-100,00	0,00
TOTAL	1.542.638.112	1.412.398.423	-8,44	100,00

Mais de 61% dos hortigranjeiros e cereais ofertados no Complexo CeasaMinas teve origem em Minas Gerais, ou seja, 1.199.035.173 toneladas. Esse volume representa acréscimo de 2,96% do registrado em 2015. Vem na sequência, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina. Registra-se, em 2014, o ingresso de produtos originários do China e o expressivo aumento percentual da oferta com origem no Distrito Federal e Pernambuco.

TABELA 3 : CEASAMINAS

OFERTA MINEIRA DE HORTIGRANJEIROS POR MESORREGIÃO - em kg

ANOS MESORREGIÕES	2.014	2.015	VARIAÇÃO (%)
CAMPO DAS VERTENTES	139.842.624	122.082.108	-12,70
CENTRAL MINEIRA	18.184.880	15.685.664	-13,74
JEQUITINHONHA	7.578.388	6.401.952	-15,52
METROPOLITANA DE B.HORIZONTE	227.184.118	220.639.351	-2,88
NOROESTE DE MINAS	2.451.070	1.484.862	-39,42
NORTE DE MINAS	136.746.238	134.021.787	-1,99

OESTE DE MINAS	54.722.974	47.375.971	-13,43
SUL/SUDOESTE DE MINAS	70.364.476	60.577.476	-13,91
TRIANGULO MINEIRO/ ALTO PARANAIBA	180.686.896	144.873.699	-19,82
VALE DO MUCURI	16.095	15.190	-5,62
VALE DO RIO DOCE	33.368.404	33.843.164	1,42
ZONA DA MATA	9.258.001	7.842.787	-15,29
TOTAL	880.404.164	794.844.011	-9,72
Elaboração: Seest/Detec		epr.	

A oferta mineira de hortigranjeiros, que decresceu -9,72% em relação a 2015, esta representada na Tabela 3, segmentada em mesorregiões. Destaca-se a importância das mesorregiões Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba, Metropolitana de Belo Horizonte e Campo das Vertentes. Ressalta-se o crescimento na oferta de hortigranjeiros originários do Vale do Rio Doce e Oeste de Minas, ao contrário dos expressivos recuos no Vale do Mucuri e Noroeste de Minas.

9. QUESTIONÁRIOS E RESPOSTAS

Em resposta à CI 097/2016, da Auditoria Interna, de 16/08/2016, referente ao questionário realizado ao Gestor Departamento Técnico foi esclarecido o seguinte:

Perguntas:

Em face da auditoria realizada nesse Departamento, solicitamos a V^a S^a responder aos seguintes quesitos, para fins de controle desta auditoria.

Materialidade

- O departamento envolve valores de alto risco?
- O trabalho realizado constitui fato importante para a empresa?
- O custo desse trabalho é proporcional ao benefício?

Relevância

- Existem falhas nas informações de mercado?
- Ocorrem falhas nas pesquisas?
- Pode haver falhas na apuração da procedência do produto?

Criticidade

- A execução das pesquisas está sujeita a erros?
- As informações são confiáveis?

Os pesquisadores estão preparados para executar o trabalho?

Respostas:

n) Materialidade

Do ponto de vista material o Departamento Técnico não lida com valores de alto risco, sob a ótica material, já que seu produto é, essencialmente, informação.

Considerando que o Detec lida com a geração de informação, e que ela assume, hoje em dia, uma importância crescente, ela torna-se fundamental a nível da empresa na descoberta e introdução de novas metodologias, na exploração das oportunidades de negócios, bem como na correção de tendências que depõem contra a empresa. Neste sentido, o custo benefício do trabalho realizado é bastante rentável para a empresa, o que pode ser identificado pelo reconhecimento que a CeasaMinas tem dentre as empresas que lidam no ramo de hortigranjeiros no Brasil, especialmente por sua organização na área de informação.

o) Relevância e criticidade

1. O preenchimento incorreto de notas fiscais e romaneios de entrada podem influenciar os funcionários responsáveis pelo lançamento dos dados no Sistema de Informações Técnico-Econômicas a cometerem erros. Para minimizar tais problemas, os orientadores encarregados do recolhimento dos documentos na portaria devem ficar atentos quanto a conferência das informações descritas, tais como: Tipo do veículo transportador, destino interno, procedência do produto, produto/variedade, embalagem, quantidade, etc.
2. Os preços informados são obtidos através de entrevista direta junto aos comerciantes atacadistas e produtores, buscando retratar o mercado, o mais próximo possível da realidade.
Mesmo assim, os interesses comerciais conflitantes acarretam, às vezes, informações consideradas tendenciosas ou subjetivas por parte do informante. A fim de evitar tais fatos, o pesquisador deve estar atento e ter um bom conhecimento dos agentes envolvidos no processo, o que lhe permite selecionar e aproveitar os informes mais fidedignos.

Acredito que as três respostas esclarecem os itens contidos na CI 097/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Departamento Técnico e suas Seções apresentaram à Auditoria o Relatório de Gestão de 2015 e relatórios de atividades setoriais, fundamentado na comercialização do mercado, entrada, saída, procedência e oferta de produtos, dados estatísticos e outras atividades.

Recomendações

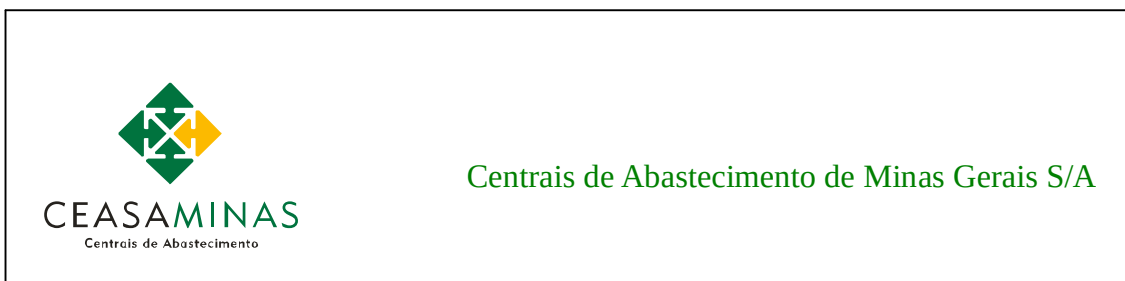
- a) Realizar ações que facilitem o preenchimento do romaneio e introduza mais informações como: peso junto ao campo embalagem do produto e atualização periódica de novos produtos inseridos no romaneio;
- b) Orientar os produtores e transportadores quanto a maneira correta de preenchimento dos formulários, com informações claras e legíveis;

CONCLUSÃO:

Os exames e análises da auditoria foram pautados, por amostragem, em confronto com as informações, elaboração de tabelas, apuração de resultado de dados, com o propósito de orientar e verificar a aplicação de normas de controle interno da empresa. Ressaltamos que das normas do Departamento Técnico se restringem ao Regulamento de Mercado.

Em nossa opinião, os resultados dos trabalhos executados pelo setor estão compatíveis com a finalidade proposta. Apresenta soluções para rede comercial, técnica e produtiva do entreposto, mas ainda carente de outras atividades. É necessário disseminar informações para difusão de conhecimentos, programas de treinamento para produtores, técnicos, operadores de mercado e comercialização.

Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria Interna



De: AUDIN

Para: PRESI/DIRFIN

ÁREA AUDITADA: Extraordinário**PERÍODO AUDITADO:** Contrato nº99/2015**ABRANGÊNCIA E OBJETIVO**

Em resposta aos questionamentos do Diretor de Administração e Finanças da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A., realizamos auditoria parcial no contrato 99/2015 da empresa Eficiência Construtora Ltda., com o objetivo de verificar a cobrança da 9ª medição.

CONSTATAÇÕES**1-Histórico**

Contrato nº99/2015: Eficiência Construtora Ltda.

Concorrência nº44/2015

Objeto: “Realização de manutenção preventiva e corretiva dos telhados da CeasaMinas com a implantação e instalação de linhas de vida permanentes (fixas), necessárias para a realização da manutenção, no Entrepasto da CeasaMinas de Contagem/MG, para atender às necessidades desta Estatal, sob o sistema de Registro de Preços, compreendendo fornecimento de materiais e mão-de-obra conforme especificado no anexo I deste edital.”

Justificativa: “A manutenção dos telhados é de extrema importância. As linhas de vida são dispositivos de segurança de caráter obrigatório para trabalhos em altura. Consistem na instalação de cordas (cabos) de aço ligadas ao cinto de segurança e a ancoragens, com o objetivo de permitir que as pessoas trabalhem em altura com segurança. Órgãos de fiscalização e auditoria interna e externa solicitaram a instalação dos referidos equipamentos, com vistas a garantir a segurança daqueles que trabalham sobre os pavilhões desta Estatal.”

Validade: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início em novembro de 2015 com vigência até 11 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

Valor da cobrança em tela: R\$27.615,00 (vinte e sete mil, seiscentos e quinze reais)

9ª Medição - 16/08/2016

Tivemos acesso a CI nº116/2016 de 16/08/2016, de SEMAN para DEMFA, solicitando o pagamento da Nota Fiscal nº00001157 da Empresa Eficiência Construtora Ltda., no valor de R\$27.615,00 (vinte e sete mil, seiscentos e quinze reais) emitida em 16/08/2016.

No verso da CI há um despacho do Diretor de Administração e Finanças, datado da 19/06/2016, ou seja, com data de dois meses antes da emissão da CI, solicitando fazer a presente auditoria e apuração da execução do serviço. Protocolado para a AUDIN em 20/09/2016.

O valor total do contrato é de R\$644.580,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais), sendo que já foram pagos, em faturas anteriores, R\$449.857,12 (quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e doze centavos) ficando um saldo de R\$194.722,88 (cento e noventa e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), dos quais deverá ser descontado o valor da fatura em análise.

Análise:

A- Verificamos a planilha de medição e constatamos que se refere a dois itens, sendo o item 04 e item 06 da cláusula sexta do contrato.

O item 04 – Instalação de linhas de vida conforme NR35.

Estivemos no local da instalação das linhas de vida, pavilhão M, onde foi constatado que realmente a empresa executou o serviço. O Engenheiro Civil Rodrigo, fiscal do contrato, nos mostrou o cálculo da metragem referente a instalação das linhas de vida.



Foto da lateral do Pavilhão M.

Foto do outro lado do Pavilhão M.



Foto de cima do Pavilhão M, tirada do Edifício Minas Bolsa.

Tivemos a colaboração do Departamento de Comunicação que através do funcionário Carlos Gabriel, nos deu suporte tirando fotos do local.

O item 06 – Troca ou instalação de telha de amianto ou similar, com fornecimento de material.

Estivemos no Pavilhão do Mercado Livre do Produtor -MLP, onde foi constatado que a empresa instalou 07 (sete) telhas no local.



Foto das telhas novas, instaladas no MLP.

Tivemos a colaboração do Departamento de Comunicação que através do funcionário Carlos Gabriel, nos deu suporte tirando fotos do local.

B- Ata de Audiência no Ministério Público do Trabalho.

Inquérito Civil Nº003635. 2014.03.000/7

Inquirido: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A CeasaMinas.

Ata de Audiência

“Às 14:00 horas do dia 17 (dezessete) do mês de agosto do ano de 2016, na sala de audiências nº1 desta Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, localizada na Rua Bernardo Guimarães, 1.615, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte/MG, sob a presidência da representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), Aloísio Alves, Procurador do Trabalho, foi dado início à audiência relativa ao Inquérito Civil nº003635.2014.03.000/7.

Presentes como representantes do Inquirido, o Sr. Edilberto José Silva, Diretor, CI MG2914351, CPF 600.578.156-15, o Sr. Ronan Siuves Ferreira, Engenheiro, CI M4330886, CPF 655.362.666-91, e o Dr. Denio Pires Silva, OAB/MG 51251.

Presente a Analista Pericial da ASSEMT – Assessoria de Engenharia e Medicina do Trabalho da Regional, a Sra. Maria Letícia Godinho.

Inicialmente o Procurador do Trabalho esclareceu as razões da presente audiência.

O MPT ofertou minuta de TAC, ora entregue aos representantes da inquirida, prevendo que somente sejam efetivados trabalhos em altura nos telhados dos galpões após a instalação dos sistemas de proteção coletiva prevista na NR18.

Os representantes da inquirida informaram que a Sociedade de Economia Mista vem enfrentando dificuldades de ordem financeira. Solicitaram prazo manifestação sobre a minuta de TAC ofertada.

Foi proferido o seguinte despacho:

- 1) Concedo o prazo de 30 dias para manifestação sobre a minuta de TAC entregue em audiência;
- 2) Juntem-se a minuta do TAC, procuração e demais documentos apresentados em audiência;
- 3) Autos conclusos após o prazo concedido.

Nada mais havendo a tratar, a audiência foi encerrada às 14h42min da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

“A ata desta audiência estará disponível para consulta externa pelo sistema de peticionamento eletrônico do MPT, acessível pelo endereço: www.prt3.mpt.mp.br”

C- TAC – Termo de Ajuste de Conduta

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – S/A – CeasaMinas, CNPJ: 17.504.325/0001-04, estabelecida à Rod. BR-040 Km 688, s/nº, Pavilhão Administração, Bairro Kennedy – Contagem/MG, CEP 32145-900 doravante denominada Compromissada, representada pelo senhor _____, portador da cédula de identidade (RG) nº ____ (SSP/ ____) e do CPF nº _____, acompanhado do Dr. _____ Advogado inscrito na OAB/____ com o nº _____, pelo presente instrumento firma Termo de Ajuste de Conduta, nos autos do Inquérito Civil – IC nº 003635.2014.03.000/7, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei nº7.347/85 e art. 876 da CLT, perante o Ministério Público do Trabalho, representado neste ato pelo Excelentíssimo Procurador do Trabalho, Dr. Aloísio Alves, nos seguintes termos:

I – Das Obrigações Assumidas Pela Compromissada.

I-1- Somente efetivar trabalhos em altura nos telhados dos galpões após a instalação de sistemas de proteção coletiva destinados a proteger os trabalhadores dos riscos de queda em altura, observando as determinações contidas no item 18.18.1 e subitens da Norma Regulamentadora nº18 do Ministério do Trabalho:

- a) Para trabalho em telhados e coberturas devem ser utilizados dispositivos dimensionados por profissional legalmente habilitado e que permitam a movimentação segura dos trabalhadores;
- b) É obrigatória a instalação de cabo guia ou cabo de segurança para fixação de mecanismo de ligação por talabarte acoplado ao cinto de segurança tipo paraquedista;
- c) O cabo de segurança deve ter sua(s) extremidade(s) fixada(s) à estrutura definitiva da edificação, por meio de espera(s) de ancoragem, suporte ou grampo(s) de fixação de ação inoxidável ou outro material de resistência, qualidade e durabilidade equivalentes.

II – Das Multas

O descumprimento da obrigação pactuada sujeitará o compromissado à aplicação da multa de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a cada constatação de descumprimento.

As multas serão revertidas ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), nos termos do art. 5º, §6º e 13 da Lei 7.347/85.

As multas aplicadas não são substitutivas das obrigações de fazer e não fazer pactuadas, que remanescem à aplicação à aplicação da sanção pecuniária. As multas aplicadas pela Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, decorrentes do descumprimento da legislação trabalhista.

Os valores das multas serão atualizados, a partir da assinatura deste Termo, pelo índice de correção dos débitos trabalhistas utilizado pela Justiça do Trabalho.

III – Da Fiscalização

A fiscalização do avençado ficará a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho.

IV – Da Execução

Este Termo de Compromisso será firmado em 02 (duas) vias iguais, valerá por tempo indeterminado e em caso de descumprimento será executado perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e do art. 876 da CLT.

As cláusulas objeto do presente ajuste permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor (es) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo pagamento da multa avençada no caso de inadimplemento.

As partes signatárias convencionam que o presente Termo de Compromisso tem vigência a partir desta data.

Belo Horizonte/MG, 2016.

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais

Aloísio Alves - Procurador do Trabalho

D – CI nº 110/16 De AUDIN para DEJUR

Solicitamos ao Dejur cópia do Termo de Ajusta de Conduta -TAC, assinado.

O Dejur nos informou que o TAC não foi assinado, ainda. O prazo de 30 (trinta) dias já está expirado.

Considerações Finais.

Durante os nossos trabalhos localizamos um e-mail da Técnica em Segurança do Trabalho, Arlene B. Vilela, que apresentou uma consulta feita a um Engenheiro de Segurança do Trabalho com os seguintes esclarecimentos transcritos abaixo.

De Arlene para Luciano Eng. CONTREI
“Luciano, bom dia.

Hoje participei de uma reunião com o Depto. Engenharia e Depto. Gestão de Pessoas para tratar do TAC proposto pelo MP. Nesta reunião foi questionado sobre quais proteções coletivas que poderiam ser usadas para manutenção nos telhados dos pavilhões da Ceasaminas, além de linhas de vida e que atendam às Normas Regulamentadoras. Foi falado em caminhão munck com tesoura, etc. ..

Os pavilhões da Ceasaminas tem em média 2.500 m² e pé direito de 7m, e a manutenção realizada engloba limpeza de calhas, troca de telhas, calafetar, troca de borracha e parafusos, etc.

Estamos precisando de uma análise e um parecer de um Engenheiro de Segurança do Trabalho que nos oriente sobre essas medidas.

Atenciosamente,
Arlene Barros Vilela

Resposta:
De Luciano Bissiat para Arlene

Arlene, boa tarde!

Conforme conversado, existe um equipamento chamado Plataforma de Trabalho Aéreo, exclusivo para atividades em altura. Entretanto, essa plataforma é utilizada em atividades onde o trabalhador não precisaria sair da plataforma. Como as atividades de troca de telhas, troca de borrachas e parafusos dentre outras, demandarão o acesso direto ao telhado, ou seja, a saída do trabalhador da plataforma, acredito que essa medida não seja eficaz, pois o mesmo estaria desprotegido fora da plataforma, mantendo o risco de queda.

Sendo assim, a linha de vida seria a melhor solução para prevenção do risco de queda nessas atividades, conforme conta no PPRA.

Atenciosamente,
Luciano Bissiatt

Como podemos constatar não foi possível outra alternativa viável, para a situação específica da CeasaMinas, sendo portanto necessário seguir a orientação do Ministério Público do Trabalho, de que ninguém deverá subir nos telhados que não atendam as condições estabelecidas nas Normas de Segurança do Ministério do Trabalho.

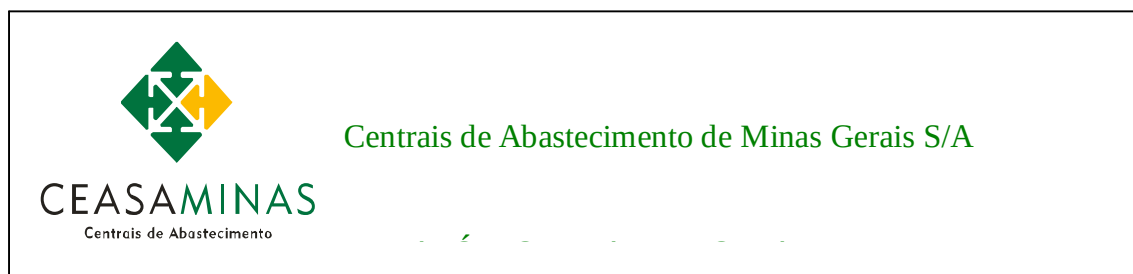
Recomendações:

- 1) Acatar a orientação do Ministério Público do Trabalho de que somente sejam efetivados trabalhos em altura nos telhados dos galpões após a instalação dos sistemas de proteção coletiva.
- 2) Assinar o Termo de Ajuste de Conduta proposto com o Ministério Público do Trabalho, cumprindo com as obrigações estabelecidas, para proteger os trabalhadores dos riscos de queda em altura.
- 3) Observar as orientações do Engenheiro do Trabalho Luciano Bissiatt.

CONCLUSÃO

Os serviços da 9ª medição foram executados, portanto é devido o pagamento de R\$27.615,00 (vinte e sete mil, seiscentos e quinze reais) a empresa Eficiência Construtora Ltda.

Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria Interna
CRC/MG 63815



De: AUDIN

Relatório de Auditoria N°: 035/16

Para: PRESI

Data: 05/10/2016

ÁREA AUDITADA: Regularidade Fiscal de Fornecedores nas compras por Dispensa de Licitação.

PERÍODO AUDITADO: Extraordinário

ABRANGÊNCIA E OBJETIVO:

Em resposta a CI nº090/2016 de 09/09/2016, recebida em 12/09/2016, referente a consulta de regularidade fiscal para compras diretas, como se segue:

Perguntas:

“Precisamos fazer a consulta de regularidade fiscal de fornecedores contratados diretamente pela SECOP – Seção de Compras? Existe algum limite de valor? Existe algum posicionamento da Controladoria-Geral da União (CGU) ou do Tribunal de Contas da União?”

1- Em primeiro lugar, analisamos a legislação com relação às contratações realizadas diretamente pela SECOP, ou seja, as compras por Dispensa de Licitação:

Conforme o entendimento de Motta, Carlos Pinto Coelho, em seu livro “Eficácia nas licitações e contratos” 9 ed., Belo Horizonte, Del Rey, 2002. pag. 253/254.

O autor nos esclarece a questão respondendo a seguinte pergunta:
“Como deve ser formalizado o processo de dispensa ou de inexigibilidade?”

Resp: “Estabelece o art.26 que os processos de dispensa e inexigibilidade contenham os seguintes elementos;”

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

“Os incisos de I a III lembram muito o disposto no art 9º do Decreto 73.140/73. Parafraseando conhecido mestre, diria que o ato administrativo deve revestir-se de motivos sérios, exatos e lícitos – sem os quais o próprio ato ruirá pela base.

A lei 9.784, de 29/1/99, reitera, em seu art. 50, inciso IV, a necessidade de motivar os atos de dispensa e inexigibilidade, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Complemento, pois, os incisos citados, sugerindo a formalização documental que se segue:

- a) em processo administrativo próprio, contendo os elementos necessários à demonstração da hipótese incidente (arts. 24 e 25).
- b) documentação relativa aos atos praticados pela autoridade competente (arts. 26, e arts. 15, 16 e 17 da LC 101/00);
- c) parecer jurídico prévio (inciso VI do art. 38, art. 42 da Lei 9.784/99);
- d) pesquisa de mercado (art. 10, V, da lei 8.429/92; §2º do art. 25 da lei 8.666/93; art. 47, parágrafo único, I, a, da LC 101/00);

- e) projeto básico em caso de obras e serviços de engenharia (art. 7º);
- f) ato de ratificação (art. 26), sendo que o extrato da publicação deve ser juntado *a posteriori*;
- g) comprovação de regularidade fiscal junto ao FGTS e à Seguridade Social, se for o caso (Lei 8.036/90, 8.212/92 e 9.032/95, arts 2º e 4º) na hipótese de ser obrigatória a avença (art. 62) e garantia do cumprimento do art.13, § 3º, no caso específico (art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

Em segundo lugar, podemos ver o entendimento de “Justen Filho, Marçal, no livro Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9 ed. São Paulo, Dialética, 2002.

O autor nos seus comentários da pág. 290, no item 3 esclarece justamente sobre os “Rigores Formais:”

“A contratação direta pressupõe o cumprimento dos requisitos dos arts 7º, 14 ou 17. Mas, além disso, a Administração tem de justificar não apenas a presença dos pressupostos da ausência de licitação. Deve indicar, ademais, o fundamento da escolha de um determinado contratante e de uma específica proposta.

A lei quer evitar a fraudulenta invocação de dispositivos legais autorizados da contratação direta. Deverá ser comprovada e documentada a presença dos requisitos legais que autorizam a contratação direta. O art. 26 alude à generalidade dos casos de contratação direta. Estão excluídas, basicamente, as contratações de pequeno valor, nas quais a publicidade é postergada pelos mesmos fundamentos que conduzem à dispensa da licitação. Como regra, toda contratação direta deverá ser antecedida de um procedimento no qual estejam documentadas as ocorrências relevantes. Atinge-se essa conclusão pela necessidade de documentação dos atos administrativos e pela natureza não discricionária de todas as hipóteses de contratação direta. Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26”

Portanto podemos concluir que é necessário a apresentação de regularidade fiscal, para se contratar, mesmo com dispensa de licitação, todas as formalidades para se fazer uma contratação devem ser observadas..

2- Com relação a pergunta: “Existe algum limite de valor?”

Já havíamos, em relatórios anteriores, discutido o critério de valor, devendo ser analisado em relação ao fundo fixo. Como por exemplo relatório nº16 de 2008, nº32 de 2008, nº16 de 2009, nº45 de 2010.

Artigo 60 da Lei 8.666/93:

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por

cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

SEÇÃO V

“Pagamento de Despesas por meio de Suprimento de Fundos

§ 4º Os valores limites para concessão de suprimento de fundos, bem como o limite máximo para despesas de pequeno vulto de que trata este artigo, serão fixados em portaria do Ministro de Estado da Fazenda. (Parágrafo incluído pelo Decreto nº 1.672, de 11.10.1995)”

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PORTARIA 492, DE 31/08/1993

“O Ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 45 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º A Concessão de Suprimento de Fundos, que somente ocorrerá para realização de despesas de caráter excepcional, conforme disciplinado pelos arts. 45 e 47 do Decreto n.º 93.872/86, estará limitada a:

I - 5% (cinco por cento) do valor estabelecido na alínea A, do inciso I do art. 23, da Lei n.º 8.666/93, para execução de obras e serviços de engenharia.

II - 5% (cinco por cento) do valor estabelecido na alínea A, do inciso II, do art. 23 da lei acima citada, para outros serviços e compras em geral.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério da autoridade de nível ministerial, desde que caracterizada a necessidade em despacho fundamentado, poderão ser concedidos suprimentos de fundos em valores superiores aos fixados neste artigo.

Art. 2º Fica estabelecido o percentual de 0,25% do valor constante na alínea A do inciso II do art. 23 da lei n.º 8.666/93 como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, e de 0,25% do valor constante na alínea A do inciso I do art. 23 da Lei supra mencionada, no caso de execução de obras e serviços de engenharia.

Parágrafo único. O limite a que se refere este artigo é o de cada despesa, vedado o fracionamento de despesa ou do documento comprobatório, para adequação a esse valor.

Art. 3º Os valores referidos nesta Portaria serão atualizados na forma do parágrafo único do art. 120 da Lei n.º 8.666/93, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga a de n.º 737, de 07 de dezembro de 1992.”

Portanto, por diversas vezes já havíamos alertado para os limites de despesas de pequeno valor.

Apresentamos ainda no relatório nº19 de 2014, focalizamos as compras realizadas através da utilização do fundo fixo, em Contagem e nas Unidades do Interior, no período de janeiro a maio de 2014.

Além disso, já apresentamos relatório nº30 de 2015, com as limitações de compras para despesas com alimentação.

Também apresentamos, no relatório nº40 de 2015, o sumário relativo aos registros e recomendações da Auditoria Interna, quanto ao Processo de Compras e Serviços autorizados, por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitações.

3- Alertamos também quanto ao fracionamento de despesas, como por exemplo, no relatório nº11 de 2011 e relatório nº10 de 2013:

3.1. Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.

3.2. Tribunal de Contas da União

Acórdão 66/1999 – Plenário - TCU

“contratações, em datas distintas, de serviço de leitura de disquete junto à empresa Coronário Editora Ltda., cujos valores somados extrapolam o limite de dispensa vigente à época, contrariando o art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666/93 e caracterizando fracionamento de licitação;”

Acórdão 79/2000 – Plenário - TCU

“Adote o sistemático planejamento de suas compras, evitando o desnecessário fracionamento na aquisição de produtos de uma mesma natureza e possibilitando a utilização da correta modalidade de licitação, nos termos do art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93;”

“Atente para o fato de que, atingido o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa;”

Portanto, já alertamos sobre o risco de fracionamento de despesas, com a prática da dispensa de licitação, devendo sempre verificar as compras anteriores, de mesma natureza.

4- Segundo a cartilha da Controladoria Geral da União – CGU, Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento – Perguntas e Respostas, podemos extrair quais os limites de gastos sem necessidade de cotação de preços e exigência de regularidade fiscal.

Normas regulamentadoras:

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 68 e 69; - Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1967, arts. 74, 77, 78, 80, 81, 83 e 84; - Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, arts. 45 a 47; - Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005; - Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2007; - Portaria nº 95 MF, de 19 de abril de 2002; - Portaria nº 41 MP, de 07 de março de 2005, e suas alterações (Portarias nº 01 MP de 04 de janeiro de 2006 e Portaria nº 44 MP de 14 de março de 2006);

6. Podem ser realizadas quaisquer despesas com recursos de Suprimento de Fundos?

Não. As despesas com Suprimento de Fundos somente podem ser realizadas nas seguintes condições:

- a) atender a despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapasse o limite estabelecido na Portaria MF nº 95/2002 (ver valores atuais na pergunta 18);
- b) atender a despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento (excluída nesse caso a possibilidade de uso do Cartão para o pagamento de bilhetes de passagens e diárias a servidores); ou
- c) quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento; ou seja, os órgãos e entidades que executarem despesas sigilosas deverão possuir regramento próprio para tal.

18. Quais os limites máximos para as despesas com Suprimento de Fundos? INSTRUMENTO CPGF NATUREZA Compras e Serviços Obras e Serviços de Engenharia a) por concessão (incisos I, II e III) b) por despesa (isto é: por valor do documento de comprovação do gasto - inciso III) R\$ 8.000,00 R\$ 800,00 R\$ 15.000,00 R\$ 1.500,00

Conforme estabelece o Decreto nº 93.872/86, compete ao Ministério da Fazenda o estabelecimento de valores limites para concessão de

Suprimento de Fundos, bem como o limite máximo para despesas de pequeno vulto. Atualmente o assunto está disciplinado pela Portaria nº 95/2002, conforme o quadro a seguir

33. É necessário fazer retenção e recolhimento de tributos das despesas com Suprimento de Fundos?

De acordo com a IN/SRF nº 480, de 15/12/2004, os pagamentos efetuados por meio de Suprimento de Fundos a pessoa jurídica, por prestação de serviços ou aquisição de material de consumo, são isentos de retenção na fonte do Imposto de Renda e das contribuições de que trata o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Quanto aos pagamentos efetuados a pessoa física, consta no Manual SIAFI orientação detalhada sobre retenção e recolhimento dos tributos e encargos pertinentes

5- Podemos observar que tudo que for acima desses valores será necessário a solicitação de Certidão de Regularidade Fiscal.

Com relação a pergunta: **Existe algum posicionamento da Controladoria-Geral da União (CGU) ou do Tribunal de Contas da União?**

Verificamos o seguinte Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU

Número interno do documento: AC-2616-49/08-P

Número do Acórdão: 2616

Ano do Acórdão: 2008

Colegiado: Plenário

"Trata-se de pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), contra o Acórdão 725/2007 - TCU - Plenário, proferido em 25/4/2007, que julgou denúncia feita contra a entidade, culminando em determinações à empresa estatal (fls. 949/950 vol. 5).
I.HISTÓRICO

2. Cuidam os autos de denúncia realizada contra a INFRAERO, acerca de supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Superintendência do Aeroporto Marechal Cunha Machado, situado em São Luís/MA, a qual foi considerada parcialmente procedente, resultando em determinações à entidade.3. O Acórdão 725/2007 - TCU - Plenário contém a seguinte determinação à estatal, ora impugnada pela recorrente:

"9.3. determinar à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária INFRAERO que:

9.3.1. exija comprovação de regularidade fiscal, mesmo de empresas contratadas por meio de dispensa de licitação, fundamentada nos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8.666/93;"

Voto:

Com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/92, conheço deste Pedido de Reexame, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade.

2. No tocante ao mérito, registro, desde já, minha concordância com a proposta da instrução, acolhida pela representante do Ministério Público.

3. A situação em foco refere-se às contratações diretas, por dispensa de licitação, em razão do valor reduzido, conforme autorização contida no art. 24,

incisos I e II, da Lei nº 8.666/93. Pelos referidos incisos, é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia (inciso I) e para outros serviços e compras (inciso II) de valor de até 20% (percentual alterado pela Lei nº 11.107/2005 de 10% para 20%, no caso de consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas), dos limites previstos na alínea "a" dos incisos I e II do art. 23. Ressalva-se, em ambos os casos, que essas contratações não podem se referir "a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente" (inciso I) ou "a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez", de modo a não permitir o fracionamento indevido do objeto.

4. A título de esclarecimento, pelos dispositivos acima permite-se contratar diretamente obras e serviços de engenharia até o valor de R\$ 30.000,00 e outros serviços e compras até o valor de R\$ 16.000,00. Esses patamares referem-se ao mencionado percentual de 20%, uma vez que a Infraero é empresa pública. Nas demais situações, que não aquelas indicadas na Lei nº 11.107/2005, o percentual é de 10%, portanto, R\$ 15.000,00 e R\$ 8.000,00, respectivamente.

5. Outro dispositivo da Lei nº 8.666/93 que merece ser destacado é o art. 32, § 1º, que permite a dispensa dos documentos relativos à habilitação de licitantes (arts. 28 a 31 da referida Lei), no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. Quanto a essa dispensa, cabe salientar entendimento deste Tribunal acerca da regularidade fiscal, conforme consta da Decisão nº 705/94-Plenário: "1. firmar o entendimento de que:

a) por força do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal - que torna sem efeito, em parte, o permissivo do § 1º do art. 32 da Lei nº 8666/93 -, a documentação relativa à regularidade com a Seguridade Social, prevista no inciso IV do art. 29 da Lei nº 8666/93 e, mais discriminadamente, no art. 27-a da Lei nº 8036/90, no art. 47-I-a da Lei nº 8212/91, no art. 2º-a da IN nº 93/93-SRF e no item 4-I-a da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 052/92 é de exigência obrigatória nas licitações públicas, ainda que na modalidade convite, para contratação de obras, serviços ou fornecimento, e mesmo que se trate de fornecimento para pronta entrega; b) a obrigatoriedade de apresentação da documentação referida na alínea "a" acima é aplicável igualmente aos casos de contratação de obra, serviço ou fornecimento com dispensa ou inexigibilidade de licitação "ex vi" do disposto no § 3º do art. 195 da CF, citado; c) nas tomadas de preços, do mesmo modo que nas concorrências para contratação de obra, serviço ou fornecimento de bens, deve ser exigida obrigatoriamente também a comprovação de que trata o inciso III do art. 29 da Lei nº 8666/93 a par daquela a que se refere o inciso IV do mesmo dispositivo legal; d) nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade da contratada com o sistema da seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Lei Maior; (...)"

Considerações Finais.

Com exceção de compras de pequeno valor que pode ser feitas através do Fundo Fixo, e em caráter excepcional, para atender a despesas eventuais, as compras

realizadas através de dispensa de licitação ou por inexigibilidade, segue as mesmas regras para as compras realizadas com licitação.

Recentemente a Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, em seu art 29 estabelece:

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Sendo que a lei foi publicada em 01 de julho de 2016, portanto esses valores são válidos somente a partir dessa data.

Conclusão:

Portanto se confirma a necessidade de regularidade fiscal na dispensa de licitação.

É o nosso entendimento.

Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria Interna
CRC/MG 63.815

11. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA - 2016

A Auditoria Interna apesar de vital importância para a empresa, figura em posição de destaque no organograma, mas ainda não está totalmente fortalecida, pois existe a necessidade de uma carga maior nos cursos de reciclagem. Não dispõe de uma consolidação dos Atos Normativos atualizados sistematicamente o que prejudica o desenvolvimento de novas metodologias e aplicadas à ação de auditoria.

Do nosso quadro de auditores participaram de cursos e seminários:

- ▲ Participação de Marcus Vinícius Diniz Gomes Carneiro
 1. SEMINÁRIO 2º SEMINÁRIO SOBRE ANÁLISE DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BRASIL 100% DIGITAL (VIA YOUTUBE),
 2. CURSO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 3. SEMINÁRIO GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (TCU) E SISTEMA MONITOR (CGU).
- Participação de José Cupertino Pereira Filho

1. CURSO DE AUDITORIA CONTÁBIL INTERNA

- Participação de Jeane Lau Assis da Mata Machado
 1. SEMINÁRIO 2º SEMINÁRIO SOBRE ANÁLISE DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BRASIL 100% DIGITAL (VIA YOUTUBE)
 2. SEMINÁRIO GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (TCU) E SISTEMA MONITOR (CGU).
- Participação de Carlos Cássio de Abreu Domingues
 1. SEMINÁRIO LINHAS DE DEFESA - GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS, COAU E AUDITORIA INTERNA. (TCU)
 2. SEMINÁRIO GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (TCU) E SISTEMA MONITOR (CGU).

CONCLUSÃO:

Das constatações, críticas e sugestões apresentadas em Relatórios de Auditoria originaram, em observância as Resoluções da Diretoria, Resoluções diversas, Normatizações e Atualizações determinantes de procedimentos internos da Empresa, traduzidos em melhor organização maiores integração entre as áreas visando eficiência e economicidade.

Demais inconsistências detectadas em auditorias, foram solucionadas ou estão sendo acertadas através de reuniões entre as áreas envolvidas e registradas através de Correspondência Internas

Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria CeasaMinas
CeasaMinas